



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOBIODIVERSIDADE E TECNOLOGIAS**  
**SUSTENTÁVEIS (MASTS)**

**ANA LÚCIA NOBRE DA SILVEIRA**

**EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS**  
**LABORAIS SUSTENTÁVEIS COM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO**  
**MACIÇO DE BATURITÉ/CE**

**REDENÇÃO-CE**  
**2018**

ANA LÚCIA NOBRE DA SILVEIRA

**EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS  
LABORAIS SUSTENTÁVEIS COM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO  
MACIÇO DE BATURITÉ/CE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre.

**Linha de Pesquisa:** Sociobiodiversidade e Sustentabilidade

**Orientador:** Prof. Dr. Elcimar Simão Martins

**Coorientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dra. Elisângela André da Silva Costa

REDENÇÃO-CE  
2018

---

Silveira, Ana Lucia Nobre da.

S586e

Educação e sustentabilidade: um estudo sobre as práticas laborais sustentáveis com pessoas privadas de liberdade no maciço de Baturité/CE / Ana Lucia Nobre da Silveira. - Redenção, 2018. 116f: il.

Dissertação - Curso de Sociobiodiversidade E Tecnologias Sustentáveis, Mestrado Acadêmico Em Sociobiodiversidade E Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Elcimar Simão Martins.  
Coorientadora: Profa. Dr. Elisangela André da Silva Costa.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Ressocialização. 3. Privados de liberdade. 4. Práticas laborais sustentáveis. 5. Maciço de Baturité-CE. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 372.0981

---

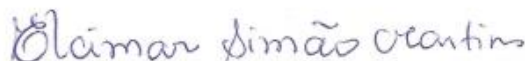
ANA LUCIA NOBRE DA SILVEIRA

**EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS LABORAIS  
SUSTENTÁVEIS COM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO MACIÇO DE BATURITÉ/CE**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis.

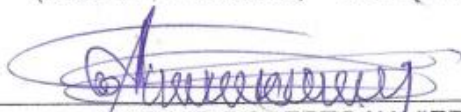
Aprovada em: 30/08/2018

**BANCA EXAMINADORA**



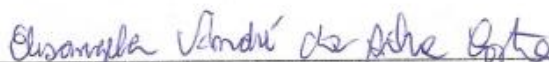
ELCIMAR SIMÃO MARTINS

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira  
(UNILAB - Presidente) – ORIENTADOR



ANTONIO ROBERTO XAVIER

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira  
(UNILAB - Examinador Interno)



ELISANGELA ANDRE DA SILVA COSTA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira  
(UNILAB - Examinador Externo ao Programa) - Coorientador



JOSÉ GERARDO VASCONCELOS

- Universidade Federal do Ceará - UFC  
(UFC - Examinador Externo à Instituição)

## AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, pelas bênçãos concedidas em minha vida e pela coragem para questionar realidades e propor um novo mundo de possibilidades.

Aos meus queridos pais, Lucival Silveira e Maria Osarina Nobre Silveira, pelo amor incondicional, pelo esforço e incentivo aos estudos.

À minha querida família, que tanto acredita e torce por mim, em especial aos meus filhos Ítalo Nobre e Ícaro Nobre.

Ao meu amado Gilvan, pela dedicação indispensável e contribuições nos momentos de estudo e por suas habilidades de informática.

Ao meu estimado orientador professor Dr. Elcimar Simão Martins, pelos valiosos ensinamentos sobre o mundo da escrita acadêmica e pela confiança incumbida no desenvolvimento deste trabalho.

À minha querida coorientadora Profa. Dra. Elisangela André da Silva Costa, e aos caros Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier e Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos, pela apreciação e contribuições para o enriquecimento deste trabalho.

Às queridas professoras da educação prisional do Maciço de Baturité, em especial Francisca Catiane de Oliveira Nogueira Catiane, Francisca Tatiane Monteiro Alves e Francisca Rosangela Fernandes, pela consideração na partilha de experiências e contribuição na realização desta pesquisa.

Aos diretores e educandos do sistema prisional, colaboradores da pesquisa, pelas contribuições decorrentes de sua vivência carcerária.

Aos meus professores do mestrado acadêmico, pelos ensinamentos e orientações em cada etapa desse percurso.

À turma do mestrado acadêmico, pelas partilhas de alegrias, anseios e aprendizagens.

À minha querida amiga e eterna professora Letícia Adriana Pires Ferreira dos Santos, por ter acreditado no meu potencial e ter contribuído para o início de minha vida acadêmica.

Ao Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, pela oportunidade de galgar mais essa etapa na minha vida acadêmica.

Aos que de alguma maneira contribuíram para tornar este sonho possível, muito obrigado!

## RESUMO

O sistema carcerário no Brasil tem como finalidade proteger, reeducar e reintegrar o detento para o convívio em sociedade, devendo propor alternativas para superar a ociosidade dos privados de liberdade e, conseqüentemente, contribuir para a reabilitação, propiciando condições para o desenvolvimento de atividade laboral e/ou educativa para que o privado volte a integrar a sociedade, ciente do seu papel como cidadão responsável. Assim como na escola regular, o sistema prisional também se apresenta como reflexo da realidade de desigualdade social. A legislação brasileira assegura a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais e dispõe aos detentos o direito sobre a remissão de parte do tempo da pena por estudo e/ou pelo trabalho. Nesse contexto, a presente pesquisa objetiva investigar as contribuições da educação aliadas a práticas sustentáveis para as pessoas privadas de liberdade no Maciço de Baturité- CE. Metodologicamente, a investigação está fundamentada em uma abordagem qualitativa, definida pela realização de um estudo de casos múltiplos, levando em conta as técnicas da observação direta e entrevistas com educandos privados de liberdade, docentes e agentes penitenciários das Cadeias Públicas das cidades de Capistrano, Pacoti e Ocara, localizadas no Maciço de Baturité/ CE. Os resultados do estudo apontam para a existência da abordagem da educação ambiental no processo de ensino aprendizagem, através das práticas pedagógicas do ensino da educação de jovens e adultos, promovendo as ações laborais sustentáveis nas unidades prisionais e a superação da ociosidade, compreendendo que tais ações influenciam no processo de ressocialização dos privados de liberdade. As práticas sustentáveis e laborais nos cárceres envolvem interações dinâmicas e ações de incentivo, através da oferta educacional, desde o acesso e início dos estudos, pela participação das avaliações externas, assim como o êxito no ingresso universitário, repercutindo positivamente na reintegração social, além da promoção, por meio de temas transversais da educação ambiental e da condução da reutilização de materiais recicláveis, do cultivo de hortas socioeducativas, conduzindo o plantio e consumo de hortaliças na dieta alimentar, proporcionando diversos benefícios, principalmente resiliência diante das condições ambiental e local, corroborando para novos hábitos da comunidade carcerária.

**Palavras-chave:** Privados de liberdade. Ressocialização. Educação de Jovens e Adultos. Práticas laborais sustentáveis. Maciço de Baturité/CE.

## ABSTRACT

The purpose of the prison system in Brazil is to protect, re-educate and reintegrate the detainee into society, proposing alternatives to overcome the idleness of prisoners and, consequently, to contribute to rehabilitation, providing conditions for the development of work and / or educational process for the private to re-integrate society, aware of its role as responsible citizen. As in the regular school, the prison system also presents itself as a reflection of the reality of social inequality. Brazilian legislation provides for the provision of education for juveniles and adults deprived of their liberty in penal establishments and provides detainees with the right to remit some of the time of the sentence for study and / or work. In this context, the present research aims to investigate the contributions of education combined with sustainable practices for people deprived of their liberty in the Baturité-CE Massif. Methodologically, the research is based on a qualitative approach, defined by a multi-case study, taking into account the techniques of direct observation and interviews with students deprived of their liberty, teachers and prison officers of the Public Chains of the cities of Capistrano, Pacoti and Ocara, located in the Massif de Baturité / CE. The results of the study point to the existence of the approach of environmental education in the process of teaching learning, through the pedagogical practices of teaching youth and adult education, promoting sustainable labor actions in prison units and overcoming idleness, understanding that such actions influence on the process of re-socialization of the prisoners. Sustainable and work practices in prisons involve dynamic interactions and incentive actions, through educational offerings, from the access and beginning of studies, through the participation of external evaluations, as well as the success of university admission, with a positive impact on social reintegration, in addition to promotion, through transversal themes of environmental education and the reuse of recyclable materials, the cultivation of socio-educational vegetable gardens, conducting the planting and consumption of vegetables in the diet, and providing several benefits mainly, resilience to environmental and local conditions , corroborating to new habits of the prison community.

**Keywords:** Deprived of freedom. Resocialization. Youth and Adult Education. Sustainable labor practices. Massif of Baturité / CE.

**LISTA DE QUADRO**

Quadro 1. Evolução histórica da população prisional, das vagas e do déficit de vagas.....	27
Quadro 2. Percentual da população segundo escolaridade e alfabetização. UFs, regiões e Brasil.....	38
Quadro 3. Matrículas Ensino médio regular por escola versus EJA médio presencial na região do Maciço .....	65
Quadro 4. Quantitativo de alunos da EJA no Ensino Fundamental no Maciço de Baturité.....	66
Quadro 5. Quantitativo de alunos matriculados no CEJA de Baturité .....	67
Quadro 6. Projetos pedagógicos desenvolvidos na educação prisional no Maciço de Baturité .....	69
Quadro 7. Quantitativo de inscrições ENEM PPL (2012 a 2017).....	72
Quadro 8. Infraestrutura das cadeias públicas do Maciço .....	82
Quadro 9. Perfil dos professores que lecionam no sistema prisional .....	90
Quadro 10. Perfil e escolaridade dos educandos PPL e familiares .....	97

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da população prisional brasileira em números absolutos .....	24
Gráfico 2. População prisional brasileira em números absolutos segundo UFs.....	25
Gráfico 3. Escolaridade das pessoas privadas de liberdade: Nacional, Estadual e Regional ...	98
Gráfico 4. Motivo, em escala gradativa, da expressão de estudar .....	99

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Quantitativo populacional por município pertencente ao Maciço de Baturité.....	62
Figura 2. Nomenclatura das escolas do Maciço de Baturité – Ensino Médio .....	64
Figura 3. Oferta educacional para pessoas privadas de liberdade por município e etapas de ensino no Maciço de Baturité .....	68
Figura 4. Apresentação dos Municípios de realização da pesquisa.....	78
Figura 5. Fluxograma da Pesquisa.....	79

### SIGLAS

BDBTD	Banco Digital Brasileiro de Teses e Dissertação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CNUMAH	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano
CNPCI	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
COBRAMAB	Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera
DDT	Dicloro Difenil Tricloroetano
EA	Educação Ambiental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAO	Food and Agriculture Organization
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INFOPEN	Informações Penitenciárias
LEP	Lei de Execução Penal
MaB	Man and the Biosphere
MASTS	Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis
PANCs	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPL	Pessoa(s) Privada(s) de Liberdade
RB	Reserva da Biosfera
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 EDUCAÇÃO NOS CÁRCERES, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Os cárceres e a educação para as pessoas privadas de liberdade .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 Educação e Educação de Jovens e Adultos .....</b>	<b>30</b>
<b>2.3 Educação e Sustentabilidade .....</b>	<b>41</b>
<b>2.3.1 Educação Ambiental e EJA nas cadeias .....</b>	<b>53</b>
<b>3 A VIVÊNCIA DA EDUCAÇÃO EM PRISÃO NO MACIÇO DE BATURITÉ .....</b>	<b>62</b>
<b>4 O CENÁRIO PRISIONAL E SUAS PARTICULARIDADES: A CONSTRUÇÃO DOS SABERES SOB UM OLHAR SUSTENTÁVEL NOS CÁRCERES DO MACIÇO DE BATURITÉ/CE.....</b>	<b>75</b>
<b>4.1 Caminho metodológico.....</b>	<b>75</b>
<b>4.2 A pesquisa de campo .....</b>	<b>77</b>
<b>4.3 O perfil dos diretores das unidades prisionais e suas percepções da vivência         carcerária .....</b>	<b>80</b>
<b>4.4 Capacidade de atendimento e atividades desenvolvidas na Unidade Prisional .....</b>	<b>83</b>
<b>4.5 O processo de ensino aprendizagem nas unidades prisionais: limites e possibilidades         .....</b>	<b>90</b>
<b>4.6 Percepções e relatos dos privados de liberdade sobre a educação e as práticas         laborais .....</b>	<b>97</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>107</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em um contexto definido pela degradação do meio ambiente e pela desigualdade socioeconômica populacional, torna-se fundamental a reflexão sobre as práticas sustentáveis em suas três dimensões, econômica, ambiental e social, em busca de garantir a produção e a autorecuperação do meio, assim como suprir as necessidades básicas para a sobrevivência da população. Tal realidade necessita do envolvimento de todos na busca de criar alternativas sustentáveis, críticas e inovadoras. No contexto prisional, a percepção ambiental compreende oportunizar o vínculo entre o ser humano e a natureza, como também contribuir para a elaboração de atitudes estratégicas no campo educativo em prol da conservação do meio ambiente, ou seja, difundir a ideia do desenvolvimento sustentável e educacional nos ambientes prisionais.

O objeto de estudo deste trabalho são as práticas de sustentabilidade vivenciadas pelas pessoas privadas de liberdade (PPL) do Maciço de Baturité/CE, considerando as ações de reutilização de materiais recicláveis e o desenvolvimento de hortas socioeducativas e sua contribuição no processo de ressocialização dos apenados.

A preocupação com a dignidade da pessoa humana, através de um olhar diferenciado, em qualquer estágio da vida, sem qualquer preconceito, pode transformar e dar um novo rumo ao futuro das PPL. Nesse sentido, a valorização da magnitude e da essência do outro, a relevância dos seus conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem e suas ações como seres participativos no desenvolvimento de atividades sustentáveis, tanto na perspectiva de viver dias melhores quanto na aplicabilidade da preservação do meio ambiente nos cárceres têm feito parte de meu cotidiano pessoal e profissional, buscando compreender a importância da educação e do papel de cada um enquanto ser social responsável pelo meio em que vive.

O interesse pela temática surgiu do entrelace de conhecimentos por meio de minha formação acadêmica em Ciências da Natureza, com habilitação em Biologia e Química pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), juntamente com o exercício de coordenadora escolar desde o ano de 2011 no Centro de Educação de Jovens e Adultos Donaninha Arruda (CEJA), na cidade de Baturité/CE. Desde então, uma das minhas responsabilidades é o acompanhamento pedagógico do processo de ensino e aprendizagem da educação em prisão. Tal experiência oportunizou-me conhecer pessoas e outras realidades, debruçar-me em leituras específicas, participar de eventos e, conseqüentemente, estreitar os laços profissionais

com os estabelecimentos prisionais da região, além de conhecer melhor o contexto prisional e, principalmente, os protagonistas educacionais, professores e educandos.

Considerando que a educação prisional ainda caminha em passos lentos e sua abordagem ocorre de modo tímido nas discussões sobre diversidade quando, na maioria das vezes, se prendem a cultura, gênero e relações etnicorraciais, desconsiderando assim outras faces da diversidade, como por exemplo, a necessidade de assegurar formações específicas e contínuas para os docentes atuantes no contexto prisional, constitui-se para mim em um desafio, no sentido de buscar estabelecer um elo entre as teorias pedagógicas, a prática profissional e as formações educacionais pertinentes ao assunto. Isso, de certa forma, na condição de coordenadora responsável pelo acompanhamento pedagógico educacional em prisão, impulsiona-me à busca por novos conhecimentos, responsabilizando-me pela formação das professoras.

Tal experiência despertou-me um olhar minucioso para a realidade das práticas educacionais e a sustentabilidade vivenciada pelos educandos prisionais nas oito Cadeias Públicas localizadas no Maciço de Baturité, especificamente, nos municípios de Aracoiaba, Baturité, Aratuba, Palmácia, Pacoti, Capistrano, Itapiúna e Ocara, que possuem a oferta de educação nas prisões. A vivência profissional, aliada à afinidade e à prática de trabalhos envolvendo resíduos sólidos, apresentou-se como suporte para acreditar na aplicabilidade e desenvolvimento desta pesquisa, permitindo tecer novas reflexões sobre o ensino da EJA, a sustentabilidade e os privados de liberdade.

Partindo das visitas de acompanhamento pedagógico realizadas nas cadeias, busquei identificar o percurso de apropriação e desenvolvimento dos trabalhos artesanais, verificando as origens das aprendizagens e tentando conhecer os fatores que mobilizam os participantes a se interessarem pela realização de procedimentos manuais.

Esse contexto motivou-me a participar de uma seleção de Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), obtendo êxito e ingressando com o propósito de pesquisar sobre as práticas de Educação e Sustentabilidade vivenciadas e desenvolvidas pelos privados de liberdade no Maciço de Baturité.

No percurso das visitas pedagógicas realizadas nas unidades prisionais, registra-se uma realidade em que muitos apenados realizam e utilizam alguns tipos de práticas artesanais através da reutilização de materiais reciclados e cultivos de hortas, o que inconscientemente desenvolve a Educação Ambiental, tornando-se essencial para a existência de uma sociedade sustentável e, conseqüentemente, indispensável à formação de cidadãos sensíveis para as

situações-problema ambientais. Portanto, pode-se exercitar o papel de cidadão com a humildade de aprender fazendo, pois para que ocorram mudanças de atitudes, o indivíduo precisa estar consciente e, principalmente, sensibilizado de seu papel enquanto espécie integrante de um ambiente equilibrado (RACHAWAL; SOUZA, 2008).

Braga (2005) defende que o equilíbrio entre população, recursos naturais e poluição definirá o nível de qualidade de vida na Terra. Apesar de estarem à margem da sociedade, os privados de liberdade também contribuem para o consumo e, conseqüentemente, para a poluição do meio ambiente.

A ociosidade e a escassez de práticas laborais fazem das pessoas privadas de liberdade um potencial para aquisição de conhecimentos e possibilidades para defender e explorar as práticas sustentáveis no processo de preservação do ambiente.

Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen (2016), a população carcerária no Brasil, hoje, é de 726.712 mil (setecentos e vinte seis mil, setecentos e doze), levando o Brasil a ocupar o terceiro lugar do mundo em quantitativo de pessoas privadas de liberdade. No contexto educacional em prisão, os dados obtidos por amostra, em um total de cerca de 70% (ou 482.645 pessoas da população privada de liberdade no Brasil), contabilizam um baixo nível de escolaridade, em que 51% apresentam ensino fundamental incompleto e 17, 75% da população prisional sequer não acessou o ensino médio. A região Nordeste possui uma média de 9% dos detentos analfabetos, sobrepondo-se ao percentual nacional de 4%. Já o Estado do Ceará registra 7% e 8% de privados analfabetos e com os anos iniciais incompletos, respectivamente (INFOPEN, 2016). Numa reflexão de grau de escolaridade dos privados da região do Maciço de Baturité, registra-se que 66% dos internos não completaram o ensino fundamental. Tal realidade constata-se na definição dos níveis de ensino ofertados na educação PPL da região do Maciço.

Numa análise sobre o sistema prisional do Maciço de Baturité, configura-se que dos 13 (treze) municípios somente 10 (dez) possuem estabelecimento carcerário, e atualmente a oferta em educação contempla apenas 61% desses.

O contexto prisional e suas deficiências estruturais e físicas; de recursos humanos, de profissionais qualificados e de definição das políticas públicas dificultam uma reconfiguração dos desafios e das possibilidades na oferta de atividades específicas nas cadeias, que possam suprir a ociosidade do tempo e da mente dos privados, sendo fator essencial para a efetivação do processo de humanização da vida dos cárceres.

Uma das maiores incumbências no contexto carcerário, além de garantir os direitos humanos, salvaguardando a dignidade de todo cidadão, contemplando-os em todas as suas

dimensões, é também pensar no que fazer para superar a ociosidade das pessoas privadas de liberdade e, conseqüentemente, encaminhar a sua reabilitação, sendo necessário propiciar condições para o desenvolvimento de atividades laboral e/ou de estudos para que a PPL volte a integrar a sociedade, sem causar prejuízos, e ciente do seu papel como cidadão responsável. Desse modo, torna-se significativo inserir e desenvolver no processo de ensino e aprendizagem a temática direitos humanos, no intuito de promover formação de agentes sociais, públicos e privados, através do incentivo do desenvolvimento de programas e projetos educacionais voltados para a efetivação dos direitos humanos nas penitenciárias, contemplando também os demais órgãos do sistema prisional, inclusive delegacias e manicômios judiciários (BRASIL, 2008).

As atividades trabalhistas precisam potencializar e valorizar as habilidades e competências da PPL, de modo a favorecer o seu retorno à vida social após o cumprimento de sua pena. A Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui, como base legal, a Lei de Execução Penal (LEP), reporta-se, no Capítulo III, especificamente ao trabalho penitenciário, de acordo com seu art. 28: “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva” (BRASIL, 1984). É possível inferir que o trabalho aliado à educação representa uma possibilidade de ressocialização, podendo favorecer a promoção da reabilitação social do privado (MENDES, 2015).

A abordagem sobre o Sistema Prisional Brasileiro, por conta da crise que se encontra nos dias atuais, sempre nos conduz a complexas discussões e, conseqüentemente, a reflexões sobre a eficácia punitiva do direito de ir e vir. Ainda de acordo com a Lei nº 7.210/1984, “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”, porém compreende-se que sua aplicabilidade detém com maior propriedade o cumprimento da pena, deixando a desejar no processo de ressocialização, contribuindo assim para o crescimento da crise carcerária.

Atualmente, o trabalho prisional simboliza uma viabilidade de reintegração social esperado no retorno da liberdade (JULIÃO, 2011), o que também implica o desenvolvimento de atividades educacionais como fatores relevantes no processo de ressocialização da PPL.

A eficácia no processo de ressocialização depende de como as ações poderão ser promovidas para dar suporte à reintegração, possibilitando a oportunidade de reflexão e de possíveis mudanças. No cotidiano das unidades prisionais do Maciço de Baturité/CE não constam atividades ocupacionais direcionadas às pessoas que se encontram privadas de liberdade, exceto o acesso à escola, realizado em parceria entre a Secretaria de Educação

(SEDUC) e a Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS). É importante ressaltar que promover a ressocialização é favorecer condições apropriadas, sem sequelas, visando à reintegração social, para que a PPL volte a ter uma vida normal (SHECAIRA; CORRÊA JUNIOR, 1995).

O papel da escola no sistema carcerário merece destaque, pois se torna para os educandos uma ponte de acesso ao conhecimento, por meio do contato com os livros e revistas; da ociosidade ceifada pela dinâmica das aulas, comparando-se e tornando-se como uma extensão da vivência do externo no mundo privado; da formação crítica; do cumprimento de direitos e deveres, revelando uma possível mudança de vida e nova posição na sociedade.

Frente ao exposto, a presente investigação traz como questão central: **quais as contribuições da educação aliada as práticas sustentáveis para as pessoas privadas de liberdade no Maciço de Baturité- CE?**

A partir da grande questão, outras se delineiam: Quais são, entre as atividades educativas desenvolvidas no contexto prisional, aquelas que se desenvolvem a partir de práticas sustentáveis? Quais as aprendizagens delas decorrentes? Quais as contribuições da educação de jovens e adultos no processo de transformação social? Quais suas contribuições para a formação dos privados de liberdade?

A investigação tem como objetivo geral: **investigar as contribuições da educação aliada a práticas sustentáveis para as pessoas privadas de liberdade no Maciço de Baturité- CE.**

Em virtude do objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: contextualizar historicamente a educação prisional no Brasil, considerando sua função social, fundamentos, limites e desafios para a formação das pessoas privadas de liberdade; discutir as relações existentes entre sustentabilidade e educação, assim como seus contributos para a formação promovida no sistema de educação prisional; identificar o papel da educação de jovens e adultos no processo de transformação social; identificar as práticas educativas assentadas na sustentabilidade, desenvolvidas no sistema de educação prisional no Maciço de Baturité.

O estudo fundamenta-se nos aspectos legais, nas concepções teóricas de Foucault (2011), Cabral e Silva (2010), Machado, Souza, Souza (2013), Andriola (2013), Lemos (2013), Mendes (2015) e Xavier (2017), que discutem elementos históricos sobre a evolução e as práticas dos sistemas prisionais; Freire (1996), Gadotti (2014), Costa (2014), abordando a importância da garantia do direito da educação de jovens e adultos no processo de transformação social; além das contribuições de Onofre; Julião (2013), Martins (2014) nas

práticas pedagógicas; Leff (2015), Oliva 2000, Jacobi (2003) e Currie (2000) em relação à tomada de consciência da gestão ambiental, responsabilidade e sustentabilidade.

Essa pesquisa está fundamentada em uma abordagem qualitativa, compreendida como estudo de casos múltiplos, levando em conta as técnicas de observação direta e entrevistas com educandos privados de liberdade, docentes e agentes penitenciários das Cadeias Públicas das cidades de Capistrano, Pacoti e Ocara, localizadas no Maciço de Baturité/ CE. Inicialmente, foi feito um levantamento contemplando todos os envolvidos no sistema educacional das Cadeias Públicas, seguido pela realização do mapeamento. Etapa fundamental, pois ajudou a identificar dentro do universo de detentos aqueles que participam das atividades socioeducativas.

Diante da dimensão do campo de pesquisa, necessitou-se delimitar o *lócus* da investigação, possibilitando, desse modo, melhor atender às especificidades territoriais do Maciço de Baturité, contemplando a cadeia pública de Pacoti, localizada na Sub-região Serrana, a cadeia pública de Capistrano, no Corredor Histórico Ferroviário, e a cadeia pública de Ocara, na Sub-região de Transição.

A pesquisa do estudo de casos múltiplos contemplou três segmentos: profissionais administrativos, professoras da educação em prisão e os privados de liberdade das unidades prisionais. A finalidade foi conhecer a realidade dos aspectos da escola e da prisão, sobre as práticas laborais desenvolvidas e as semelhanças das trajetórias de vida dos privados, tomando como referência a aproximação com a realidade, materializada através da observação e das falas dos sujeitos investigados.

A relevância deste estudo dá-se pela identificação e reconhecimento do papel das práticas sustentáveis de ressocialização nos cárceres como possibilidade de reflexão dos sujeitos entre o contexto vivido internamente e o que se espera fora dos muros carcerários.

Pesquisou-se sobre a referida temática na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e ao colocar-se o descritor “educação prisional”, apareceram 478 (quatrocentos e setenta e oito) trabalhos; quando se acrescentou a expressão “Educação de Jovens e Adultos (EJA)”, houve uma redução para 256 trabalhos e ao acrescentar-se “práticas sustentáveis”, constaram apenas 17 trabalhos. De posse desses dados, foram lidos os 17 resumos, mas nenhum dos trabalhos propostos mantém relação com a temática desta pesquisa, o que demonstra a originalidade e a relevância desta. Nesse sentido, a presente investigação justifica-se pelo valor acadêmico e social, mediante os conceitos educacional e ambiental presentes nas práticas sustentáveis, tendo em vista as possibilidades de resignificação dos processos

formativos vivenciados no contexto prisional, constituindo-se ainda como uma referência importante para a discussão sobre a garantia do direito à educação. Os saberes produzidos conduzem à necessidade da elaboração de políticas públicas favoráveis para a promoção das práticas laborais carcerárias.

A pesquisa justifica-se, portanto, por tratar-se de um estudo inovador, com aspecto de iniciativa e originalidade, que a partir do contexto das PPL do Maciço de Baturité poderá oferecer pistas para que se possa perceber que a pena, em si, não socializa ninguém, visto que seu próprio cumprimento representa um distanciamento social. Por outro lado, a oferta planejada de oportunidades educativas a partir de práticas sustentáveis no contexto de prisões pode se configurar como uma possibilidade para superar dificuldades, recuperar a dignidade, elevar a autoestima e manter a esperança do reingresso social.

O trabalho foi estruturado em cinco capítulos, considerando a presente Introdução como o primeiro. No segundo capítulo, apresenta-se a trajetória do processo investigativo, abordando os aspectos metodológicos. O terceiro capítulo traz o referencial teórico, discutindo o sentido amplo educacional, seu percurso histórico com foco na abordagem da educação ambiental, na educação de jovens e adultos no sistema prisional, na busca da identificação das atividades laborais e as contribuições no desenvolvimento das práticas sustentáveis pelos próprios privados de liberdade. O quarto capítulo apresenta a vivência da educação em prisão no Maciço de Baturité, contextualizando o cenário em que a pesquisa foi realizada, no intuito de conhecer o contexto da região do Maciço de Baturité e as particularidades de seu universo histórico, cultural, educacional, destacando-se a educação em prisão. E, por fim, tem-se o quinto capítulo, que em sua essência apresenta a análise dos resultados da pesquisa realizada nas unidades prisionais, definidas anteriormente por representar geograficamente a região do Maciço de Baturité.

## **2 EDUCAÇÃO NOS CÁRCERES, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS**

A busca pela compreensão da temática abordada se constitui fundamentada através de pressupostos teóricos em diálogo com as implicações no cotidiano da pessoa privada de liberdade, considerando suas práticas laborais, no intuito de fornecer subsídios essenciais ao processo de construção de argumentações consistentes, relacionando a problematização às práticas realizadas de modo individual e coletivo.

Inicialmente, compreende-se importante abordar os cárceres e a educação para as pessoas privadas de liberdade, em sentido amplo, trazendo ainda o percurso histórico e a importância da Educação de Jovens e Adultos, a educação ambiental e a educação prisional, estabelecendo o elo entre si.

### **2.1 Os cárceres e a educação para as pessoas privadas de liberdade**

O ato de punir existe desde a antiguidade, marcado por penas cruéis, por meio de castigos físicos realizados ao ar livre como espetáculo, sempre com tirania e como forma de vingança. Assim, no fim do Século XVIII e início do XIX, a punição apresentava-se como uma cena teatral na qual o suplício do condenado realizado pelos carrascos servia como exemplo de caráter intimidador para os demais membros da sociedade. As penas iam desde a realização de trabalhos feitos nas ruas, onde os condenados ficavam expostos e eram obrigados a usar coleiras de ferro, algemas nos pés, dentre outros apetrechos, sofrendo injúrias, agressões físicas e morais, sujeitos a uma diversidade de castigos, podendo ser ainda condenados a sentenças com níveis maiores de crueldade como esartejamento, enforcamentos (FOUCAULT, 2011). Nessa compreensão,

A propósito, marcar o autor do delito, matar, mutilar, torturar, condenar a trabalhos forçados, entre outros, nada mais era do que uma atitude de retribuição do dano produzido à comunidade. A ideia de retribuição é central para a dinâmica funcional da sociedade, porque está atrelada à estrutura de troca, sem a qual a vida social não poderia existir (SANTOS; ALCHIER; FLORES FILHO, 2009, p. 171).

No mesmo período, um dos métodos utilizados pelos gregos era a marcação corporal, chamada de estigma, como forma de reconhecer um escravo, um criminoso ou um traidor, definindo o *status* moral e social do sujeito, pois o mesmo deveria ser excluído do meio social. De acordo com Santos, Alchier e Flores Filho (2009, p. 172), “O castigo da exclusão,

por exemplo, caracterizado pelo estigma, delimitava o espaço entre o ‘homem de bem’ e aquele que cometia um ato contra o Soberano e/ou comunidade”. Desse modo, o ex-condenado carregava consigo o estigma no próprio corpo, identificando o crime cometido e sua punição sofrida. Com relação aos privados de liberdade, nos dias atuais, numa rápida reflexão comparativa, é possível detectar, que o mesmo, via de regra, é visto como um ex-presidiário, e que tal *status* causa rejeição social, por meio de atos preconceituosos, como forma de excluí-lo e dificultar sua reintegração na sociedade.

Somente a partir do Século XVIII surge a resistência contra os tipos de punições ancoradas nos suplícios físicos. Foucault (2011, p. 14) explica que “A punição pouco a pouco deixou de ser uma cena. E tudo que pudesse implicar de espetáculo, desde então terá um cunho negativo”. Ainda na compreensão do autor, “A execução pública é vista então como uma fornalha em que se acende a violência” (FOUCAULT, 2011, p. 14). Nesse contexto, a antiguidade ficou marcada por punições severas através de ações e de reações da sociedade em oposição ao fenômeno criminal.

De acordo com Machado, Souza e Souza (2013, p. 202), assim, “A origem do conceito de prisão como pena teve seu início em mosteiros no período da Idade Média”. Nesse mesmo período histórico, os germânicos vislumbravam a ideia de sociedades de resgate, pois sua punição priorizava algum tipo de compensação, convertendo o dano causado em uma dívida financeira a ser paga (SANTOS; ALCHIER; FLORES FILHO, 2009).

Na Idade Média, o encarceramento era empregado como meio e não como fim de punição; tinha o papel de cárcere-custódia e o indivíduo privado de liberdade era exposto a um ambiente infecto, sem nenhum tipo de cuidado e acabava morrendo aguardando seu julgamento, portanto, “era lugar de custódia e de tortura”. Foi somente por meio da Igreja Católica, considerada uma das principais instituições que doutrinava, buscando o controle da conduta humana, partindo da ideologia canônica, que a prisão passou a apresentar-se como forma de isolamento celular direcionada ao povo, pecador comum, com o objetivo principal de fazê-lo se redimir da culpa, sendo o sofrimento a penitência para o arrependimento e o caminho eficaz para o perdão divino e dos homens (CALDEIRA, 2009).

Nesse contexto, tem-se nas sociedades modernas e contemporâneas o surgimento e a implantação do encarceramento, respectivamente, tornando-se a forma padrão de penalidade. Na opinião de Foucault (2011, p. 21), “Sem dúvida, a definição das infrações, sua hierarquia de gravidade, as margens de indulgência, o que era tolerado de fato e o que era permitido de direito – tudo isto se modificou amplamente nos últimos duzentos anos”. Logo,

Daí em diante, as maneiras de lidar com atos considerados violentos, em suma, de punir, sofreram grandes variações, considerando as idades tradicionais da História Universal - Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna. Todavia, é com a Idade Moderna que nasce uma das maiores criações do Homem: o uso do encarceramento como um meio de punição. (SANTOS; ALCHIER; FLORES FILHO, 2009, p. 172).

No Brasil, somente no século XIX, surgiu a arquitetura e edificações das prisões com celas individuais, bem como a realização de oficinas de trabalho. Machado, Souza e Souza (2013, p. 203) consideram “que não mais haveria penas perpétuas ou coletivas, limitando-se às penas restritivas de liberdade individual, com penalidade máxima de trinta anos, bem como prisão celular, reclusão, prisão com trabalho obrigatório e prisão disciplinar”. Baseadas no Código Penal de 1890, novas modalidades de prisão foram estabelecidas, objetivando o controle da população carcerária. No século XX, surgiram prisões adequadas às categorias criminais, como asilos e manicômios que atendiam desde infratores, condenados, menores, loucos, mulheres, etc (MACHADO; SOUZA; SOUZA, 2013, p. 204).

Tal organização carcerária justifica-se para melhor compreender e conhecer a pessoa privada de liberdade e até mesmo protegê-la dos perigos presentes nas vivências carcerárias, podendo ser por gênero, faixa etária, tipos de crime, entre outros.

A separação do réu, levando-se em conta o sexo e a idade, também deve ser observada pelo seu lado técnico. Ao isolar em lugar específico categorias específicas de presos, forma-se um saber mais aprimorado sobre os indivíduos e o controle sobre estes se torna mais direto e elaborado (MACHADO; SOUZA; SOUZA, 2013, p. 204).

Essa sistemática de organização do sistema prisional permanece ainda hoje em alguns aspectos, como a definição de cárceres exclusivamente masculino ou feminino, um modo de trabalhar as diferenças e necessidades dos gêneros.

Santos, Alchier e Flores Filho (2009, p. 170) afirmam ainda que “A história da violência é a história do Homem. Surge com ele e o acompanha através dos tempos. Lado a lado, caminham as maneiras de lidar com ela”. Assim, de acordo com a época, a sociedade desencadeou uma postura de punição, que veio gradativamente passando por um processo de humanização.

A punição estava, no passado, vinculada à ideia de vingança. O progresso humano, ao longo da história, foi alterando essa lógica e o que era a vingança pessoal, ou do clã, passou a ser a vingança do corpo social: uma resposta à agressão que agora era sentida por toda a sociedade, por vezes representada apenas por um indivíduo, ao ser desrespeitada uma norma de conduta (LEMOS, 2013, p. 126).

O desenvolvimento de medidas e definições apresenta-se como forma de assegurar e atender às necessidades sociais também do contexto atual do sistema prisional brasileiro, possibilitando um diagnóstico e punição, especificamente para cada conduta prejudicial à sociedade.

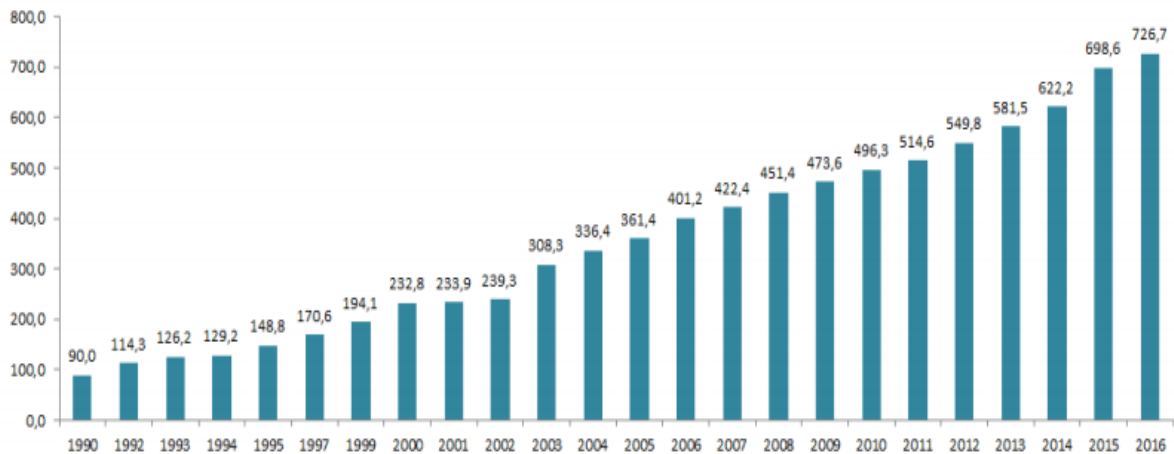
Nesse sentido, o Código Penal brasileiro definiu, em seu artigo 32, três tipos de pena, caracterizando-as como: I – privativas de liberdade; II – restritivas de direitos; III – de multa. Numa análise da dinâmica carcerária, Lemos (2013, p. 123) explica que “Se por um lado a prisão representou um avanço em direção à humanização da punição, por outro lado foi alvo de críticas tão contundentes como as que lhe deram origem no século XVIII”. Portanto, isso nos induz a uma reflexão sobre a forma de condução do sistema penal no passado e principalmente no presente, despertando algumas inquietações na sociedade, através de críticas e questionamentos quanto a sua eficácia nos resultados esperados na recuperação dos detentos.

Assim, a detenção, ato de punir inserida no sistema penal, trouxe consigo outros embates sociais, pois Lemos (2013, p. 123) afirma que “a prisão, ao misturar os condenados, constitui uma comunidade homogênea de criminosos que se tornam solidários no enclausuramento e, também, em seu exterior”. Tal conjuntura também favorece o aumento da rivalidade e, conseqüentemente, da criminalidade tanto no interior dos cárceres, como também fora deles, entre grupos que buscam o comando do mundo do crime. Na opinião de Barbato Júnior (2006, p. 3), “O direito informal lá presente é dotado de uma severidade incomparável à do direito estatal, consistindo em um modo curioso de organização dos detentos”. Tal realidade torna-se um cenário ideal para as ocorrências de injustiças e desrespeito à integridade humana.

Desse modo, inúmeras infrações aos direitos humanos têm sido registradas no sistema penitenciário brasileiro, sendo muitas vezes de caráter punitivo e de modo algum ressocializador, tornando-se totalmente contraditória a função primordial da penalidade do encarceramento, que é a recuperação dos condenados, pois a privação de liberdade tem-se apresentado como pena principal, ocasionando o crescimento desordenado da população carcerária. Diversos fatores contribuíram para o estado de calamidade do sistema prisional, porém, de acordo com Ribeiro (2015, p. 205), “o abandono, a falta de investimento e o descaso do poder público ao longo dos anos vieram por agravar ainda mais o caos chamado sistema prisional brasileiro”.

De acordo com os dados do Infopen (2016), o quantitativo da população prisional brasileira, até o referido ano, excedeu pela primeira vez a marca de 700 mil pessoas privadas de liberdade, conforme expressa o gráfico abaixo.

**Gráfico 1. Evolução da população prisional brasileira em números absolutos**



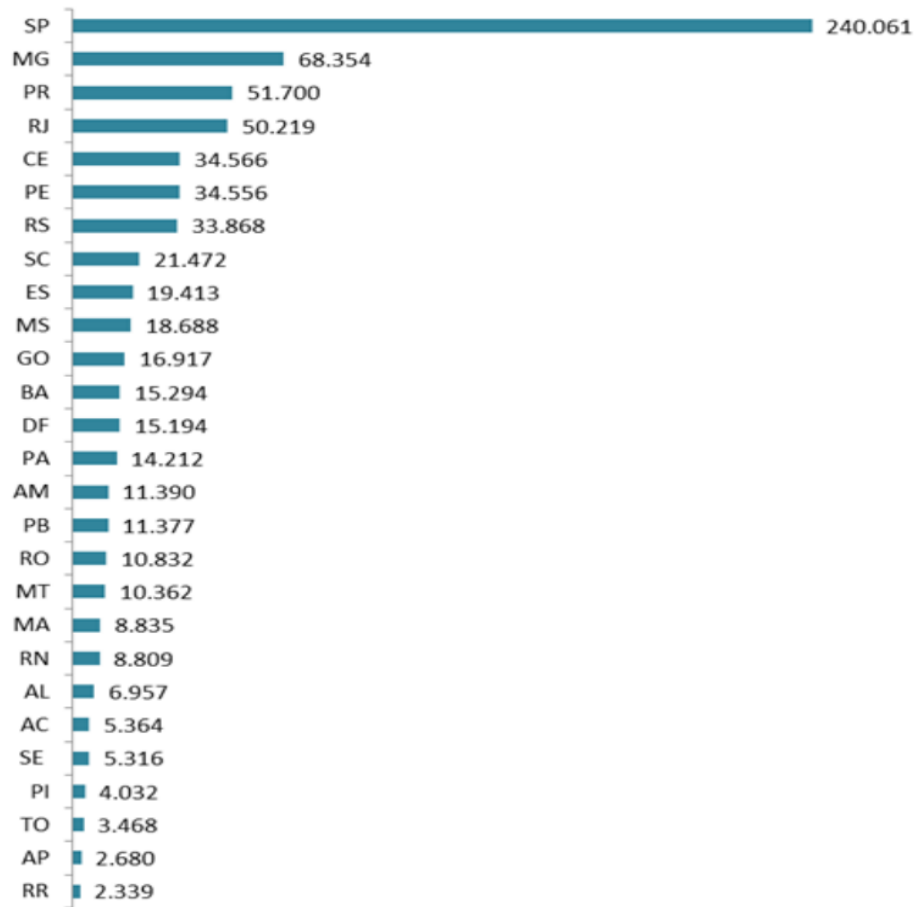
Fonte: InfoPen (2016)

Numa análise do referido gráfico, percebe-se que a trajetória crescente do quantitativo da população carcerária, considerando os valores registrados no percurso do início da década de 90 ao ano de 2016, em um total de 25 anos, saiu de 90.000 para 726.7 mil privados de liberdade, constatando-se um aumento de 707% da massa carcerária nesse período. Uma demonstração da gravidade da violência que assola o país e a triste realidade dos números nos cárceres brasileiros.

Lemos (2013, p. 123) defende que “A prisão é denunciada como um instrumento de fabricação daqueles que a justiça mandará encarcerar uma ou mais vezes”, tornando-se um ato vicioso e prejudicial para a sociedade. Numa reflexão comparativa, no ano de 2000 havia 137 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes, já em 2016 essa quantidade ficou mais expressiva, passando para 352,6 pessoas presas para cada 100 mil habitantes, estabelecendo o aumento na taxa de aprisionamento de pessoas negras em 157% no Brasil (Infopen, 2016).

Esse quantitativo reflete nos números absolutos de encarceramento por unidades federativas, conforme expressa o Gráfico 2 abaixo.

**Gráfico 2. População prisional brasileira em números absolutos segundo UFs**



Fonte: InfoPen (2016)

Numa análise dos dados do Gráfico 2, constata-se que a região Sudeste possui o maior quantitativo de privados, com 378.047, em que apenas o estado de São Paulo apresenta cerca 240.061 presos. Em segundo lugar está a região Nordeste com 129.742 presos, em que o estado do Ceará destaca-se por deter o maior número de detentos. Em seguida está a região Sul com 107.040, seguida pelo Centro-Oeste com 61.161 e por último a região Norte com 50.285 presos. Constata-se a superlotação prisional no sistema carcerário e, conseqüentemente, um reflexo do aumento do índice de criminalidade no país. Os dados do Infopen (2016) ainda expressam que, em termos proporcionais, os estados do Mato Grosso do Sul e da Bahia registram, respectivamente, o maior e o menor índice de encarceramento em todo o país, sendo de 696,7 e 100,1 por pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes em todo o estado.

Além disso, ainda existem as condições sub-humanas a que tais pessoas privadas de liberdade são submetidas devido à superlotação dos cárceres brasileiros, realidade presente em todas as unidades federativas do país. A Constituição Federal afirma, em seu artigo 5º, inciso XLIX, que “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral” (BRASIL, 1988), porém a superpopulação existente nos presídios demonstra que tal direito está sendo violado. Outro aspecto que se deve observar é que, de acordo com o InfoPen (2016), dentre os estabelecimentos penais, 36%, ou seja, mais de um terço destes, passaram somente por adaptações para tornarem-se unidades prisionais do país, pois dos 1258 cárceres existentes no Brasil, 450 são adaptados.

No Ceará, do total de 158 unidades prisionais, 55 foram concebidas como estabelecimento penal, enquanto 103 são adaptadas para tal função. Isso evidencia que tanto nacionalmente quanto no Ceará é expressivo o número de improvisos destes estabelecimentos. No caso cearense, 65% são instituições penais que não foram concebidas para este fim específico, sendo resultado de arranjos (Infopen, 2016).

Nessa concepção, não basta identificar o culpado, condená-lo e/ou puni-lo, e simplesmente colocá-lo atrás das grades, é preciso oferecer condições para serem reeducados, ressocializados e reintegrados à sociedade em que vivem. Portanto, necessita-se de um olhar diferenciado e ações concretas e eficazes que atendam às especificidades e às minúcias dos cárceres brasileiros, que possam transformar tal realidade. Se nada for feito, só restará aceitar e conviver com o aumento dos índices de criminalidade que tanto assombram a população brasileira nos últimos tempos.

Tal realidade, fundada nas relações entre o poder e a rotina dos detentos, retrata o descaso no sistema penal nacional em sua essência objetiva, com relação à sobrevivência e convivência das PPL. O elevado índice de violência através dos registros de mortalidade nos cárceres brasileiros é contabilizado e distribuído entre as categorias de óbitos naturais ocorridos por motivos de saúde, óbitos criminais, óbitos por suicídios, óbitos acidentais e óbitos por causas desconhecidas. Assim,

[...] a prisão que outrora surgiu como um instrumento substitutivo da pena de morte, das torturas públicas e cruéis, atualmente não consegue efetivar o fim correcional da pena, passando a ser apenas uma escola de aperfeiçoamento do crime, além de ter como característica um ambiente degradante e pernicioso, acometido dos mais degenerados vícios, sendo impossível a ressocialização de qualquer ser humano (RIBEIRO, 2015, p. 1).

Nesse contexto, a realidade carcerária, em termos de superlotação, não contribui para atender à natureza do processo de ressocialização, pois de acordo com os dados apresentados pelo Mapeamento Carcerário (2016), fica evidente que o *déficit* de vagas nos estabelecimentos prisionais é exorbitante. Portanto, através da aplicabilidade dos dados fornecidos numa lógica matemática, os resultados indicam um *déficit* de 49,3% de vagas em todo o país. Dos 726.712 mil presos, mais de 358.563 mil estão além dos números das vagas disponíveis nos cárceres brasileiros, que possuem capacidade para aproximadamente 368,049 mil detentos (INFOPEN, 2016). Nesse contexto, dois estados da região Nordeste apresentaram média superior à do país: Ceará, com índice 3,09, e Pernambuco, com 3,0, contabilizando, em ambos os casos, três pessoas presas ocupando uma vaga no sistema prisional (BRASIL, 2016). Tal estatística confirma a deficiência entre a razão do número de presos e o número de vagas disponíveis nas unidades federativas do país, que têm média nacional de dois presos para cada vaga. O quadro abaixo traz o quantitativo de presos versus o número de vagas disponíveis nas unidades federativas do país.

**Quadro 1. Evolução histórica da população prisional, das vagas e do déficit de vagas**

UF	Total de unidades	Total de vagas	Total de pessoas privadas de liberdade	Déficit de vagas
AC	12	3.143	5.364	2.221
AL	9	2.845	6.957	4.112
AM	20	2.354	11.390	9.036
AP	8	1.388	2.680	1.292
BA	21	6.831	15.294	8.463
CE	148	11.179	34.566	23.387
DF	6	7.229	15.194	7.965
ES	34	13.417	19.413	5.996
GO	102	7.150	16.917	9.767
MA	41	5.293	8.835	3.542
MG	189	36.556	68.354	31.798
MS	45	7.731	18.688	10.957
MT	51	6.369	10.362	3.993
PA	44	8.489	14.212	5.723
PB	65	5.241	11.377	6.136
PE	79	11.495	34.556	23.061
PI	15	2.363	4.032	1.669
PR	33	18.365	51.700	33.335
RJ	49	28.443	50.219	21.776
RN	32	4.265	8.809	4.544
RO	52	4.969	10.832	5.863
RR	6	1.198	2.339	1.141
RS	99	21.642	33.868	12.226
SC	45	13.870	21.472	7.602
SE	7	2.251	5.316	3.065
SP	164	131.159	240.061	108.902
TO	42	1.982	3.468	1.486
<b>Total</b>	<b>1.418</b>	<b>367.217</b>	<b>726.275</b>	<b>359.058</b>

Fonte: Infopen (2016)

De acordo com os dados presentes no Quadro 01, mesmo com a criação de vagas no sistema prisional, percebe-se que a população carcerária continua crescendo, ocasionando um *déficit* de vagas constante. Assim, a população carcerária divide-se em três situações processuais mais críticas, sendo 171.664 condenados a regime fechado, correspondendo a 47%; outros 32% são presos sem condenação, num total de 118.447; 18% estão no regime semiaberto, ou seja, 65.580 presos. E, por medida de segurança, 1% dos privados em internação, correspondendo a 3.563, e 1% em tratamento em regime aberto, perfazendo um total de 5.560 detentos; 337 estão em regime disciplinar diferenciado e 2.066 definidos como outros. Como se pode constatar, o percentual de pessoas condenadas é inferior ao de pessoas sem condenação; tal situação requer medidas emergenciais que possam agilizar os entraves nos processos judiciais.

Sobre a superlotação carcerária, Brasil (2016) revela que, além da superlotação, ainda há o fato de que 32% das PPL ainda aguardam julgamento, tendo em vista que muitos se enquadram no perfil de penas alternativas.

Numa reflexão sobre a omissão do cenário carcerário no país, tem-se que:

O Sistema Penitenciário brasileiro vem sofrendo ao longo dos tempos a marca do descaso e do abandono por parte de autoridades que compõem os poderes constituídos do nosso país. O Estado está perdendo o controle desse sistema, de modo que a lei da violência está no comando e, com isso, sofre a população carcerária que ainda sonha com o resgate da cidadania, a qual busca no cárcere entender a punição aplicada e retornar ao convívio social (SILVA, 2001, p. 1).

É discutível a necessidade de construção de novas unidades prisionais, que possam atender ao expressivo quantitativo de pessoas privadas de liberdade, pois tal realidade, somada à ausência de atividades laborais, contribui para a ociosidade dos detentos, que acabam se adaptando ao clima hostil em que vivem. Batista (2010, p. 24) explica que “Na prisão, aquele que praticou um delito leve acaba saindo mestre no crime organizado, afinal tem tempo suficiente pra ficar arquitetando planos em cima de planos para fora dos muros”. Já no interior da prisão planejam rebeliões, destroem o patrimônio público, ameaçam e põem em risco a vida dos profissionais carcerários, sem qualquer dever ou responsabilidade legais pelos seus atos e nem pelo próprio sustento. Nessa ideia, Batista (2010, p. 24) defende que “Por isso é preciso fazer valer os direitos dos presos como, por exemplo, colocá-los para trabalhar enquanto aguardam suas penas”. O processo educacional também surge legalmente como forma de construir valores e promover a reabilitação do detento.

Portanto, torna-se necessário traçar detalhadamente o perfil do cidadão que cumpre pena no Brasil, seu nível econômico, sua faixa etária, cor/ raça, fatores de suas vulnerabilidades, nível de escolaridade, entre outros aspectos, pois através da identificação destas informações as autoridades governamentais podem conhecer o que o levou a cometer o delito e desse modo elaborar políticas públicas para resgatar os privados de liberdade, revertendo a calamidade do sistema prisional e, principalmente, fortalecendo as políticas públicas no tocante ao fator de prevenção dessas mazelas que assolam cidadãos brasileiros.

A população carcerária brasileira apresenta o maior índice de jovens definidos na faixa etária entre 18 a 29 anos, verificando-se um percentual de 55%, na população do sistema prisional, sendo fato que a concentração de jovens persista em todas as unidades federativas, destacando-se os estados de Acre, Amazonas, Pará, Espírito Santo, Pernambuco e Sergipe, onde, a cada 10 pessoas presas, seis são jovens (INFOPEN, 2016)

Os negros representam 64% da população carcerária e o estado do Ceará apresenta 84% dos privados de liberdade de cor negra. Dentre todas as Unidades Federativas brasileiras, existem apenas três, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, em que a maioria dos detentos é classificada como de cor branca. Outro fator importante é a falta e/ou o baixo nível de escolaridade dos privados (INFOPEN 2016). Logo,

Ao longo deste processo de discriminação, exclusão e marginalização, a maioria dos adolescentes e jovens envolvidos com o cometimento de atos infracionais inseridos em instituições de internação no Brasil, notadamente, foi privada de um processo de socialização saudável, do acesso às políticas públicas como educação, esporte, lazer, saúde, profissionalização e convivência familiar e comunitária, fatores estes fundamentais para a formação do indivíduo enquanto cidadão (SILVA, 2012, p. 101).

No Brasil, as oportunidades não chegam para todos e a desigualdade encontra-se presente na sociedade, formando diariamente vítimas do descaso e do reflexo da situação socioeconômica da população brasileira. Desse modo, a pobreza é um problema exorbitante e fruto da desigualdade socioeconômica no Brasil, apresentando níveis diferenciados de uma região para outra (YANNOULAS, 2014).

O que esperar de cidadãos que vivem em situações totais de miséria? Quais são as perspectivas de dias melhores? Conforme Yannoulas (2014, p. 33), “Trata-se de um problema de caráter estrutural e não individual, que ao ser relacionado à política educacional, permite tencionar a suposta universalidade da educação básica, uma vez que foi garantido o acesso da população pobre à escola”.

Assim como na escola regular, o sistema prisional também se apresenta como reflexo da triste realidade de desigualdade social. Barbosa (2015, p. 194) afirma que “No plano nacional, dados estatísticos recentes apontam que o alto grau de violência entre a juventude tem cor: é a juventude negra pobre brasileira”. Vítimas da violência e da intolerância social, muitos tiveram seus direitos negados, conseqüentemente, através de atos ilícitos, passaram a conviver no mundo do crime, aumentando a estatística e superlotando os cárceres, em que a maioria dessa população carcerária é composta por jovens de 18 a 29 anos, período da faixa etária em que os mesmos deveriam estar contribuindo para o crescimento econômico e tornando-se cidadãos responsáveis pelo país em que vivem.

Tal realidade repercute nos cárceres, definindo o perfil da população prisional quanto sua escolaridade e, conseqüentemente, retratando o interesse em participar de alguma atividade educacional, formal ou não. No âmbito do estado do Ceará o número de pessoas envolvidas em atividades formais constitui somente 7%, perfazendo um total de 1.701 pessoas e o quantitativo de pessoas envolvidas nas atividades informais ou tidas como complementares, tais como: os programas de remição pela leitura, pelo esporte, videoteca, atividades de lazer e cultura, não atinge 1% da população carcerária do Estado (BRASIL, 2016).

Com relação ao sistema prisional sob a luz do direito penal, Silvestre (2009, p. 437) expressa que “[..] em uma análise mais profunda, a expansão carcerária pode ser encarada mais como um problema de governo/gestão dos indivíduos e das massas do que propriamente uma questão de contenção do preso”. Nessa medida, se faz necessário um repensar sobre as políticas públicas, no intuito de expandir as oportunidades a todas as classes sociais, promovendo condições para um melhor desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, do país. Assim, a educação é um caminho a ser trilhado e que poderá colaborar para transformar tal realidade nacional. Tal processo instiga a conhecer a trajetória histórica da educação e o papel da modalidade da EJA na busca de proporcionar equidade no contexto social que o sujeito se encontra inserido.

## **2.2 Educação e Educação de Jovens e Adultos**

Este tópico expressa o processo histórico do ato de educar por meio do direito à educação e suas especificidades através da modalidade da EJA e de suas conquistas dentro dos parâmetros legais, como uma possibilidade de contribuir para o contexto prisional.

A construção do saber caminha ao lado da história da evolução da humanidade e o homem, por diferenciar-se dos outros animais pela sua capacidade de pensar, demonstra suas habilidades de adaptar-se, de conviver com outros da mesma espécie e, principalmente, de aprender com suas experiências individuais, através do compartilhamento e da troca de conhecimentos com demais membros no próprio local de interação do indivíduo.

Desse modo, o ser humano, diante de suas dificuldades e, principalmente, em prol de suas necessidades, pode desenvolver aprendizagens informais, tanto nos ensinamentos em família, no modo de viver, de realizar as tarefas diárias, na transmissão dos valores e das crenças, como registros de fatos, ocorrências do cotidiano e relatos de vida, fortalecendo os aspectos social, econômico e cultural, assim como sua própria história. Do ponto de vista de Almeida e Oliveira (2014, p. 4-5), “A educação informal, por sua vez, é resultado das ações que permeiam a vida do indivíduo. Ocorre nas experiências do dia a dia, tem função adaptadora e os conhecimentos adquiridos são passados para as gerações futuras”.

Costa (2014, p. 33) evidencia que a aprendizagem, assim como o trabalho, é algo próprio da vida do ser humano:

Dentro da perspectiva apresentada, educação e trabalho, aprendizagem e vida, em suas manifestações primeiras, caminhavam juntas, permitindo aos diferentes sujeitos construir sua própria existência através da elaboração e validação de meios. Tal construção, mediada pela experiência e pela apropriação de conhecimentos, se tornava o conteúdo que compunha a cultura e valores a serem preservados e repassados de geração para geração com vistas à manutenção de sua própria continuidade.

Considerando que a educação informal se pontua pelas aprendizagens desenvolvidas a partir dos exemplos e das coisas da vida cotidiana, de modo pessoal e interativo, constitui-se naturalmente, fora dos espaços escolares, a partir das vivências e das trocas de experiências. É importante situar, além da preservação da cultura, a sua transformação. Daí se evidencia o caráter contraditório da educação: preservar e transformar (PINTO, 2013).

Já o processo de educação formal, dentro dos trâmites legais, deve acontecer nos ambientes planejados para esses fins, de modo sistemático e regulamentado e sempre com acompanhamento pedagógico. Assim, “a educação formal trabalha com objetivos claros, segue uma sequência hierárquica de progressão gradativa – educação básica e ensino superior. Geralmente, acontece nas escolas e universidades” (MARTINS, 2014, p. 54).

Diante dos diversos tipos de aprendizagens, a educação pode promover o ser humano em sua plenitude enquanto ser social, através da integração de suas habilidades físicas e intelectuais. Assim, a educação faz toda a diferença na vida de cada cidadão, conduzindo-o a

diversas oportunidades e ascensão, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. Logo, o direito ao acesso à educação representa o princípio da formação da população e, conseqüentemente, reflete no desenvolvimento e no progresso de toda uma nação. Portanto, a história da educação no Brasil constitui-se em diversos aspectos relevantes até sua efetivação, apresentando-se como um complexo e grande desafio para que se torne um fato real de direito de todos.

É fundamental a reflexão sobre a história educacional, desde o início da implantação do processo da educação até os dias atuais, que se apresenta dentro do contexto histórico da época vivenciada. O debate brasileiro sobre políticas públicas ressalta a necessidade apresentada para o avanço das classes trabalhistas e torna-se essencial para amenizar a desigualdade social.

A política educacional ocorre através das atribuições e das tomadas de decisões dos representantes da esfera pública, a partir de uma leitura do contexto real, seguido por um desejo de contribuição e avanços nos limites, buscando a superação das dificuldades numa projeção de conquistas.

A trajetória da educação brasileira revela suas limitações existenciais desde os “regimentos de D. João III”, com a presença dos jesuítas, que se utilizaram do artifício de catequizar os nativos para alfabetizá-los, passando pela primeira iniciativa de manutenção adotada pela Coroa Portuguesa através do plano da redízima, que destinava dez por cento dos impostos da colônia brasileira. Tal sistemática empregada pelos jesuítas já apresentava a exclusão de alguns grupos de civis da sociedade brasileira, demonstrando desigualdade ao direito de acesso à educação desde os primórdios de sua história (SAVIANI, 2008).

Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 108), “a ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova”. É preciso ressaltar que, no período da colonização, uma parcela do povo indígena adulto foi submetida a uma intensa educação. Assim, pode-se dizer que a educação de jovens e adultos inicia sua caminhada, com princípio missionário e caridoso, em função de melhor servirem às necessidades e de atenderem à aristocracia portuguesa.

Conforme Strelhow (2010, p. 3), “Com a saída dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação de adultos entra em colapso e fica sob a responsabilidade do Império a organização e emprego da educação”. Assim,

O resultado foi que, quando se deu a expulsão dos jesuítas em 1759, a soma dos alunos de todas as instituições jesuíticas não atingia 0,1% da população brasileira, pois delas estavam excluídas as mulheres (50% da população), os escravos (40%), os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos e crianças abandonadas (MARCÍLIO, 2005, p. 3).

Seguida pela contraposição da ideologia religiosa, tendo como inspiração o Iluminismo, a reforma Pombalina instituiu a educação pública estatal, direcionando para o Estado a responsabilidade de instrução. Strelhow (2010, p. 3) afirma que “A identidade da educação brasileira foi sendo marcada, então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas”, pois as mesmas “[...] eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas”.

Desse modo, teve início a atual versão educacional, que mesmo com a criação documental conhecida como lei das escolas de primeiras letras não fora cumprida, por alegação de não haver condições técnicas e nem financeiras para a questão da promoção de ensino, resultando na falta de incrementação da educação pública no período da passagem do século XIX.

Numa reflexão breve sobre a educação no Brasil, e suas concepções de ensino ao longo de seu percurso, configura-se um histórico de postura discriminatória e preconceituosa. Ainda em 1879, a pessoa analfabeta era vista como ser “dependente e incompetente”, caracterizada pela Reforma Leôncio de Carvalho, que a princípio limitou o ato de votar somente para aqueles considerados letrados e, para piorar a situação, a Constituição Republicana de 1891 restringiu o voto a uma pequena minoria, pois dentro dos critérios estabelecidos estavam pessoas alfabetizadas e com posses. Tal postura levou à criação da Liga Brasileira em 1915, contra o analfabetismo, que tinha como objetivo estabilizar a grandeza das instituições republicanas e que, através da Associação Brasileira de Educação (ABE), discutia em torno de uma luta contra o analfabetismo. Expressa Strelhow (2010, p. 4), que “na época fora considerado uma praga que deveria ser exterminada”.

Portanto, com o objetivo de transformar essa realidade, alguns programas foram direcionados à educação de jovens e adultos em combate ao analfabetismo, como destaca Almeida e Corso (2015, p. 1285): “Incentivou-se a aprendizagem da leitura e escrita, para que os jovens e os adultos pudessem exercer o seu ‘direito’ de voto”. Porém, é preciso ressaltar que esse processo se deu de modo infantilizado e considerava o analfabeto como um sujeito incapaz, quando deveria ser visto como um ser produtivo (MOURA; SERRA, 2014). Assim,

O caráter claramente utópico de muitas de nossas políticas educacionais, responsável pelo seu fracasso, se deve, em grande parte, ao fato de não terem sido associadas a uma política social de longo alcance e de não estarem alicerçadas em uma clara consciência dos obstáculos econômicos, políticos e

culturais que precisam ser enfrentados para a construção de um sistema educacional abrangente e de boa qualidade (GOLDEMBERG, 1993, p. 65).

Evidencia-se que a trajetória do controle do saber estava atrelada à dominação do povo, compreendendo-se que a educação nunca foi efetivamente prioridade por parte das elites dirigentes e pelos representantes políticos, fazendo parte dos discursos, porém deixando a desejar na prática de sua efetivação. Diante dessa realidade, percebe-se a pouca importância dada à efetivação da educação, constatando-se que, desde seu princípio, não era vista como prioridade e nem como direito de todos.

A política educacional brasileira se apresentou de diferentes formas, moldando o sistema da educação de acordo com o contexto econômico da época, com os interesses particulares dos governantes, sem oferecer a verdadeira importância aos grupos civis que precisam dessa mediação para a devida inserção na sociedade como cidadãos ativos, com direitos e deveres, possibilitando a contribuição deles para o crescimento intelectual e econômico do país.

A Revolução de 1930, através do processo de industrialização, trouxe mudanças políticas e econômicas para o Brasil e para a EJA, visto que nas décadas seguintes essa modalidade teve seu marco no espaço da história da educação brasileira tanto pelo momento econômico como também pela voz de Freire (1996), que reconhecia o processo de aprendizagem a partir da leitura do mundo e das experiências do educando, tendo como proposta de alfabetização a realidade de vida do aluno para o aprendizado da técnica de ler e escrever. Seu método consistia na investigação temática no universo vocabular do aluno e da sociedade onde ele vive, ou seja, investigação das palavras e temas geradores, seguido pela codificação e decodificação dos temas através do seu significado social e, por último, a problematização da criticidade, tornando-se cidadão participativo para superar o contexto vivido. Na compreensão de Scortegagna e Oliveira (2006, p. 5):

Freire, trazendo esse novo espírito da época, acabou por se tornar um marco teórico na Educação de Adultos, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, que unia pela primeira vez a especificidade dessa Educação em relação a quem educar, para que e como educar, a partir do princípio de que a educação era um ato político, podendo servir tanto para a submissão como para a libertação do povo.

Em busca de atender à Constituição de 1934, através da criação do Plano Nacional de Educação, estabeleceu-se para o Estado, como direito constitucional, o dever para com o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos, sendo feito para o ensino básico e de modo gratuito, devendo atender à maioria dos setores sociais.

A alfabetização de jovens e adultos, considerada um meio importante para o desenvolvimento da sociedade brasileira, juntamente aos movimentos sociais e às influências de Freire, tornaram-se fortes impulsos para promover a instrução pública.

Diversos movimentos e programas se destacaram na luta contra o analfabetismo, dentre eles o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), de 1967 a 1985. Os critérios quanto à seleção dos educadores responsáveis por desenvolver o processo de ensino aprendizagem foram muito livres, ou seja, “sem muita exigência, rebuscando a ideia de que para educar uma pessoa adulta é necessário ser apenas alfabetizada, sem entender o método pedagógico” (STRELHOW, 2010, p. 7). Já a Fundação Educar (1986-1990) teve a função de contribuir com as mudanças na formação do educador e no processo de ensino e aprendizagem. Ainda mais recente, tem-se a oferta do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), de 2003 até os dias atuais.

Foi com a elaboração da atual Constituição Federal de 1988 que se pensou no cidadão de forma plena, pois segundo o Art. 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Assim, a Educação de Jovens e Adultos teve destaque e direito reconhecido pela Constituição, pois o dever do Estado com a EJA torna-se maior, quando em seu artigo 208 proclama que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de Ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria (...)” (BRASIL, 1988). Por outro lado, somente com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9394/96), em seu art. 37, é que a EJA é assegurada de variadas formas:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º o poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (BRASIL, 1996).

A criação da atual LDB definiu a organização da educação, estruturando em níveis de ensino, dividindo-os em etapas e modalidades educativas, e apresenta a EJA como modalidade criada com objetivo de oferecer oportunidade de recuperação do tempo

educacional e também da possibilidade de avançar através da submissão de avaliações externas, pois em seu art. 38, § 2º conduz que “Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames” (BRASIL, 1996).

De acordo com Costa (2014, p. 8), a EJA apresenta-se

[...] como uma modalidade de ensino que vem, através de luta e de articulação empreendida pelos movimentos sociais, conquistando espaço no contexto nacional. Exemplo mais recente desta questão é sua inclusão no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica-FUNDEB, desde o ano de 2007, uma vez que o financiamento no período anterior à implantação deste fundo ocorria de forma pontual e descontínua, fragilizando os processos de continuidade de estudos pelos alunos egressos dos programas de alfabetização.

A EJA, portanto, apresenta-se como possibilidade e oportunidade para aqueles que por algum motivo foram levados a se distanciar do mundo escolar ou que simplesmente devido ao seu contexto de vida não tiveram acesso à escola no tempo ideal.

O sistema educacional assegura aos jovens e adultos, gratuitamente, oportunidades educacionais apropriadas, considerando suas peculiaridades, seus interesses e de acordo com sua condição de vida e de trabalho, dando oportunidade aos interessados de seguir no mundo das letras ou de dar continuidade aos estudos, porém é necessário enfatizar que o direito à educação não se resume à matrícula, é preciso manter a permanência, garantindo a frequência às aulas e a efetiva aprendizagem. Assim,

A educação, instituída como um direito de todos, apresenta-se como um subsídio capaz de elevar toda uma sociedade, através do seu desenvolvimento e da concretização de acesso, permanência e garantias, que se apresentam de forma integrada nas chamadas políticas públicas (SILVEIRA; MARTINS; MACHADO, 2016, p. 45).

A EJA é uma modalidade que contempla o público jovem a partir de 15 anos no ensino fundamental e somente partir dos 18 anos para o ensino médio, podendo ser de modo presencial e/ou semipresencial.

O parecer CEB nº 11/2000 normatizou, através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCNEJA), que a EJA não tem mais somente o papel de suprir a escolaridade perdida, mas sim a função educacional reparadora, pela restauração de um direito negado, de modo que possa também ser qualificadora, objetivando garantir uma redistribuição através da distribuição dos bens sociais e, por fim, equalizadora, que contempla a progressão de conhecimentos por toda a vida (BRASIL, 2010).

Considerado por muitos como um bem precioso, o direito educacional e, principalmente, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos em sua trajetória enfrentou e superou vários obstáculos – econômicos, sociais e políticos – desde suas origens até os dias atuais, promovendo de algum modo a transformação de uma parcela considerável da sociedade, que por muito tempo esteve privada de oportunidades educacionais. Atualmente, o direito à educação às vezes torna-se o único caminho digno de progresso e ascensão para muitos jovens e adultos, e a EJA não é simplesmente uma oportunidade de recuperar o tempo perdido, mas também a possibilidade de avançar e dar continuidade aos estudos, ingressar em uma universidade e se profissionalizar, expandindo o campo de escolhas.

Nesse contexto, o papel do educador é fundamental, pois é necessário acreditar no potencial do educando e buscar seu resgate através do processo de ensino, motivando-o e fazendo-o acreditar no quanto é capaz, trabalhando o desenvolvimento intelectual e de suas habilidades, de modo significativo e qualitativo, proporcionando equidade necessária na aprendizagem, estimulando para uma formação integral em seus aspectos emocionais, operacionais e sociais, e contribuindo na orientação de suas vivências.

Essa breve trajetória, a EJA ganhou espaço educacional, tornou-se uma conquista dentro dos parâmetros legais e por razão da crescente procura, transformou-se em um meio de ensino fundamental e ainda se estabeleceu como uma modalidade de caráter específico. A EJA, em sua essência, possui público, organização, metodologia e um currículo diferenciado; sua proposta educacional busca valorizar o educando enquanto sujeito e, de modo geral, propõe-se a atender às necessidades como também a oferecer suporte para a superação dos desafios, tornando-se para muitos o caminho para alcançar a emancipação, seja o aluno jovem ou idoso, livre ou mesmo privado de liberdade, transformando sua realidade e reescrevendo sua história de vida.

A Lei 10.172/2001 regulamenta o Plano Nacional de Educação, efetivando também a EJA nas unidades prisionais, como forma de contribuir no processo de ressocialização. Segundo Fagundes, Souza e Conceição (2012, p. 11), o “Plano Nacional de Educação tem como prioridade a erradicação do analfabetismo, considerando a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida intrínseca desse nível de ensino”. Campos (2015, p. 49) ressalta a importância de compreender [...] a “educação como um instrumento indispensável para a organização da sociedade atual e concretizar efetivamente seu acesso as pessoas, há um longo caminho a ser percorrido”. Tal processo é ainda mais frágil quando se trata do contexto das prisões.

Do ponto de vista de Gadotti (2014, p. 21), “Ela atende aos excluídos dos excluídos: indígenas, quilombolas, populações do campo, ciganos, pessoas portadoras de deficiências, pessoas em situação de privação de liberdade, catadores de materiais recicláveis, população em situação de rua [...]”.

O que mais caracteriza a EJA, dentro de suas particularidades, é a diversidade do seu público, ou seja, constitui-se excepcionalmente de modo heterogêneo e procedente de diversos tipos de exclusão, sobretudo as PPL, rejeitadas por trazerem em sua bagagem vivências de conflitos com a Lei.

De acordo com a Informação Penitenciária (InfoPen), fornecida pelas Secretarias de Justiça e Segurança Pública do país, baseadas no ano de 2016, o nível de escolaridade dos reeducandos prisionais dos estados é preocupante, conforme explicitado no Quadro 2.

#### Quadro 2. Percentual da população segundo escolaridade e alfabetização. UFs, regiões e Brasil

UF	Analfabeto	Alfabetizado (sem cursos regulares)	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Ensino acima de Superior Completo
AC	6%	6%	59%	11%	11%	6%	0%	0%	0%
AL	23%	11%	48%	7%	6%	4%	0%	0%	0%
AM	1%	1%	65%	8%	12%	11%	1%	0%	0%
AP	2%	3%	49%	11%	20%	13%	1%	1%	0%
BA	10%	15%	52%	7%	9%	6%	0%	0%	0%
CE	7%	27%	45%	8%	6%	5%	1%	0%	0%
DF	2%	1%	58%	10%	16%	10%	2%	1%	0%
ES	3%	6%	53%	9%	16%	11%	1%	1%	0%
GO	7%	16%	35%	18%	15%	8%	1%	0%	0%
MA	13%	16%	38%	11%	13%	9%	0%	0%	0%
MG	3%	7%	57%	13%	13%	7%	1%	0%	0%
MS	2%	4%	59%	13%	11%	9%	1%	1%	0%
MT	6%	9%	35%	17%	18%	11%	3%	1%	0%
PA	5%	8%	58%	10%	11%	7%	0%	0%	0%
PB	14%	29%	42%	7%	5%	4%	0%	0%	0%
PE	19%	26%	34%	5%	9%	5%	1%	0%	0%
PI	8%	18%	52%	7%	9%	5%	1%	1%	0%
PR	0%	2%	64%	9%	15%	8%	1%	1%	0%
RJ	2%	3%	65%	15%	8%	6%	1%	0%	0%
RN	13%	13%	50%	10%	8%	5%	1%	0%	0%
RO	5%	10%	52%	12%	12%	8%	1%	0%	0%
RR	2%	12%	32%	18%	17%	15%	2%	1%	0%
RS	3%	6%	56%	17%	10%	6%	1%	0%	0%
SC	3%	7%	48%	18%	12%	10%	1%	1%	0%
SE	5%	6%	68%	10%	6%	5%	0%	0%	0%
SP	2%	3%	45%	17%	19%	12%	1%	0%	0%
TO	7%	9%	48%	12%	14%	9%	1%	1%	0%
Brasil	4%	6%	51%	14%	15%	9%	1%	0%	0%

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

Segundo o quadro (Infopen, 2016), em uma análise por nível de escolaridade, identificou-se um baixo grau de escolaridade; entre regiões, destaca-se que 61% dos presos analfabetos do país estão concentrados na região Sudeste, e o menor percentual é de 6,3%, registrado na região Sul, ainda contendo na educação em prisão todos os níveis de escolaridade nacional. A situação carcerária da unidade federativa do Ceará, considerando os dados obtidos do ano 2016, com relação à escolaridade e alfabetização, é que de um total de

34.566, 7% são analfabetos, 27% são considerados alfabetizados sem cursos regulares, 45% possuem o ensino fundamental incompleto, somente 8% concluíram o fundamental e 5% o ensino médio. Sobre o nível superior, apenas 1% possui nível superior incompleto. Numa análise geral, 85% dos privados de liberdade do Estado do Ceará não concluíram a educação básica.

Numa reflexão comparativa dos dados apresentados na tabela, percebe-se que os estados da região Nordeste apresentam um índice maior que o nacional no quesito analfabetos, sendo o estado de situação mais preocupante o de Alagoas, com 23% considerados analfabetos. E, numa relação inversamente proporcional ao que define o perfil percentual de privados alfabetizados, os dados mostram que os índices tanto do estado do Ceará como da região nordestina 25% e 27%, respectivamente, são superiores ao índice nacional, totalizando apenas 4%.

A oferta da educação em prisão, de acordo com suas particularidades, não deve ser considerada um benefício ao privado, mas um direito adquirido, fundamentado na Lei de Execução Penal (LEP), Lei de nº 7.210/1984, destacando a Declaração dos Direitos Humanos e abrindo caminhos para a reeducação institucional.

A Lei nº 12.433/2011 trouxe alterações à Lei de Execução Penal, no que concerne à remição da pena em razão do trabalho ou do estudo, apresentando mudança na nova maneira de contar a diminuição dos dias remidos da pena. O artigo 126 da referida lei concede a remição de pena pelo estudo, não importando se o detento é provisório ou definitivo, estabelecendo que o PPL remirá:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12(doze) horas de frequência escolar- atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional- divididas, no mínimo em três dias; II- 1 (um) dia de pena para cada três dias de trabalho (BRASIL, 2011).

A LEP ainda adiciona mais cinco parágrafos na estrutura do seu art.126, distinguindo a matéria, ou seja, que tipo de estudo será aceito, o modo que deverá ocorrer a compatibilização entre estudo e trabalho e ainda a ampliação do benefício no caso de conclusão de ensino do nível fundamental e/ou médio através da participação e êxito nas avaliações externas, assim como inovação em algumas disposições.

Na oportunidade de se educar e/ou reeducar, a obrigação do poder público torna-se ação indispensável para atender aos parâmetros de reintegração social, como frisa Araújo (2013, p. 14), “o que implica remeter-se à ideia de que o interno volte à sociedade em condições de convívio social compatível com os ditames impostos pela própria sociedade”.

Dessa forma, a educação em sistemas penitenciários é validada quando possibilita ao reeducando a visão do mundo com uma perspectiva de mudança de atitude. Assim,

O problema na área educacional é complexo e não existem respostas imediatas ou soluções rápidas e quando se trata de pessoas privadas da liberdade, esta complexidade aumenta por se tratar de alunos em situações peculiares, o que justifica a necessidade de estudos, reflexões e, especialmente, projetos sociais voltados para os excluídos, os marginalizados, os insatisfeitos, a maioria perdedora. (FAGUNDES; SOUZA; CONCEIÇÃO, 2012, p. 11).

Compreendendo a situação de jovens e adultos que se encontram em situação de privação de liberdade e em condições reais de superlotação, “o cotidiano é marcado pelo ócio, aqui entendido não como um momento de descanso, podendo ser um produtor de reflexões e criatividade, mas como um prolongado tempo de ausência de atividade” no contexto prisional brasileiro (CAMPOS, 2015, p. 50).

Considerando a importância que tem a EJA no ambiente prisional, torna-se necessário não só ofertar a educação em prisão, mas também encorajar e aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, no interior das unidades prisionais, para que o reeducando torne-se preparado para a sua restituição social. Instituída desde seus princípios, como aparelho de detenção legal, a prisão fundamenta-se como um instrumento que busca transformar os indivíduos (FOUCAULT, 2011), em que o contexto atual configura que “ O aspecto de reinserção do infrator na sociedade é a principal questão identificada pela sociedade moderna como o papel do sistema penitenciário (ARAÚJO, 2013. p.12-13).

De acordo com Araújo (2013, p. 11), tal realidade necessita ainda “[...] ter um modelo pedagógico diferenciado, a qual possibilite ao reeducando a visão do mundo com uma perspectiva de mudança de atitude, nos moldes de compreensão dos direitos e deveres enquanto cidadãos em processo de ressocialização”. Dados do Departamento Penitenciário Nacional Brasileiro revelam que a população carcerária do Brasil, em sua maioria, é composta por jovens que têm baixa escolarização e menos de trinta anos (FAGUNDES; SOUZA; CONCEIÇÃO, 2006).

Desse modo, o intuito da escola não é motivar pela busca do poder, mas contribuir para o desenvolvimento intelectual através da valorização do conhecimento, tida como maior riqueza humana enquanto ser social, crítico e participativo, possibilitando o poder através do saber.

Gadotti (1997, p. 20) expressa que “O papel da escola consiste em colocar o conhecimento nas mãos dos excluídos de forma crítica, porque a pobreza política produz

pobreza econômica”. Na compreensão do contexto, Freire (1996, p. 19) ressalta que é preciso “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar”. Eis o desafio aos educadores: questionar o ser e estar no mundo, buscando, portanto, intervir de forma produtiva para mudar a realidade atual. Assim,

Sabendo-se que todo ponto de partida de toda aprendizagem é o próprio aprendiz e as condições em que ele se encontra no momento em que se recebe o ensino, a educação tem por objetivo preparar o indivíduo para uma sociedade igualitária na qual o mesmo utilize o conhecimento para a liberdade, reflexão e criticidade sobre seu mundo (ARAÚJO, 2013, p. 12).

Desse modo, desde que as condições sejam asseguradas, o educando, em especial, o privado de liberdade, precisa também assumir-se como corresponsável de seu processo de aprendizagem, compreendendo que o conhecimento é a chave para a sua libertação, ou seja, a ressocialização. Nesse sentido, a construção de saberes apresenta-se como um caminho propício para subsidiar a abordagem da educação ambiental e o desenvolvimento de práticas sustentáveis, uma necessidade de interligar a prática educacional com as relações vivenciadas entre a sociedade e a natureza.

### **2.3 Educação e Sustentabilidade**

A abordagem da sustentabilidade através da educação leva a compreender as relações vivenciadas entre a sociedade e a natureza, desde o princípio entre a oferta dos recursos naturais e sua utilização pelo homem, na busca de intervir sobre os conflitos socioambientais, e de construir novas perspectivas do homem com o meio.

Na busca de entender o contexto socioambiental no mundo em que vivemos, faz-se necessário compreender o enredo histórico desde as origens, considerando as complexidades da relação entre a espécie humana e a natureza. As ações transformadoras do homem no meio ambiente, desde os tempos remotos até os dias atuais, através de sua capacidade de modificar o meio de acordo com seus ideais, aliadas a sua organização enquanto ser social, somadas ao crescimento populacional, ao desenvolvimento tecnológico, econômico despertam para algumas inquietações reais sobre a garantia de sobrevivência das gerações futuras.

Em busca pela própria sobrevivência junto à natureza, desde a extração do alimento à luta diária com os animais selvagens pelo domínio do território, o homem, através de suas experiências cotidianas, passou por mudanças perceptíveis no modo de pensar e de agir. Dias

(2010, p. 3) diz que “O homem passou fazer o que todos os outros animais faziam, só que melhor”. Assim, para suprir suas necessidades, a espécie humana deixou de ser nômade, pois vivia sempre em grupo e em constante movimento e passou a se fixar em um determinado local, tornando-se sedentário no seu modo de viver, domesticando os animais e cultivando o seu próprio alimento, porém ainda mantinha traços primitivos e sem esboçar o interesse de acúmulo de bens.

Numa nova perspectiva, a prática agrícola passou a ser utilizada especificamente para a subsistência das comunidades, e conseqüentemente também ocasionou a exploração das áreas do entorno. O domínio das técnicas do desenvolvimento da agricultura possibilitou o desenvolvimento de habilidades na lida com a terra, favorecendo a divisão das tarefas e revelando, conseqüentemente, maior produtividade e sobrevivência dos membros da comunidade. Dias (2010, p. 4) afirma que “Nesse momento, a melhoria da qualidade de vida se dava em detrimento do mundo natural, pois a concepção predominante era de luta do homem contra a natureza”.

Santos e Nascimento (2009, p. 2) revelam que “O invento da agricultura, entre 10 e 15 mil anos atrás, foi um marco histórico na evolução do homem, já que a agricultura parte de algo superior capaz de controlar e dominar a natureza para que esta atenda as suas necessidades”. Já Freitas e Porto (2006, p. 41) trazem o surgimento da agricultura “entre 10000 e 5000 anos atrás. Nesse período o homem adquire a capacidade de alterar seu ambiente utilizando ferramentas, armas e fogo, conquistando novos habitats e se fixando em pequenos vilarejos”.

Assim o homem passou a extrair cada vez mais os recursos naturais, através da demanda das retiradas de madeiras para construir seus tetos, causando, por conseguinte, a morte e extinção de várias espécies e plantas, interferindo nos cursos naturais das águas, e possibilitando o surgimento das grandes concentrações urbanas, induzindo indiretamente ao desequilíbrio natural e a sérias conseqüências para o meio. De acordo com o percurso de sua evolução, o homem com suas particularidades tornou-se também responsável pela apropriação e demarcação de áreas territoriais, constituindo as primeiras noções de propriedades particulares, provocando o crescimento populacional, sem apresentar nenhuma preocupação sob suas ações demasiadas, acentuando cada vez mais sua interferência na natureza.

Freitas e Porto (2006) qualificam como segunda grande mudança o surgimento das grandes civilizações de modo socialmente mais complexas, através da formação de grandes cidades, na região do Mediterrâneo e nas Américas. No percurso há ainda em um período de 2500 a 500 anos atrás as transformações ocasionadas pelo crescimento de interligação entre as

diferentes sociedades, em que “diversas civilizações (Grécia, Roma, Pérsia, China, Índia) se expandiram por vários territórios, mobilizando vastos exércitos e incorporando vastos territórios” (FREITAS; PORTO, 2006, p. 42).

O processo de desenvolvimento e implantação da Revolução Industrial, conhecida como o período de maior produtividade humana e também um das mais impactantes para o meio ambiente e social, teve início no século XVIII na Inglaterra, onde logo se dispersou por todas as direções do planeta, anunciando seu desenvolvimento econômico e social, induzindo a um leque de desigualdades nessas áreas, dividindo a população em classes sociais, e a nível mundial ocasionou a competitividade econômica entre os países, interferindo intensamente na qualidade de vida de seus cidadãos. Diante dessa realidade, surgiram preocupações com a permanência de acesso aos recursos ambientais, estando associado à ideia de garantir a geração de maiores riquezas. Melo (2011, p. 1) afirma que:

Os riscos em curto prazo são absorvidos pela própria natureza, mas a preocupação maior é com a própria capacidade de espaço físico para suportar tantos dejetos industriais. O perigo provocado pela industrialização do mundo faz surgir movimentos de resistência e conscientização (educação, informação ecológica) no sentido de se criar normas e organismos que possam controlar riscos presentes e muito especialmente a noção relacionada com o futuro ambiental da humanidade.

A tomada de conscientização dos problemas ambientais emergiu majoritariamente na metade do século XX, pois de acordo com Dias (2010, p. 13), o lançamento do livro *Primavera Silenciosa* “provocou, nos anos seguintes, intensa inspeção das terras, rios, mares e ares por muitos países, preocupados com danos causados ao meio ambiente. Em consequência, a poluição emergiu como um dos grandes problemas ambientais do mundo”.

O livro, em sua essência, teve como objetivo alertar o mundo e despertar para os riscos do uso arbitrário dos pesticidas químicos. Foi considerado como a primeira denúncia sobre a utilização indiscriminada do Dicloro Difênil Tricloroetano (DDT) que, além de sua eficiência, trazia outros fatores que aumentavam sua aceitação e dispersão social, como seu baixo custo, fácil produção, efeitos de grande eficácia e durabilidade prolongada. O DDT ganhou espaço e tornou-se amplamente utilizado no âmbito da saúde pública, no combate a diversas doenças, como a malária, tifo, leishmaniose, visceral, piolhos humanos e principalmente no uso na agricultura e pecuária, e, conseqüentemente, com riscos à manutenção e permanência da qualidade de vida. Como lembram Soares, Soares e Coelho (2011, p. 1): “Resíduos de DDT estão presentes nas áreas mais remotas da Terra. Podem ser

transportados por grandes distâncias e retidos no organismo de animais migrantes por corrente de ar e oceânica”.

Um dos fatores desse comportamento está relacionado entre o aumento acelerado populacional e, conseqüentemente, a necessidade de maior produção e fornecimento de alimentos, surgindo questionamentos sobre como fazer para atender à necessidade da população, visto que, sem a aplicação do DDT, a produção cairia 90%. Desde então, surgiu a indicação da utilização de “controles biológicos”, tais como fungos, insetos, bactérias em função de combater a proliferação de pragas, muito presentes nesse período devido à ocupação territorial nos campos verdes, por conta da modificação do ambiente natural. Tempos depois, cientistas alertaram sobre a existência de concentrações do pesticida em animais marítimos, como pinguins e ursos polares do Ártico, advertindo para o uso abusivo do mesmo, tornando-se um dos indícios para alguns países proibirem sua aplicação, como fizeram os Estados Unidos (DIAS, 2010).

Para Barbosa (2008), os discursos e estudos sobre a questão ambiental acentuaram-se no Brasil a partir de 1960, devido ao percurso intensificado de desenvolvimento e crescimento urbano na década de 70. O desequilíbrio ambiental nos anos 60 revelou a irracionalidade do homem em sua apropriação do meio, que diante da gravidade, apresentou uma postura que ainda permanece presente nos dias atuais, em benefício de seus interesses particulares, justificados indiretamente na permanência do uso de alguns produtos químicos, nocivos à saúde humana e prejudiciais à sobrevivência de outros seres vivos terrestres e marítimos. A utilização do DDT aconteceu de modo indiscriminado por 50 anos e teve sua proibição somente após serem detectados seus danos irreversíveis no meio ambiente, tendo seu uso permitido a partir de 1995, através do acompanhamento e controle do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. De acordo com Soares, Soares e Coelho (2011, p. 1):

No Brasil, no ano de 2006, houve um acidente por pulverização aérea que contaminou o município de Lucas do Rio Verde (MT). A cidade passou a fazer parte de um projeto de pesquisa, no qual avaliou-se os resíduos de agrotóxicos em amostras de água de chuva, de poços artesianos, no sangue, na urina humana, de anfíbios e no leite materno de 62 mães. A pesquisa referente às mães revelou que 100% das amostras indicam a contaminação do leite materno por pelo menos um agrotóxico. Em todas as mães foram encontrados resíduos do DDT, proibido no Brasil há mais de dez anos.

Portanto, a conscientização sobre a preservação do meio ambiente promoveu a mobilização de representantes governamentais de vários países através da organização de alguns eventos focados em diálogos na busca de elaborar estratégias para a realização de

algumas ações importantes, em um contexto mundial, favorecendo a criação de leis, tendo o intuito de limitar o uso inadequado e demasiado dos recursos naturais e não renováveis da natureza.

Segundo Oliveira et. al. (2012), em 1968, foi criado o Clube de Roma, cujo principal objetivo era discutir assuntos relacionados à política, economia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; seu relatório foi intitulado “Os Limites do Crescimento” e apresentado na reunião de 1972. Nesse contexto, em prol de promover a educação ambiental relacionada ao desenvolvimento sustentável, constituíram-se diretrizes e estratégias baseadas nos conceitos e objetivos, definidos e concebidos através do planejamento das inúmeras conferências regionais, nacionais e internacionais sobre as questões ambientais, sempre em busca de conduzir a relação humana na natureza, fundamentada pela UNESCO, que foi criada no ano de 1946, com o objetivo de apoiar as iniciativas da EA. De acordo com Barbieri e Silva (2011, p. 54):

As origens dessa EA estão ligadas à própria criação da UNESCO, em 1946, órgão da ONU que iniciou o debate em torno da educação de um modo geral e da EA em particular, em termos globais e por meio da mobilização de governos e entidades da sociedade civil. A criação desse órgão faz parte das iniciativas do imediato pós-guerra para construir condições sociais e econômicas que garantissem a paz de forma duradoura.

Assim, o cenário da crise ambiental definiu sucessivos encontros indispensáveis para solucionar e superar o paradoxo entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente. Sob a organização da UNESCO, realizou-se a Conferência sobre a Biosfera, sendo acolhida na cidade de Paris, no ano de 1968, resultando na criação do programa Homem e Biosfera (MaB, do inglês *Man and the Biosphere*), tendo como finalidade incrementar a compreensão sobre a relação entre os seres humanos e o meio ambiente, através do entendimento sobre suas práticas e a valorização das riquezas naturais do planeta Terra (BARBIERI; SILVA, 2011).

Apreciada por ter sido um dos primeiros empenhos de contribuição sob a responsabilidade da UNESCO, a MaB discutiu os problemas ambientais no campo educacional e cultural, e principalmente em suas áreas específicas, destacando a presença de outros órgãos no intuito de dividir com a UNESCO o compromisso em promover e em organizar os eventos futuros sobre a temática ambiental. Segundo Barbieri e Silva (2011, p. 54):

Essa conferência pode ser considerada o marco inicial do movimento pelo desenvolvimento sustentável. Mesmo depois que outros órgãos da ONU

assumiram os debates, como a Assembleia Geral da ONU (1966) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a UNESCO continuou dando sua contribuição para esse movimento nos campos da educação e cultura, suas áreas de atuação específica.

No decorrer da Conferência sobre a Biosfera, ainda no ano de 1968, planejou-se a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada no ano de 1972, na cidade de Estocolmo na Suécia, quando puderam conhecer e diagnosticar a real situação em que a esfera ambiental se encontrava, constituindo a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo, formada por 26 princípios que prescrevem como construir um ambiente que propicie e harmonize aspectos humanos e naturais.

A Conferência de Estocolmo reconhece os direitos e responsabilidades através da conscientização das pessoas e do Estado, assim como o acesso às informações sobre a realidade do meio ambiente e o uso dos recursos naturais, em nível nacional e internacional. A mesma alertou a todos, chamando atenção mundial para o fato de que a interferência humana estava causando sérias degradações da natureza e ainda destacou a relação entre o desenvolvimento socioeconômico e sustentável, evidenciando a necessidade de se abordar no sistema educacional a temática da EA, envolvendo a causa ambiental através da educação formal e informal de crianças, jovens e adultos, para juntos construir um mundo melhor.

De acordo com os Tratados e Organizações Internacionais em matéria de Meio Ambiente (1997), essa ideologia “Foi marcada por uma visão antropocêntrica de mundo, em que o homem era tido como o centro de toda a atividade realizada no planeta, desconsiderando o fato de a espécie humana ser parte da grande cadeia ecológica que rege a vida na Terra” (NASCIMENTO, FROTA, 2016, p.101).

Assim, o primeiro princípio da declaração de Estocolmo de 1972, expressa a integração de questões socioambientais quando afirma que:

O homem tem direito fundamental à liberdade, à igualdade e a condições de vida adequadas, num meio ambiente que permita uma vida de dignidade e bem-estar, proclamando a solene responsabilidade dos governos de proteger e melhorar o meio ambiente para a geração atual e as futuras (CNUMAH, 1972, p. 1).

A partir de então, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que possui papel importante na divulgação e integração do povo, levando informação da realização de acordos ambientais, desenvolvimento de programas e metodologias a serem utilizadas e/ou toda e qualquer ação relevante à temática ambiental, desde sua promoção a situações-problema, no contexto local, regional, nacional e também no aspecto da construção da agenda global. O PNUMA ostenta função representativa e

administrativa, de interesse das Nações Unidas dos assuntos sobre a EA, ficando também definido um plano de ação com suas 110 resoluções, sendo estabelecida a necessidade de o homem viver harmonicamente com o meio ambiente.

Na expectativa de se cumprir tal resolução, a UNESCO e o PNUMA criaram o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, que teve como uma de suas primeiras incumbências a realização de um Seminário Internacional sobre Educação Ambiental em 1975, no qual foi aprovada a Carta de Belgrado através do Encontro Internacional em Educação Ambiental, em Belgrado (Iugoslávia, à época), fundamentado nas reflexões e princípios ambientais. A educação ambiental e suas ações devem ser de modo contínuo, multidisciplinares e reintegradas às diversidades regionais, pautadas nos interesses nacionais e internacionais, ficando marcadas pelo interesse e confronto entre os países desenvolvidos e os países em processo de desenvolvimento (CARTA DE BELGRADO, 1975).

A carta de Belgrado, que é considerada um documento histórico para o progresso da educação ambiental, foi elaborada com a participação de vinte especialistas da área de educação ambiental de todo o mundo, é constituída de lucidez e autenticidade, e traz abordagem de questões essenciais para a manutenção de todos os cidadãos em diversos aspectos, como a erradicação da desigualdade social, defendendo a ideia de amenizar os fatores que são responsáveis pela causa da pobreza; esclarece ainda que cada país deve buscar se desenvolver em prol da melhoria da qualidade de vida de sua nação e nunca sob a dominação e à custa da exploração de outras nações (TANNOUS; GARCIA, 2008).

Os cidadãos devem ser detentores de seu papel como seres conscientes no contexto ambiental, ressaltando também garantir o acesso à educação, e ser primordial na reforma dos processos e sistemas educacionais na promoção da EA mundialmente, através das trocas de experiências, compartilhamento de ideias; estão, dentre outras sugestões, a implantação de políticas e programas de EA. De acordo com Barbieri e Silva (2011, p. 55):

A Carta de Belgrado estabeleceu que a meta básica da ação ambiental era melhorar todas as relações ecológicas, incluindo as relações do ser humano entre si e com os demais elementos da natureza, bem como desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados a ele, com conhecimento, habilidade, motivação, atitude e compromisso para atuar de forma individual e coletiva na busca por soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas.

Ainda há, portanto, dificuldade da espécie humana em repensar a continuidade do crescimento econômico dentro da perspectiva sustentável, visto que o pensamento leigo do homem carrega a ideia de que seria um retrocesso no desenvolvimento de novas

possibilidades de avanços e acesso tecnológico, dificultando características da vivência da modernidade. Tal situação requer de cada ser uma postura crítica e consciente. A Carta de Belgrado (1975, p. 1) expressa, em seu terceiro parágrafo, que diante da situação problemática ambiental,

É absolutamente vital que todos os cidadãos do mundo insistam em medidas que apoiem um tipo de crescimento econômico que não tenha repercussões prejudiciais para as pessoas, para seu ambiente, nem para suas condições de vida. É necessário encontrar modos de assegurar que nenhuma nação cresça ou se desenvolva às custas de outra, e que o consumo de um indivíduo não ocorra em detrimento dos demais. Os recursos da Terra devem ser utilizados de modo que beneficiem a toda humanidade, e que proporcionem melhoria da qualidade de vida para todos.

Na década de 70, afloraram os questionamentos sobre o desenvolvimento e crescimento econômico, herança proveniente da Revolução Industrial que teve marco no século XVIII, evidenciando a permanência e até mesmo o crescimento da desigualdade social entre as classes sociais e também entre as nações, evidenciando a discrepância do poder econômico entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

No ano de 1971, em busca de estabelecer uma cooperação científica e internacional, a UNESCO constituiu as bases do programa Homem e Biosfera (MaB), contando com a participação de representantes de várias esferas, como Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), sigla do inglês Food and Agriculture Organization, Organização Mundial da Saúde (OMS), União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN). Assim, de acordo com a descrição da UNESCO (1971), o referido programa apresentava entre seus objetivos, a necessidade de:

Proporcionar os conhecimentos fundamentais das ciências naturais e das ciências sociais necessárias para a utilização racional e a conservação dos recursos da biosfera e para o melhoramento da relação global entre o homem e o meio, para prever as consequências das ações de hoje sobre o mundo de amanhã, aumentando assim a capacidade do homem para ordenar eficazmente os recursos naturais da Biosfera (DIAS, 2010, p. 14).

Em 1974, o Brasil aderiu ao Programa MaB/UNESCO, estabelecendo a Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera – COBRAMAB, definindo como meta a criação de uma grande Reserva da Biosfera (RB), contemplando cada um de seus biomas. De caráter inovador, tal planejamento favoreceu a elaboração de estratégias para combater os impactos dos processos de degradação ambiental e propiciou a elaboração documental do relatório Nosso Futuro Comum no ano de 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Este documento apontou alguns problemas ambientais, como

aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, demonstrando a crise ambiental da época, alavancada pelas atividades desenvolvidas por países industrializados e os demais que buscavam se moldar nessa mesma sistemática de produção, enfatizando-se o círculo contínuo entre as ações exploratórias do homem no meio em que vive e o potencial de recuperação do meio ambiente em tempo hábil. Nesse contexto, através do texto “Nosso Futuro Comum”, definiu-se o termo desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Na década de 80, o Brasil, inspirado pela iniciativa da elaboração de um direito ambiental internacional, decretou e divulgou leis que faziam jus à preservação ao Meio Ambiente. Presente até os dias atuais, dentre outras, está a Lei nº. 6.938/81, que define sobre a responsabilidade civil, no aspecto lesivo ao meio ambiente, estabelecendo ferramentas de preservação do dano.

A EA passou a ser alicerçada, dentro das disposições legais, através da dedicação e elaboração de um capítulo específico para educação ambiental na constituição promulgada em 1988. Assim, em seu artigo 225, a Constituição Brasileira esclareceu que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Nesse mesmo ano, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma Resolução que determinava um prazo específico para verificação da realização das ações de proteção ambiental acordadas no ano de 1972, na Conferência de Estocolmo. Em 1989, a ONU, através da convocação de uma Assembleia Geral, confirmou o Brasil como sede do encontro de 1992.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, definida como a Cúpula da Terra no ano de 1992 – Eco-92, na cidade do Rio de Janeiro, que tinha como objetivo principal a elaboração de um plano de ação para o século XXI, teve seu foco sobre as iniciativas sustentáveis, na busca de criar novas estratégias e de incentivar ações que pudessem promover o desenvolvimento sustentável, no âmbito nacional e internacional, voltadas para superar a desigualdade social, conciliando o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, através de mudanças de hábitos, implantação de novas posturas, sempre relacionando ao fato de amenizar a pobreza no mundo.

A Rio-92, como ficou mundialmente conhecida, efetuou-se com a participação de Organizações Não Governamentais (ONGs) em duas convenções, uma sobre biodiversidade e outra sobre mudanças climáticas. Com isso, os países ricos passariam a assumir maiores

responsabilidade na preservação do planeta, sendo assegurado através da elaboração e aprovação de um programa global, conhecido como Agenda 21, que definiu um plano de ações com metas que exprimem a melhoria das condições ambientais, com a cooperação de aproximadamente 179 países em prol da elaboração de estratégias do planeta, estruturado em quatro seções, numa perspectiva de abranger dimensões sociais e econômicas, a conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento e, por último, o fortalecimento do papel dos principais grupos sociais, regulamentando o desenvolvimento através dos princípios da sustentabilidade. Nesse contexto,

Dentre os objetivos principais da Rio-92, destacaram-se os seguintes: examinar a situação ambiental mundial desde 1972 e suas relações com o estilo de desenvolvimento vigente; estabelecer mecanismos de transferência de tecnologias não poluentes aos países subdesenvolvidos; examinar estratégias nacionais e internacionais para incorporação de critérios ambientais ao processo de desenvolvimento; estabelecer um sistema de cooperação internacional para prever ameaças ambientais e prestar socorro em casos emergenciais (TANNOUS; GARCIA, 2011, p. 7).

A Rio-92 teve como propósito celebrar as diretrizes determinantes sobre a questão ambiental através de iniciativas ideológicas de práticas e desenvolvimento sustentável, proporcionando um novo diálogo para melhor utilização dos recursos naturais, garantindo uma mobilização significativa dos meios de implantação de programas e políticas públicas, sendo também um dos focos evitar o desperdício. A crise ambiental apresentou-se como uma inquietação sobre a racionalidade e os paradigmas teóricos que alavancaram o setor econômico, contrapondo-se à valorização da natureza (LEFF, 2015).

Durante o evento, representantes de várias nações se fizeram presentes para estabelecer medidas fundamentais para edulcorar a degradação ambiental e definir algumas intervenções, implementando estratégias através do planejamento de ações em função de enfrentar os crescentes impasses da emissão de gases, responsáveis pelo aumento do efeito estufa (LEFF, 2015).

Como resultado da Conferência Rio-92, foram constituídos e assinados vários documentos, que são: Agenda 21, a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, Convenção da Biodiversidade; Convenção da Desertificação; Convenção das Mudanças Climáticas, Declaração de princípios sobre florestas e a Carta da Terra.

A Agenda 21 foi considerada um dos principais documentos resultantes da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992. De acordo com Martins (2012), “Trata-se, portanto, de um detalhado plano de ação com intuito

de modificar os padrões de consumo e produção em escala mundial, na tentativa de minimizar impactos ambientais sem deixar de atender as necessidades básicas da humanidade”. Assim, surgiu a ideologia de um novo padrão que demanda a consonância entre justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental, aflorando a expressão Desenvolvimento Sustentável. A Elaboração da Agenda 21 Brasileira (1997-2002) mobilizou o envolvimento de 40 mil participantes em diferentes etapas e buscou redimensionar um novo modelo que promovesse o desenvolvimento do país, inserindo o conceito de sustentabilidade. Sua elaboração ressalta a importância de uma integração harmoniosa entre o homem e a natureza,

Essa motivação original estava voltada para a transformação dos padrões de desenvolvimento de tal forma que todas as sociedades possam ter asseguradas as condições de dignidade e qualidade de vida sem prejuízo significativo da integridade e do funcionamento dos ecossistemas, ou seja, que os seres humanos possam encontrar caminhos para a paz entre suas sociedades e destas com o planeta.

A Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento tem seu texto composto por 27 princípios, que proclamam mundialmente um novo estilo de vida, como propósito de consolidar a Declaração aprovada em Estocolmo, no ano de 1972, acenando para alguns acordos entre os países. O princípio 2 (dois) diz que:

Os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e de desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional (DECLARAÇÃO DO RIO, 1992, p. 1).

A biodiversidade é particularmente um fator vital para a manutenção da vida em geral, portanto também da sociedade humana no planeta, estando continuamente ameaçada pelos métodos de produção de muitas economias mundiais, colocando em risco sua conservação. Intitulado como mais um acordo realizado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, a Convenção da Biodiversidade, em processo laborar, submeteu-se à aprovação do Congresso Nacional referente a cada nação em que cada país tinha autonomia sobre seus territórios, tendo como meta principal a conservação da biodiversidade e apontando para as responsabilidades da esfera estadual.

Como dispõe Godinho e Mota (2013), as regras primordiais da Convenção da Biodiversidade Biológica (CDB) apresentam-se articuladas sobre os propósitos desejados pela comunidade internacional. Assim, “A posição dos Estados Unidos está fundamentada no

vínculo que eles estabelecem entre progresso econômico e destruição dos recursos naturais, ou seja, a perspectiva ambiental ainda fica em segundo plano na política de desenvolvimento do país” (GODINHO; MOTA, 2013, p. 10).

O Brasil destaca-se como o país que possui maior riqueza em recursos de biodiversidade do planeta e diante de sua posição de desenvolvimento reconhece seu papel e obrigações diferenciadas; como afirmam Godinho e Mota (2013, p. 115), “busca a aceitação da CDB em relação a todo seu conteúdo, inclusive compatibilizá-la com outros diplomas legais”. O Brasil, assim como os demais países membros das Nações Unidas que firmaram a sua participação na Convenção, assumiu o compromisso em elaborar delineamentos de aplicabilidade sustentável e de favorecer a conservação da diversidade biológica, além da convenção ao combater a desertificação através da criação do programa de Ação Nacional de Combate à Mitigação dos Efeitos da Seca. Também estabeleceu o dever de proteger as florestas, diminuindo conseqüentemente o desmatamento na busca de amenizar as emissões de gases de efeito estufa. A elaboração da Carta da Terra, frisa a importância do cuidado com o planeta Terra, pois “À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas” (ONU, 2002, p. 1). O texto constitui-se de princípios que abordam o dever de respeitar e cuidar da comunidade, da vida, da integridade ecológica, da justiça social e econômica e, por fim e não menos significativa, democracia, não violência e paz.

Nesse período, a nação mundial e, principalmente, o povo brasileiro, estavam com os olhares fitados nas tomadas de decisões definidas no Brasil. O assunto ecoava no sistema educacional como reflexão sobre a problemática, considerando o Brasil um país com enormes desigualdades sociais e econômicas, cuja história é marcada pela agricultura, podendo ser observado não só os impactos ao meio, mas também uma ampliação da diferenciação da população em classes sociais. Assim, o Brasil apresenta alguns indicadores que enfatizam as políticas Nacionais de Desenvolvimento Sustentável, utilizando-se de alguns parâmetros nacionais de sustentabilidade, através de procedimentos que fomentem o desenvolvimento das práticas agrícolas sustentáveis e iniciativas de implantação de atividades que venham promover cidades sustentáveis (IBGE, 2010).

No início do século XXI, ocorreu a Conferência Rio+10 em Joanesburgo, na África do Sul, com o intuito de avaliar as ações e resultados obtidos uma década após a realização da Eco-92. Nesse sentido, a ISO 14000 desenvolveu-se a partir de conceitos e de responsabilidades ambiental e corporativa e eco eficiência, elucidadas para o meio empresarial. No aspecto de desenvolvimento urbano sustentável, o Brasil aprovou o Estatuto

das Cidades, visando à gestão democrática da cidade, por meio da promoção de uma reforma urbana, do combate à especulação imobiliária e pela ordenação do uso e ocupação do solo urbano (NASCIMENTO, 2012).

Numa análise sobre o percurso histórico e diante do contexto atual no Brasil e no mundo, tem-se a percepção que os movimentos e as ações desenvolvidas em prol da proteção do meio ambiente e a promoção da educação ambiental apresentam-se de modo pontual e fragmentado de acordo com os interesses locais. Sendo assim, é preciso repensar o modo de lidar com as questões ambientais, buscando empoderar-se de hábitos sustentáveis através da implementação de políticas públicas, assim como posturas simples, de modo individual e coletivo, desde o combate ao desperdício, o processo coletivo, entre outros, em prol do bem comum e sem violar os direitos individuais de seus membros.

### **2.3.1 Educação Ambiental e EJA nas cadeias**

Nas últimas décadas, a abordagem sobre a problemática ambiental vem causando preocupações sociais, devido aos avanços tecnológicos, principalmente pelo consumo exorbitante de bens materiais e, conseqüentemente, pela grande produção e inserção de lixo no meio ambiente, podendo trazer sérias conseqüências e até mesmo doenças graves para a população em geral e principalmente nos grandes centros urbanos, além dos imensos prejuízos para a natureza, portanto podendo comprometer a qualidade de vida. Assim,

O lixo quando exposto no meio externo pode causar riscos à saúde pública, existem agentes e vetores biológicos que podem transmitir doenças ao homem. Além de problemas na área da saúde, o lixo pode provocar vários impactos ambientais quando disposto em condições inadequadas (SIQUEIRA; SEMENSATO, 2012, p. 9).

A produção do lixo está diretamente relacionada ao poder de aquisição econômica e ao crescimento populacional que determina o consumismo, numa relação desproporcional entre a quantidade de pessoas e a disponibilidade dos recursos para atender suas necessidades básicas de sobrevivência.

De acordo com Dias (2010), a gestão ambiental apresenta-se como instrumental estratégico para a obtenção do desenvolvimento sustentável, pois, atualmente, grandes organizações que utilizam em grande escala algum tipo de matéria prima, vêm indiretamente induzindo seus fornecedores a proceder e a apropriar-se de algum tipo de gestão ambiental, enfatizando desse modo ações sustentáveis nas atividades sócio econômicas.

Diante do cenário do desenvolvimento social e econômico e de suas consequências, percebe-se a imprescindibilidade de repensar as atitudes do passado e de rever as posturas do presente, na tentativa de novas expectativas de ações futuras. Para Leff (2015, p. 96),

A problemática ambiental do desenvolvimento deu lugar a um movimento, na teoria e na prática, para compreender suas causas e seus efeitos na qualidade de vida e nas condições de existência da sociedade. O custo social para a destruição ecológica e da degradação ambiental, gerada pela maximização do lucro e dos excedentes econômicos a curto prazo deu, pois, impulso à emergência de novos atores sociais mobilizados por valores, direitos e demandas que orientam a construção de uma racionalidade ambiental.

A educação ambiental surge como uma esperança no cotidiano de cada cidadão, relacionando o senso crítico entre a necessidade e o consumismo, trazendo para si o conhecimento teórico e a conscientização da prática de ações sustentáveis, tendo como objetivo o equilíbrio entre vários aspectos desde o crescimento populacional, ocupação territorial, a busca em estabelecer um norte para a produção de lixo, tudo isso mantendo a conservação do ambiente. Nesse contexto, surgem algumas sugestões de como trabalhar a inclusão da educação ambiental, através de conceitos, objetivos, diretrizes, metodologias e outras questões, sempre relacionando com a sustentabilidade, que teve seus vocábulos ratificados após a realização da Conferência de Estocolmo de 1972, com destaque para a EA, que passou a receber atenção especial em praticamente todos os fóruns e eventos relacionados com a temática do desenvolvimento e do meio ambiente.

No ano de 1977, a declaração da I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi fomentou o legado da carta de Belgrado, partindo da ideia de que a educação ambiental tem o poder de desenvolver uma consciência e compreensão dos problemas ambientais, promovendo novos comportamentos e transformando realidades. Considerando que o método de abordagem da EA ocorre de modo contínuo e num processo cíclico, o mesmo conduz aos objetivos da educação ambiental, que de acordo com a Carta de Belgrado, são os seguintes:

1. Consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como um todo e quanto aos problemas relacionados com ele.
2. Conhecimento: propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente quanto às influências do ser humano e de suas atividades.
3. Atitudes: propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais.

4. Habilidades: proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa.
5. Capacidade de avaliação: estimular a avaliação das providências efetivamente tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental.
6. Participação: contribuir para que os indivíduos e grupos desenvolvam o senso de responsabilidade e de urgência com relação às questões ambientais (BARBIERI; SILVA, 2011, p. 56).

É à luz da Lei Federal n. 9.795/99, que se entende Educação Ambiental como um componente essencial e, portanto, que deve ser constante na educação nacional, e é através da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), artigo 2º, que se declara que o acesso à educação ambiental é um direito de todos os cidadãos, podendo acontecer de modo formal ou informal, nos diversos meios.

Para Leff (2015, p. 62-63), o espaço escolar favorece a efetivação da Educação ambiental, visto que:

Os princípios da gestão ambiental e de democracia participativa propõem a necessária transformação dos Estados nacionais e da ordem internacional para uma convergência dos interesses em conflito e dos objetivos comuns dos diferentes grupos e classes sociais em torno do desenvolvimento sustentável e da apropriação da natureza. O fortalecimento dos projetos de gestão ambiental local e das comunidades de base está levando os governos federais e estaduais, como também intendências e municipalidades, a instaurar procedimentos para dirimir pacificamente os interesses de diversos agentes econômicos e grupos de cidadãos na resolução de conflitos ambientais, através de um novo contrato social entre o Estado e a sociedade civil.

A escola é um ambiente em que o conhecimento é socializado e, se valorizado pela sociedade, o processo de ensino e aprendizagem, em suas diferentes modalidades, contemplado através da construção de práticas sustentáveis em seu cotidiano, torna-se uma das possibilidades mais condizentes para a concretização e dispersão de novos hábitos, reforçando o conceito de sustentabilidade.

Dessa forma, para Sartori, Latrônico e Campos (2014, p. 2), “o termo sustentabilidade surgiu a respeito dos recursos renováveis e foi adotado pelo movimento ecológico”. Assim, os pilares da sustentabilidade são: ambiental, econômico e social. Nesse sentido, a sustentabilidade é apresentada como a possibilidade para se chegar ao Desenvolvimento Sustentável.

Nessa perspectiva, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) trabalha com diretrizes e políticas públicas que promovem a educação ambiental no país através da implementação da EA, no Plano Nacional de Educação e, conseqüentemente, sua tangibilidade nas instituições

de ensino e disseminação social como um todo, através da realização de atividades sustentáveis, que possam despertar nos educandos o papel como cidadãos responsáveis pelo meio em que vivem, contribuindo para a promoção de mudanças de hábitos, através do consumo consciente e de comportamentos éticos.

Considerando o contexto educacional como um ambiente propício para o empoderamento de novos conhecimentos, a consolidação do ensino e aprendizagem deve fundamentar-se em perspectivas da sustentabilidade e da educação ambiental, tendendo para a promoção de valores e instigando novas posturas, transformando alguns desafios e impactos encontrados em oportunidades, favorecendo o processo de equilíbrio entre o homem e a natureza.

A ideia de inserção da EA nas escolas muitas vezes ocorre de modo pontual e também como tema transversal. Para Ramos (1996), a EA deve resultar de uma dimensão do conteúdo e da prática educacional, orientada para a preservação e a resolução dos problemas concretos do meio ambiente. Portanto, devem-se observar as diretrizes da etapa de ensino, assim como suas diretrizes específicas, dentre elas, a educação de jovens e adultos, que respeita a diversidade cultural, o contexto social, o tempo de trabalho e a experiência, motivando os estudantes à melhoria da qualidade de vida e a busca por justiça socioambiental.

Desse modo, a escola apresenta-se como local ideal para o desenvolvimento de ações que promovam EA, especialmente na modalidade da EJA, que possui como público específico aqueles que, por algum motivo, não tiveram acesso aos estudos na idade certa, valorizando suas experiências e o papel de cidadãos como chefes de família, líderes e/ou membros de comunidades, funcionando como berço de trabalhos que venham mobilizar a comunidade escolar e local, envolvendo e motivando os educandos e tornando-os multiplicadores do conhecimento, proporcionando uma nova dimensão do conhecimento da EA, de modo que a mesma possa transcender os muros das instituições escolares, ascendendo todos os níveis sociais, local e global, em prol de superar os impactos ambientais, e na tentativa de reduzir as diferenças sociais, possibilitando a construção de uma sociedade mais democrática e ecologicamente sustentável.

Nesse contexto, conforme ressaltam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os brasileiros necessitam de uma educação de modo responsável, que promova a conscientização e sensibilidade em relação à conservação e preservação do meio ambiente no presente e para o futuro (BRASIL, 1999). Assim, os estudantes exercerão seu papel de cidadão crítico, reconhecendo seus direitos e deveres, tanto individuais quanto coletivos, modificando-se tanto interiormente quanto nas suas relações com o meio.

Faz-se necessário que se considere que a EA, além de constar na construção curricular e no programa didático-pedagógico escolar convencional, deve ser contemplada no processo de ensino e aprendizagem em todas as etapas de escolaridade, inclusive na oferta de educação prisional, visto que a mesma apresenta um público – considerado excluído socialmente – que não teve acesso à educação na idade adequada. Para tanto, é preciso a articulação entre as várias áreas do conhecimento, por meio do desenvolvimento de projetos, movimentos ambientais, palestras dentre outros, pois “Isso aumentaria o senso de responsabilidade dos educandos para com o estado do meio ambiente e lhes ensinaria a controlá-lo, protegê-lo e melhorá-lo” (FARIAS, MAZZARINO, 2013, p. 27). Desse modo:

É preciso também propiciar-lhes educação para ajudá-las a se tornar mais capazes e criativas, mais preparadas, mais produtivas e mais capacitadas a lidar com os problemas do dia a dia. Tudo isso tem de ser conseguido mediante o acesso e a participação nos processos do desenvolvimento sustentável. (ONU, 1991, p. 119).

De acordo com Oliva (2000, p. 20), ao inserir a Educação Ambiental nas escolas,

Procura-se formar indivíduos que olhem e vejam a realidade, que a compreendam e tenham capacidade para criticá-la, que se preocupem com o destino coletivo e saibam se posicionar diante dos desafios do mundo. A Educação Ambiental é um caminho para formação de indivíduos em questões essenciais para a qualidade de vida e para a construção da cidadania, tais como, por exemplo, solidariedade, saúde, ética, natureza, diversidade cultural e ideias de processo, sincronia, responsabilidade.

Portanto, é imprescindível que o processo educacional em seus diversos locais de ensino busque mediar o conhecimento e as práticas sustentáveis no cotidiano por meio da conscientização de novas práticas em casa, no trabalho, nas atitudes nos espaços públicos etc. Isso posto, tem-se uma equivalência entre necessidade, prática e realidade, despontando uma relação dialética amparada nas intervenções do homem e o meio ambiente.

Qualquer intervenção que atinja a população e seu habitat e que promova uma melhoria das relações entre os próprios moradores, entre eles e o meio ambiente e que auxilie o poder público a minimizar os problemas sociais e ambientais do local, trará benefícios à sociedade como um todo (NÓBILE, 2003, p. 7).

A declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972) proclama que “O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente” (ONU, 1972, p. 1).

A abordagem sobre EA e o possível fornecimento de uma infraestrutura adequada para a realização de trabalhos através de ações inovadoras, alinhadas às concepções de desenvolvimento sustentável, torna-se um ambiente adequado e benéfico para superar as adversidades, inclusive a ociosidade de pessoas desempregadas que buscam uma fonte de renda, assim como os privados de liberdade, que precisam vencer a vulnerabilidade de desvio de condutas nos cárceres, sendo capaz de melhorar a qualidade de vida dos mesmos.

O homem, por viver no meio social e compartilhar seus anseios e medos, deve constantemente avaliar suas experiências e, com discernimento, continuar reinventando para superar suas dificuldades. Do ponto de vista de Ramos (1996, p. 209), “Tal perspectiva se dá numa relação dialética envolvendo o que é natural, o social, o cultural, o econômico na implicação histórica que eles, necessariamente, apresentam”. Numa reflexão sobre o estado isolado da sociedade maior, os privados compartilham entre si o meio carcerário, mesmo isolados da sociedade, permanecem inseridos e vivendo em um meio social. Nessas circunstâncias, realizam, orientados e/ou reorientados, a concretização de ações voltadas para a implantação de práticas sustentáveis nos cárceres, através da reutilização de materiais recicláveis. Tal realidade requer uma análise sobre os benefícios, visto que os privados de liberdade também participam com sua parcela na poluição do meio ambiente. Assim, o cuidado e o zelo pelo ambiente em que vivemos torna-se responsabilidade de todos. De acordo com Franco e Loureiro (2012, p. 14):

Nessa lógica, o processo de trabalho do qual participam o ser humano e natureza de forma integrada constitui a unidade dialética que conforma a realidade vivida, proporcionando nessa mediação necessária que se constitua em ser “humanamente natural e naturalmente humano”, porque é pelo trabalho que se supre suas necessidades de sobrevivência ou porque nessa relação transforma sua própria natureza.

A produção artesanal pelos privados expressa a arte e fortalece processos emancipatórios nos cárceres, através da reutilização de recursos recicláveis visto que suas produções são expostas em feiras ou confeccionadas por encomendas e/ou vendidas por familiares. A prática de reutilização e a reciclagem desenvolvida por conta própria através de conhecimentos prévios e que, na maioria das vezes, acontece de modo espontâneo, atenta para suprir uma necessidade particular do momento vivido, porém a expressão da criatividade e de sua inspiração promove o reaproveitamento de materiais reutilizáveis e favorece algumas ações de reciclagem, contribuindo para a diminuição de uma parcela da quantidade de lixo que viria a ser jogada na natureza e, conseqüentemente, evita a retirada de mais energia e de matéria-prima utilizada para a produção de novos produtos.

A reciclagem apresenta-se como uma maneira de resgatar recursos que até então não possuem utilidade e torna-se, na maioria das vezes, uma fonte econômica e também o caminho para se obter matéria prima, evitando a escassez de muitas substâncias, pois o reuso da matéria prima reciclável diminui a extração dos recursos naturais e ameniza os danos ao planeta terra.

Na compreensão de Fonseca (2013, p. 2), “Reciclar significa transformar objetos materiais usados em novos produtos para o consumo”. Portanto, por meio do processo da reciclagem o lixo passa a ter especificidades, o que define o virtuoso ciclo do seu destino. Além de gerar renda, a reciclagem também se torna um dos caminhos para solucionar o problema do lixo, considerado um dos maiores da atualidade. Fonseca (2013) explica ainda que “Estima-se que o Brasil produz 240 mil toneladas de lixo por dia. Destes, apenas 160 mil são coletados e o destino de 76% desses restos tidos como “inúteis” e “indesejáveis” ainda são os lixões a céu aberto”.

O processo de reciclagem, portanto, torna-se uma alternativa para aqueles que se identificam e que necessitam de um trabalho. Assim como os demais cidadãos, os privados de liberdade, além de terem acesso à educação ambiental e de se conscientizarem do seu papel como seres responsáveis pelo meio em que vivem, podem usufruir das técnicas de reciclagem, e desenvolverem um trabalho digno, respeitado e valorizado no meio social.

Portanto, torna-se importante o diálogo com as pessoas do sistema prisional, mas também com a sociedade, para que esta compreenda o potencial de todo o trabalho que o indivíduo privado de liberdade é capaz de desenvolver através de suas aptidões e capacidades. Na compreensão de Freire (2006, p.127), “O diálogo não existe num vácuo político. Para alcançar os objetivos da transformação o diálogo implica responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina, objetivo”.

Essa dimensão dialógica possibilita reflexões sobre a realidade das PPL e, de modo responsável e com direcionamento, elas podem atuar de modo benéfico para si e para a sociedade, trabalhando para melhorar o mundo em que vivem.

Nessa expectativa, a Lei de Execução Penal 7210/84, capítulo III, Seção I afirma, em seu Art. 28, que “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”. Portanto, devem-se considerar alguns aspectos relevantes para a participação e desenvolvimento de atividades trabalhistas nos cárceres.

Ainda na lógica da referida LEP, o seu Art. 32 afirma que “Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do

preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado” (BRASIL, 1984). Frente ao exposto, Silvestre (2009, p. 11) afirma que

A massa carcerária é gerida por políticas que atuam diretamente no cotidiano de um detento, no seu comportamento, sua conduta, seu tempo, sua identidade através de inúmeras técnicas de disciplina, controle gestão. Entretanto, além desta gestão que ocorre internamente na prisão, têm-se também algumas instituições que nascem para legitimar e gerir de forma mais direta a vida de um detento, não só dentro da prisão, mas também e principalmente fora dela.

As PPL necessitam de um rol de iniciativas que cotidianamente propicie novas possibilidades para que saiam da condição em que se encontram e sejam capazes de se ressocializar. Freire (2011, p. 30) explicita que “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipótese sobre os desafios dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias”.

Portanto, o envolvimento de todos é fundamental para garantir a permanência e sobrevivência das futuras gerações, a fim de diminuir a distância entre o que se lê, o que se ensina e o que se pratica, pois as questões ambientais e o próprio conhecimento estão cada vez mais em constante mudança.

Assim, na busca de transformar e dar um sentido ao tempo ocioso e à ocupação da mente das PPL, ações sustentáveis vêm aflorando nas cadeias públicas do Maciço de Baturité, demonstrando a necessidade de um planejamento de gestão do cotidiano prisional. Nessa situação, torna-se fundamental a conscientização sobre o consumo de modo geral e seus impactos econômicos, sociais e ambientais, inserindo a relevância na tomada de ações que promovam o desenvolvimento sustentável e que contribuam para o modo de vida dos privados, tanto no presente quanto num futuro breve, fora do cárcere.

A EJA atende à oferta da educação no sistema prisional e, por meio da EA, pode contribuir para inserir alguns conhecimentos específicos sobre o entrelaço entre preservação ambiental, desenvolvimento social e econômico, por meio de estudo de temáticas que fortaleçam ações sustentáveis, no uso da gestão ambiental, como a política dos 5R's, que se caracteriza pelo lema de reduzir, repensar, reciclar, reutilizar e reaproveitar, constituindo-se em um grande arsenal de oportunidades, inferindo-se também a aprendizagem de novas técnicas de manejo e destino do lixo carcerário.

A educação sustentável nos cárceres, assim como nos outros ambientes de aprendizagem, precisa promover a integração entre ser humano e ambiente, portanto o educador deve compreender o planejamento como uma ação pedagógica fundamental ao seu

trabalho e, além de promover a aprendizagem dos educandos, problematizar que o ser humano é natureza e não somente parte dela.

As políticas públicas, portanto, precisam proporcionar condições expressivas na esfera educacional através de formação continuada aos educadores e à sociedade em geral, por meio de cursos presenciais ou a distância, como suporte para incentivar a sustentabilidade no âmbito escolar e familiar. Nesse sentido, Ramos (1996, p. 32) ressalta “[...] a importância de uma educação em valores, como base que dá garantia do processo, propiciando comportamentos adequados às finalidades da educação ambiental”. Jacobi (2003, p. 198) compreende que a sustentabilidade “Trata-se de um aprendizado social, baseado no diálogo e na interação em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados, que podem se originar do aprendizado em sala de aula ou da experiência pessoal do aluno”, tornando-se uma tomada de consciência e conduzindo a novos hábitos.

Diante do exposto, a EA surge como instrumento fundamental à transformação das relações de dominação entre os homens e a natureza. Sendo assim, torna-se necessário mobilizar a sociedade em função de que todos compreendam o seu papel, sua participação ativa e responsável, no tocante individual e de modo coletivo.

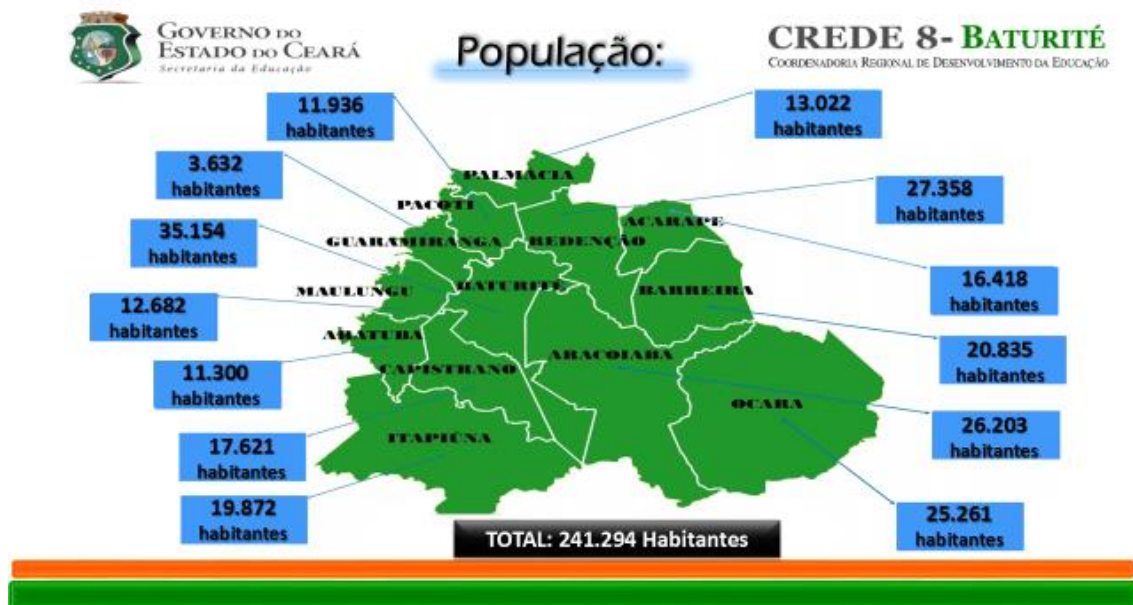
### 3 A VIVÊNCIA DA EDUCAÇÃO EM PRISÃO NO MACIÇO DE BATURITÉ

Este capítulo apresenta o cenário em que a pesquisa foi realizada, no intuito de conhecer o contexto da região do Maciço de Baturité e as particularidades de seu universo histórico educacional perpassando pelo ensino convencional, contemplando a modalidade da EJA e suas especificidades, destacando-se a educação em prisão, constituindo o contexto do desenvolvimento da EJA prisional e sua relação com a promoção das práticas laborais.

A pesquisa em tela foi desenvolvida nas cidades de Capistrano, Ocara e Pacoti, localizadas na região do Maciço de Baturité. Tal região “destaca-se no semiárido quente do Ceará por apresentar clima ameno, abundância de atrativos naturais como flora, fauna, riachos, quedas d'água, fontes de água mineral, além de um dos raros vestígios de Mata Atlântica existente no interior nordestino” (MARTINS, 2009, p. 19).

A região tem como principal elevação o Pico Alto, considerado o 3º maior do Estado, com 1.115 metros de altitude acima do nível do mar, localizado no município de Guaramiranga. Seus encantos naturais atraem muitos turistas, que buscam desfrutar momentos de contato com a natureza e de tranquilidade.

**Figura 1. Quantitativo populacional por município pertencente ao Maciço de Baturité**



Fonte: CREDE 8 – Baturité (2017)

O Maciço de Baturité é composto por treze municípios, atualmente situados em três subdivisões territoriais, onde os municípios que ficam em cima da Serra formam o microterritório I - Palmácia, Pacoti, Aratuba, Guaramiranga, Mulungu. Já o microterritório II

compreende os municípios que ficam no pé da serra, corredor ferroviário e rodoviário: Baturité, Itapiúna, Capistrano, Aracoiaba, Redenção e Acarape. Representam o microterritório III, com transição entre Sertão e Litoral, os municípios de Ocara e Barreira. Portanto, sua amplitude territorial contempla 241.293 habitantes, além de proporcionar um leque de características específicas de cada município, desde o desenvolvimento econômico, cultural e social, diferenciando-se no fator climático, área territorial, fator numérico populacional, apresentando uma discrepância comparativa entre os municípios em si.

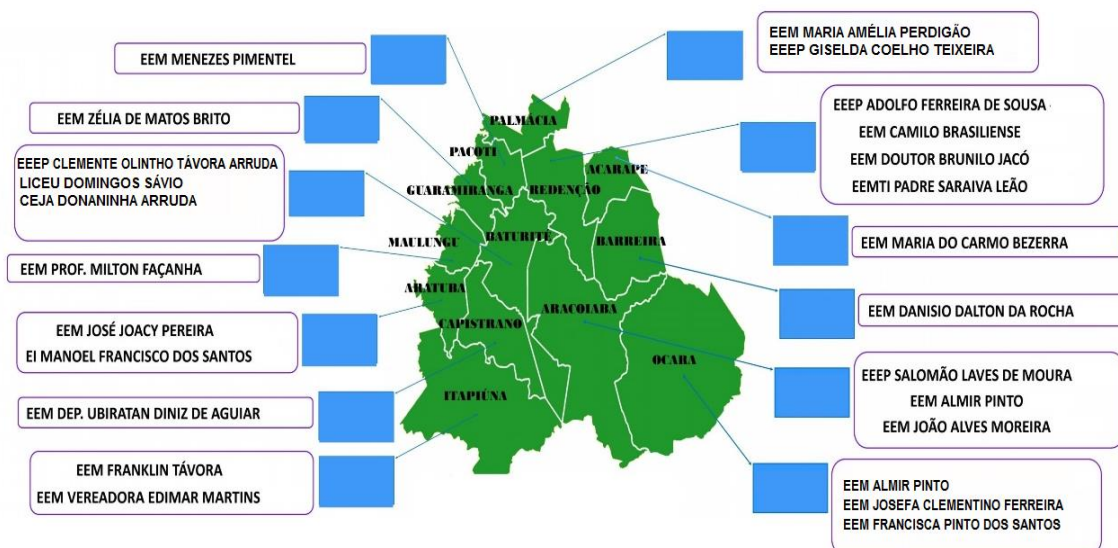
Na citada região, destaca-se o município de Baturité, que foi criado em janeiro de 1939, tem área territorial de 308.581 km<sup>2</sup> e 35.154 habitantes com base nos dados do Censo de 2013. Em Baturité, encontra-se a 8ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 8, responsável por exercer o acompanhamento das ações de planejamento, cooperação técnica e financeira, orientação normativa, mobilização, articulação e integração institucional, em âmbito regional, tendo como objetivo a melhoria da qualidade da educação básica. Criada no ano de 1996, teve como primeira coordenadora a professora Gilvone Grangeiro Pereira, e nos dias atuais está sob a coordenação de Dóris Sandra Silva Leão. Em sua caminhada tem por missão “Coordenar as políticas educacionais junto às unidades escolares e redes municipais de ensino, assegurando a operacionalização e o monitoramento da proposta educativa, visando a melhoria dos processos de gestão-escolar e de ensino-aprendizagem”.

A CREDE 08 é responsável pelo acompanhamento de 25 instituições educacionais de nível médio, dentre elas existem quatro escolas estaduais de educação profissional: EEEP Adolfo Ferreira de Souza, localizada em Redenção; EEEP Dr. Salomão Alves de Moura, localizada na cidade de Aracoiaba; a EEEP Giselda Coelho Teixeira, no município de Palmácia e a EEEP Clemente Olintho Távora Arruda, em Baturité. Em tal realidade destaca-se a oferta dos cursos de Educação Profissional integrados ao Ensino Médio, tais como: Comércio, Informática, Rede de Computadores, Edificações, Logística e Secretaria Escolar. A região ainda possui ensino médio com atendimento em tempo integral ofertado na EEMTI Pe. Saraiva Leão, no município de Redenção. A educação de Jovens e adultos é contemplada pelo Centro de Educação de Jovens e adultos Donaninha Arruda, na modalidade semipresencial.

Atendendo à diversidade, na cidade de Aratuba há a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, que desenvolve suas atividades com 198 alunos distribuídos entre o ensino fundamental e médio da comunidade Indígena Kanindé e alguns jovens da comunidade local. Em Baturité, o Centro de Educação de Jovens e Adultos Donaninha Arruda oferta a educação na modalidade presencial nas unidades prisionais, e semipresenciais no ensino

fundamental e médio na EJA convencional. Também há a escola de Ensino Médio Antônio Conselheiro, conhecida como escola do campo, na cidade de Ocara. A imagem abaixo apresenta as escolas estaduais presentes na região do Maciço de Baturité.

**Figura 2. Nomenclatura das escolas do Maciço de Baturité – Ensino Médio**



Fonte: CREDE 8 (2018)

O quadro abaixo apresenta o número de matrículas nas escolas de ensino médio da citada região, tanto no ensino médio regular como na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Quadro 3. Matrículas Ensino médio regular por escola versus EJA médio presencial na região do Maciço

MUNICÍPIOS	ESCOLA	MÉDIO REGULAR	EJA PRESENCIAL	EJA Qualifica	TOTAL	EJA %
ACARAPE	EEM MARIA DO CARMO BEZERRA	383	58	0	441	13%
ARACOIABA	EEM ALMIR PINTO	645	40	43	728	5%
	EEEP SALOMÃO ALVES MOURA	526	0	0	526	0%
	EEM JOÃO ALVES MOREIRA	307	40	0	347	12%
ARATUBA	ESCOLA INDÍGENA MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS	180	18	0	198	9%
	EEM JOSÉ JOACY PEREIRA	660	62	0	722	9%
BARREIRA	DANÍSIO DALTON DA ROCHA CORREIA	804	170	46	1020	17%
BATURITÉ	EEM ESTEVÃO ALVES	133	0	0	133	0%
	LICEU DE BATURITÉ DOMINGOS SÁVIO	961	0	40	1001	0%
CAPISTRANO	EEM DEPUTADO UBIRATAN DENIZ AGUIAR	606	64	0	670	10%
GUARAMIRANGA	EEM ZÉLI DA MATOSBRITO	224	0	0	224	0%
	MARIA AMÉLIA PERDIGÃO SAMPAIO	351	72	0	423	17%
ITAPIÚNA	EEM VEREADOR EDMAR MARTINS DA CUNHA	120	24	0	144	17%
	EEM FRANKLIN TÁVORA	702	23	0	725	3%
MULUNGU	EEM PROF. MILTON FAÇANHA ABREU	437	0	0	437	0%
OCARA	EEM ALMIR PINTO	855	42	0	897	5%
	EEM FRANCISCA PINTO DOS SANTOS	278	0	0	278	0%
PACOTI	EEM MENEZES PIMENTEL	450	111	0	561	20%
PALMACIA	EEEP GISELDA TEIXEIRA	178	0	0	178	0%
	MARIA AMÉLIA PERDIGÃO SAMPAIO	355	72	0	427	17%
REDENÇÃO	EEM CAMILO BRASILIENSE	237	112	0	349	32%
	EEM DOUTOR BRUNILO JACÓ	621	27	0	648	4%
	EEM PADRE SARAIVA LEÃO	174	48	0	222	22%
	EEEP ADOLFO PEREIRA DE SOUSA	300	0	0	300	0%
	<b>TOTAL</b>	<b>10487</b>	<b>983</b>	<b>129</b>	<b>11599</b>	<b>8%</b>

Fonte: CREDE 8- Baturité

Os dados revelam que os números da EJA presencial nas escolas de Ensino Médio da região não são tão expressivos, chegando a 20% ou um pouco mais em apenas três escolas. Em oito escolas não há a oferta de EJA, revelando ainda que o município de Mulungu é o único a não ofertar EJA médio. O quadro a seguir apresenta o quantitativo de matrículas de 2017 do Ensino Fundamental regular e na modalidade EJA no Maciço de Baturité.

**Quadro 4. Quantitativo de alunos da EJA no Ensino Fundamental no Maciço de Baturité**

MUNICÍPIOS	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	EJA	TOTAL
ACARAPE	184	223	261	230	218	190	211	198	201	119	<b>2035</b>
ARACOIABA	342	370	352	497	384	424	386	385	374	504	<b>4018</b>
ARATUBA	189	179	197	209	212	258	252	210	196	121	<b>2023</b>
BARREIRA	255	257	325	354	366	363	345	355	340	22	<b>2982</b>
BATURITÉ	395	404	510	519	498	591	459	403	307	62	<b>4148</b>
CAPISTRANO	178	208	277	269	294	306	285	276	254	246	<b>2593</b>
GUARAMIRANGA	75	70	96	90	89	109	118	115	115	0	<b>877</b>
ITAPIÚNA	233	229	233	359	270	347	311	271	251	66	<b>2570</b>
MULUNGU	115	131	154	143	171	178	133	137	150	55	<b>1367</b>
OCARA	337	374	396	364	416	384	427	434	420	88	<b>3640</b>
PACOTI	139	141	164	162	152	152	142	165	207	77	<b>1501</b>
PALMACIA	147	121	131	158	146	186	152	155	146	64	<b>1406</b>
REDENÇÃO	402	391	438	442	462	480	421	409	417	29	<b>3891</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2991</b>	<b>3098</b>	<b>3534</b>	<b>3796</b>	<b>3678</b>	<b>3968</b>	<b>3642</b>	<b>3513</b>	<b>3378</b>	<b>1453</b>	<b>33051</b>

Fonte: CREDE 8- Baturité (2017)

Os dados revelam números bem inferiores de EJA no ensino fundamental na citada região. É oportuno salientar que Guaramiranga não conta com estudantes matriculados no ensino fundamental na modalidade de EJA, embora tenha população analfabeta de 6,8%.

A EJA já desbravou em seu caminho educacional diversos obstáculos, proporcionando oportunidades únicas a um público específico. Com isso, muitos jovens e adultos voltaram a estudar, porém numa leitura reflexiva dos dados apresentados fica claro que ainda é preciso direcionamento de políticas públicas que promovam a conscientização da importância da educação para a formação da cidadania.

Nessa perspectiva, em Baturité encontra-se o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Donaninha Arruda, uma instituição planejada para a escolarização de Jovens e Adultos, localizado em Baturité no bairro Putiú, que é de grande significação para a história do Ceará, pois nele foi construída a primeira estação ferroviária do Estado, em 1882.

O CEJA cumpre o papel de uma escola inclusiva, por meio de alternativas de aprendizagem específicas para um público eclético, desde a dimensão da faixa etária e pela própria condição de vida, fatores que podem dificultar o acesso e a permanência à escola com horários rígidos, com frequência diária obrigatória e outras formalidades definidas pelas escolas convencionais.

O público da EJA compreende cidadãos a partir dos 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o nível médio, que não conseguiram adequar a sua rotina às outras instituições escolares, em prol da conclusão da Educação Básica.

O CEJA Donaninha Arruda/Baturité funciona interruptamente nos três turnos, com extensão educacional que atende educandos residentes em todos os municípios que compõem o Maciço de Baturité e que nunca tiveram acesso à educação escolar, ou que, por circunstâncias da vida, desistiram durante a caminhada escolar, seja por difícil acesso, falta de interesse ou pela necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, mas que por algum motivo decidem voltar e avançar nos estudos, objetivando recuperar o tempo perdido em função de um propósito maior. Nesse sentido, o CEJA de Baturité oferta a EJA na modalidade semipresencial nas etapas de ensino fundamental e médio, e presencial na etapa fundamental às pessoas privadas de liberdade. Vejamos o quantitativo de alunos no quadro abaixo.

#### **Quadro 5. Quantitativo de alunos matriculados no CEJA de Baturité**

ETAPAS DE ENSINO	MODALIDADE	QUANTITATIVO DE ALUNOS
Fundamental	Semipresencial	265
Fundamental	Presencial	170
Modular Médio	Semipresencial	555
Total de matrículas		990

Fonte: CEJA Baturité (2017)

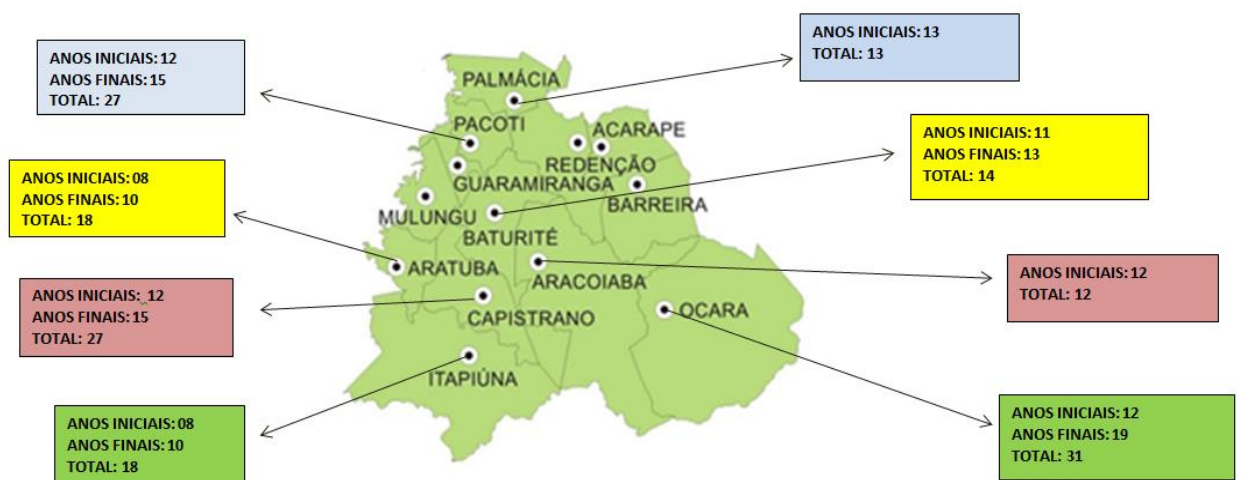
O atendimento escolar de ensino e aprendizagem acontece desde o diagnóstico, seguido pelas duas modalidades de ensino, sendo o presencial e semipresencial nos níveis de EJA/Fundamental e EJA/Médio, de acordo com o grau de escolaridade de cada educando.

A busca pela superação das deficiências de aprendizagem só é possível quando passa a existir uma vontade de transformar essas dificuldades em novas experiências de vida, recriando e transformando a si mesmo e ao meio em que vive.

A experiência como coordenadora escolar do referido CEJA desenvolvida através do acompanhamento pedagógico focado na educação em prisão – conforme preceitua a Lei nº 7.210, Lei de Execução Penal – favorece atuar em oito cadeias públicas na região do Maciço de Baturité, nos municípios de Aracoiaba, Aratuba, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Palmácia, Pacoti e Ocara, que contam com sistema de ensino. Atualmente, nas referidas cadeias, funcionam quinze turmas de EJA/fundamental, sendo oito turmas dos anos iniciais e sete turmas dos anos finais, distribuídas nos turnos manhã, tarde e noite.

O CEJA realiza o processo de formação de turmas, iniciando pelas visitas pedagógicas às cadeias públicas juntamente a um técnico, representante da CREDE 08, para verificar se a unidade apresenta os critérios exigidos pela SEDUC e SEJUS, desde espaço adequado para a ocorrência das aulas, a típica sala de aula, carteiras, lousa até as condições de garantia de segurança no decorrer das aulas. Nesse mesmo período verifica-se também, por meio de conversa informal, o quantitativo de privados de liberdade que demonstrem interesse de iniciar ou dar continuidade aos estudos. Toda essa ação ocorre com aquiescência do diretor administrativo responsável pela cadeia de cada cidade. Averigua-se se existe o número de alunos suficientes para a formação de turmas, que de acordo com as orientações da Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC e Secretaria da Justiça – SEJUS, precisa ser de no mínimo oito alunos por segmento ofertado. Dada a permissão, é feita a ficha de identificação dos pretensos educandos privados de liberdade. Após uma análise criteriosa desse instrumental, são aplicadas atividades diagnósticas para verificação do nível de escolaridade e conhecimento dos mesmos. Conforme o comprovante de escolaridade ou êxito nas atividades diagnósticas, as PPL são matriculadas na EJA fundamental, no 1º ou 2º segmento, sendo inseridas no Sistema Integrado de Gestão Escolar – SIGE. Vale ressaltar que o quantitativo e o fluxo dos alunos são rotativos, podendo ser uma permanência escolar breve ou até mesmo por um longo período, situação contextual individual do educando.

**Figura 3. Oferta educacional para pessoas privadas de liberdade por município e etapas de ensino no Maciço de Baturité**



Fonte: dados da pesquisa (2017)

No ano de 2017, o CEJA contava com 170 privados de liberdade matriculados na EJA, sendo 88 nos anos iniciais e 82 nos anos finais do fundamental. O município de Ocara é o que mais tem estudantes matriculados, com um total de 31. A unidade de Baturité, apesar de ter vivenciado todo o processo de seleção docente e matrículas dos discentes nas duas etapas de ensino, teve as aulas canceladas devido à ocorrência de rebelião seguida por transferências dos detentos para realização de reforma do prédio prisional.

A proposta pedagógica definida no Projeto Político Pedagógico (PPP), vivenciada no CEJA de Baturité, agrega valores e define-se por meio de uma prática social de inclusão, no intuito da melhoria de vida do educando e busca trabalhar o cognitivo dos educandos além de despertá-los sobre a importância de suas escolhas para sua vida e para o convívio social. O Centro educacional possui como missão,

Acreditar e facilitar o processo da construção do alicerce, do desenvolvimento humano de jovens e adultos, com justiça e participação coletiva. Oferecendo um ensino de qualidade, que tenha como foco a aprendizagem do educando, tornando-se um centro de referência de educação de jovens e adultos no Maciço de Baturité, voltado para a formação de cidadãos conscientes, participativos, reflexivos/ críticos, capazes de atuar com competência no mercado de trabalho. (CEJA, 2017)

As ações educativas, além de promover os conteúdos pragmáticos, também buscam exercer ação construtiva na vida do detento, propiciando condições para que este compreenda-se como indivíduo social, capaz de transformar e construir seu projeto de vida. Portanto, as práticas pedagógicas promovidas nos encontros pedagógicos seguem o guia dos Livros Didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) EJA, definido pelo Ministério da Educação, de acordo com a etapa de ensino, sendo para o Fundamental I o livro EJA Moderna: Educação de Jovens e Adultos e a coleção Tempo de Aprender para o Fundamental II. A prática educacional prisional no Maciço de Baturité também se edifica através da elaboração e desenvolvimento de projetos pedagógicos, conforme síntese no quadro abaixo.

**Quadro 6. Projetos pedagógicos desenvolvidos na educação prisional no Maciço de Baturité**

Projetos	Metodologias
Projeto de vida	Utiliza atividades que possuem guia de reflexões sobre o momento vivido e incentiva traçar metas pessoais de acordo com a realidade de cada um.
Projeto Balaio de Leitura	Promove a prática da leitura individual e coletiva de textos e livros através de ações semanais que incentivam também a produção textual.
Projeto por uma escola de Paz	Busca a reflexão e o desenvolvimento da cidadania por meio de valores éticos e morais trabalhados mensalmente.

Projeto Datas comemorativas	São promovidas atividades com ênfase nas datas comemorativas, elaboradas e custeadas pelas professoras em prol dos educandos PPL, tais como dia das Mães, dia dos Pais, mês junino, dia das crianças, podendo, com a permissão da administração prisional, haver a participação de familiares.
Projeto Chá literário	Realizado há sete anos, o projeto aborda escritores bimestralmente através da biografia, do estudo e da construção de gêneros textuais, tendo como produto final a construção de álbum com as melhores produções textuais das unidades prisionais.
Projetos cinco minutos de valores	Momentos de acolhidas da turma através de reflexões diárias realizadas no início das aulas com abordagem de valores humanos.

Fonte: dados da pesquisa 2017

Percebe-se, portanto, que a educação prisional, além de desenvolver as habilidades e competências através do ensino básico, também trabalha princípios de cidadania com projetos pedagógicos desenvolvidos nas áreas de conhecimentos e que são criados e adaptados pelos próprios docentes, sob a orientação e acompanhamento pedagógico, do sistema prisional.

A Lei Nº 12.433/2011 que modifica a Lei nº 7.210/1984, dispendo sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho, esclarece que a cada 12 horas de estudo, o privado tem um dia remido de sua pena, e com relação ao trabalho a cada três dias de serviços prestados, o preso terá um dia remido. A participação no processo educacional e o desenvolvimento de atividades laborais prestadas pelo apenado podem ser concomitantes, desde que se compatibilizem em horários diferentes.

A experiência de sala de aula na educação em prisão mostra que parte dos alunos privados de liberdade participa do processo de ensino e aprendizagem devido ao direito à remissão de pena, porém o nível de escolaridade apresentado por eles é muito crítico, pois a maioria não sabe ler e escrever, estando no nível de alfabetização, sendo matriculados na EJA - 1º segmento, o que equivale aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), possibilitando a efetivação da Educação de Jovens e Adultos, através do saber crítico e sistematizado historicamente, visto que a maioria nunca frequentou ou logo deixou de ir à escola no decorrer de sua vida.

É importante ressaltar que há sete anos pessoas privadas de liberdade e jovens em medida socioeducativa também podem participar do Exame Nacional para o Ensino Médio através do ENEM PPL. Desde sua criação, o referido exame vem apresentando evolução na participação de pessoas privadas de liberdade, sinalizando o sucesso da parceria entre o Ministério da Educação e as Secretarias de Segurança Pública, de administração penitenciária, de direitos humanos e de educação, tendo como maior objetivo proporcionar o acesso às políticas educacionais e aos programas sociais do governo federal.

As pessoas privadas de liberdade do Maciço de Baturité, incluindo principalmente os educandos acompanhados pelo CEJA, iniciaram sua participação nas avaliações externas a partir do ano de 2012, com o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e o Exame Nacional para Ensino Médio (ENEM-PPL), ocorrendo em períodos diferentes dos exames convencionais.

O processo de mobilização e incentivo aos privados e familiares para obtenção de documentação obrigatória para a realização de inscrição nas avaliações externas torna-se uma missão incansável de todos que acompanham a vivência educacional em prisão na região, principalmente pelas professoras lotadas no ensino prisional.

Assim, a trajetória em relação aos inscritos no ENEM-PPL retrata que houve um total de 10 PPL inscritos em 2012; 18 em 2013; 32 em 2014; 52 em 2015; 43 em 2016 e 23 inscritos no ano de 2017. Portanto, entre o ano de início de oferta do ENEM PPL e o ano de 2016 houve uma ampliação expressiva no quantitativo de inscrições. Até então, a participação com êxito nessa avaliação externa dava o direito à certificação e também havia a possibilidade de inserção no nível superior, situação também vivenciada pelos jovens e adultos maiores de 18 anos que não tivessem concluído o ensino médio através do ENEM convencional. Porém, a partir do ano de 2017, o ENEM PPL apresentou a vertente de ser exclusivamente para acesso à universidade. O novo direcionamento restringe a possibilidade de a pessoa privada de liberdade continuar participando desta avaliação externa, visto que os educandos classificados como PPL do Maciço de Baturité não possuem o ensino fundamental completo e são poucos os privados que concluíram o ensino médio.

Existem complexidades que envolvem a certificação nos níveis de escolaridade para pessoas privadas de liberdade, pois mesmo apresentando frequência regular, percorrendo por todos os segmentos de um nível de escolaridade, tendo participação em projetos desenvolvidos pelo CEJA e realizando atividades avaliativas do desempenho, não existe certificação por conclusão por tempo de estudo para essas pessoas. Acredita-se que este contexto de ausência de certificação dá-se pelo fato de que a cada certificação conseguida pelo apenado o mesmo tem direito, de acordo com a Lei 12.433/1984, a um terço da remissão de pena, o que leva a vários questionamentos pelos próprios educandos PPL das Cadeias Públicas do Maciço, sobre os estudos contínuos sem obtenção de avanço no nível de escolaridade, conforme a lei supracitada.

Apesar da difícil realidade vivenciada pela Educação Prisional nas cadeias públicas assistidas pelo CEJA da região baturiteense, os educandos inscritos – PPL - nas avaliações externas apresentam desempenho satisfatório, atingindo a pontuação exigida com

proficiências nas áreas de conhecimentos em parte ou integral nas avaliações externas realizadas, podendo até serem certificados nas etapas do ensino fundamental ou médio. Pode-se conferir tal realidade na tabela abaixo, através da apresentação dos números de inscrições desde 2012 a 2017.

**Quadro 7. Quantitativo de inscrições ENEM PPL (2012 a 2017)**

<b>DADOS COMPARATIVOS</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
INSCRIÇÃO NO ENEM	10	18	32	53	43	23
CERTIFICAÇÃO	0	0	2	2	1	1
INSCRIÇÃO NO SISU	0	0	0	24	10	-
APROVAÇÃO NO SISU	0	0	0	0	0	0
INGRESSO NA UNIVERSIDADE	0	0	0	0	0	1

Fonte: CEJA Donaninha Arruda - CREDE 08/ Baturité- CE (2017)

De acordo com os dados percebe-se um menor quantitativo de inscrições no ENEM PPL de 2017, visto que o mesmo a partir desse ano o exame possui como único objetivo possibilitar o acesso ao nível superior, apresentando uma nova realidade para os privados que ainda buscam a certificação do médio.

Atualmente, o ENCCEJA é a avaliação externa de caráter certificatório para o público da EJA, inclusive para os privados de liberdade através do ENCCEJA PPL. O mesmo constitui-se uma aferição de competências, habilidades e conhecimentos obtidos no decorrer da vida escolar ou nos processos formativos no convívio familiar, ocorrendo também no ambiente de trabalho, como nos envolvimento nas ações e movimentos sociais como cidadãos ativos na sociedade de que fazem parte. Sua realização ocorreu para os privados apenas nos anos de 2013, com 14 inscrições, e de 2014, com 36 inscritos, objetivando a certificação do ensino fundamental e médio. Com a instituição do novo ENEM, que passou a ter como objetivo somente a inserção no ensino superior, a partir do ano de 2017 o ENCCEJA Nacional passou a ser realizado destinando-se à certificação do Ensino fundamental e Médio Nacional, Exterior, e ENCCEJA PPL. Nesse mesmo ano houve inscrições no nível Fundamental e Médio, com 25 e 16 inscritos, respectivamente, totalizando 41 inscrições realizadas. No Brasil, as participações nas avaliações externas oferecem aos privados a possibilidade de sonhar com um futuro diferente da realidade em que vivem. Assim, entre os educandos privados destaca-se o êxito do aluno Antônio Lucas Martins<sup>1</sup> no ENEM PPL/2015, que além da certificação, pleiteou uma vaga no curso de Letras na Universidade da Integração

<sup>1</sup> O estudante autorizou a divulgação de seu nome.

Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, tendo iniciado sua experiência no mundo acadêmico no início do mês de março de 2017.

A UNILAB foi instituída pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, através de parcerias entre o Brasil e países africanos e o Timor Leste, com sede em Redenção, mas também com campus em Acarape e em São Francisco do Conde (Bahia), propiciando o acesso ao ensino superior de qualidade aos jovens de outros países, mas também favorecendo a inserção regional, possibilitando aos estudantes a continuidade aos estudos na região, além de acolher estudantes da capital e de outros municípios. Em sua diversidade, tal instituição representa prosperidade e oportunidade de desenvolvimento, de crescimento econômico, político e social entre os estudantes, tornando-se fundamental para a formação de cidadãos críticos, ativos e multiplicadores do aprendizado adquirido.

Portanto, no intuito de contemplar e promover ações para o público da EJA, destaca-se o Circuito Intercultural de Vivências em Educação de Jovens e Adultos (CIVEJA)<sup>2</sup>, que surge como uma iniciativa de extensão da UNILAB, vinculada ao Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul (ECOSS), possibilitando a participação e integração de pesquisadores, instituições escolares, professores, educandos, gestores e representantes da sociedade que atuam diretamente com a modalidade da EJA no Maciço de Baturité, promovendo mensalmente diálogos entre as esferas de ensino federal, estadual e municipais, em especial os que compõem a região, assim como participantes e representantes internacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Numa abordagem articulada e construída com base na valorização e compartilhamento de experiências sobre as práticas educacionais e culturais de todos envolvidos, torna-se, portanto, relevante a participação do CEJA/Baturité, através de perspectivas de socialização de suas múltiplas vivências no ensino da EJA, por meio da vivacidade dos saberes.

Ainda sobre a Educação Superior, edificado na cidade de Baturité, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Baturité, criado nos termos da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, também é uma recente conquista para a região e hoje encontra-se sob a direção do professor Raimundo Eudes de Sousa Bandeira. Atualmente, possui a oferta de dois cursos técnicos: Administração e Hospedagem e três cursos superiores: Tecnologia em Gastronomia, Tecnologia em Hotelaria e Licenciatura em Letras Português/Inglês. Possui ainda a oferta de pós-graduação em Ciências de Alimentos.

---

<sup>2</sup> O referido projeto foi coordenado pela professora Elisângela André da Silva Costa, de agosto de 2016 a dezembro de 2017.

No desenvolvimento de suas atividades, o IFCE campus Baturité busca valorizar o respeito social e cultural de modo inovador. Assim, na busca de aproximar e proporcionar aos educandos da EJA novas experiências e promover o contato com o ambiente educacional de nível superior, concretizou-se a parceria entre o IFCE e o CEJA, que de modo criativo planejaram ações sustentáveis, através da oferta do curso de Reaproveitamento de alimentos: desenvolvimento sustentável e oportunidade de renda, contemplando 30 educandos da EJA na modalidade semipresencial para o ensino fundamental e médio, tendo ainda a participação de uma das merendeiras e professores das unidades prisionais responsáveis pela elaboração da merenda escolar PPL nas cadeias do Maciço. O curso possui como base o reaproveitamento de alimentos e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) que, por meio da participação de microempresas fornecedoras de frutas, verduras e legumes, disponibilizam o que é desconsiderado por alguns consumidores pelo simples fato de apresentar má aparência e julgado como impróprio para o consumo. Desse modo, com o desenvolvimento dos projetos interdisciplinares, cumprindo a proposta pedagógica, pode-se perceber notoriamente o envolvimento de toda a comunidade escolar no sentido da promoção de uma reeducação propícia ao desenvolvimento sustentável.

Assim, a EJA apresenta uma multidimensionalidade de saberes, experiências e superação no contexto vivido. Com o objetivo de compreender essa realidade foi realizado um estudo de casos múltiplos, que contempla os privados de liberdade das unidades prisionais de Capistrano, Pacoti e Ocara, considerando suas realidades educacionais, práticas sustentáveis e as contribuições para suas vivências carcerárias no processo de ressocialização.

## **4 O CENÁRIO PRISIONAL E SUAS PARTICULARIDADES: A CONSTRUÇÃO DOS SABERES SOB UM OLHAR SUSTENTÁVEL NOS CÁRCERES DO MACIÇO DE BATURITÉ/CE**

O presente capítulo apresenta o percurso metodológico e a análise dos resultados da pesquisa realizada nas Unidades prisionais, definidas anteriormente por representar geograficamente a região do Maciço de Baturité, contemplando as cidades de Capistrano, Pacoti e de Ocara.

### **4.1 Caminho metodológico**

Neste tópico apresenta-se a trajetória do processo investigativo, abordando os aspectos metodológicos. O percurso seguido nos permite conhecer o caminho e as decisões tomadas como medidas necessárias para a obtenção das informações que conseqüentemente definem o corpo deste trabalho. Assim, expressa o tipo de pesquisa que foi realizada e sua significância na compreensão do estudo no contexto social (MINAYO, 2014), além de retratar sobre validação e confiabilidade através do estudo de casos múltiplos e suas particularidades, possibilitando compreender a realidade através de parte de um todo (YIN, 2015).

A abordagem qualitativa norteia o presente estudo, assegurando todas as etapas, objetivando dar viabilidade e exequibilidade à dimensão investigativa da proposta. Tal abordagem permitiu a interpretação dos dados, uma vez que estes são difíceis de serem compreendidos, em virtude de sua não quantificação. Conforme Minayo (2014), as abordagens qualitativas trabalham com o “universo de significados”, sendo indicadas para explicitar a subjetividade, seja nas situações de valores, de atitudes, crenças, aspirações, motivo, dentre outras questões de cunho mais profundo concernentes às relações sociais e culturais, seja nos fenômenos e processos mais complexos.

Para a presente pesquisa, foi escolhido o estudo de casos múltiplos, em virtude da educação em prisões e sustentabilidade ser um fenômeno denso, complexo e contemporâneo, desenvolvido em um contexto da vida real, contemplando as cadeias públicas de Capistrano, Ocara e Pacoti, que perpassam toda a extensão territorial do Maciço de Baturité.

De acordo com Yin (2014, p. 18), “o estudo de caso é uma estratégia adequada ao se examinar acontecimentos contemporâneos”, levando em conta as técnicas da observação direta e as entrevistas. Com isso, são ainda mais convincentes e diferenciam-se pela capacidade de atender a um leque de evidências, contemplado em materiais documentais e

respaldado através de observações e entrevistas.

A trajetória da pesquisa teve como base a análise do referencial teórico e o estudo de campo, em que, primeiramente, foi feita uma detalhada revisão de literatura com o intento de situar e contextualizar a referida investigação, agregando as sugestões de leituras a partir das considerações da banca da qualificação, desse modo retomando o que já foi sistematizado em outras pesquisas e evidenciando as discussões relevantes. Desse modo, “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). O autor afirma que a pesquisa bibliográfica coloca o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Assim como um levantamento e análise documental, tendo em vista a existência de uma política de educação prisional no Brasil e Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEJA, também importa a existência de planos de curso e planos de aula que se constituem como importantes referências para compreender as intencionalidades, concepções e prática de educação pautada na sustentabilidade.

Nesse contexto, através de contato e agendamento prévio, realizei as observações, obtendo elementos contextuais que ajudaram na problematização. A observação se deu no contexto das aulas ministradas na cadeia Pública de Capistrano, Cadeia Pública de Pacoti e Cadeia Pública de Ocara, no período de 15 a 29 de junho de 2018, e nos momentos em que as PPL desenvolveram trabalhos com artesanato e hortas. Segundo Gil (2002), a observação é um “elemento fundamental para a pesquisa”, pois delinea as etapas do estudo e evidencia a apreensão de aspectos de determinada realidade, permitindo, portanto, o conhecimento de determinado fenômeno.

O processo investigativo teve sequência pela realização das entrevistas, em que foi elaborado um calendário de visitas e agendadas com os responsáveis por cada unidade prisional, com os três segmentos das unidades prisionais; desse modo foram entrevistados um total de 03 (três) agentes penitenciários, por serem sujeitos responsáveis pela parte administrativa da cadeia, 03 (três) professoras da EJA, lotadas na educação em prisão, envolvidas e responsáveis pelo processo de ensino aprendizagem no ambiente carcerário, e por fim, 9 (nove) privados de liberdade, 08 (oito) do sistema fechado e 01 (um) do sistema semiaberto, enquanto sujeitos que vivenciam a sistemática da prática educacional e que são protagonistas no desenvolvimento das práticas sustentáveis.

Antes da realização de cada entrevista, relatou-se sobre a pesquisa, explicando os objetivos e ressaltando sua importância social, esclarecendo ainda aos colaboradores que seriam feitas algumas perguntas e que cada um iria responder de acordo com sua realidade,

uma forma de extinguir dúvidas e receios de alguns colaboradores, garantindo privacidade e sigilo das informações obtidas. Foi explicado também que as mesmas seriam gravadas em áudio para facilitar a obtenção das informações.

Para Brito Júnior e Feres Júnior (2011, p.241), “A entrevista pode desempenhar um papel vital para um trabalho científico se combinada com outros métodos de coleta de dados, intuições e percepções provindas dela, podem melhorar a qualidade de um levantamento e de sua interpretação”. Assim, os sujeitos foram incentivados a evidenciar suas vivências com a educação de jovens e adultos e as práticas sustentáveis, focando em suas experiências com trabalhos de reutilização de materiais reutilizáveis e hortas socioeducativas, permitindo compreender suas contribuições ao processo de ressocialização e superação do ócio durante o período de encarceramento, possibilitando a construção de saberes originados no convívio carcerário.

Na compreensão de Marconi e Lakatos (2003, p. 195), a entrevista é como um “encontro de duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Os dados coletados a partir das transcrições das gravações de áudios das entrevistas foram organizados por segmentos. Nesse sentido, após leitura e análise das informações, foram identificadas as possíveis semelhanças nas falas dos colaboradores, constatando através das vozes dos colaboradores o processo de análise qualitativo e quantitativo das entrevistas. Então, foram selecionados os aspectos relevantes para pesquisa. Brito Júnior e Feres Júnior (2011, p.241) ressaltam que “Identificar os pontos fortes de uma técnica de coleta de dados, assim como suas fraquezas, possibilita ao pesquisador ter plena consciência da quantidade e qualidade das informações que podem ser coletadas com a sua utilização”.

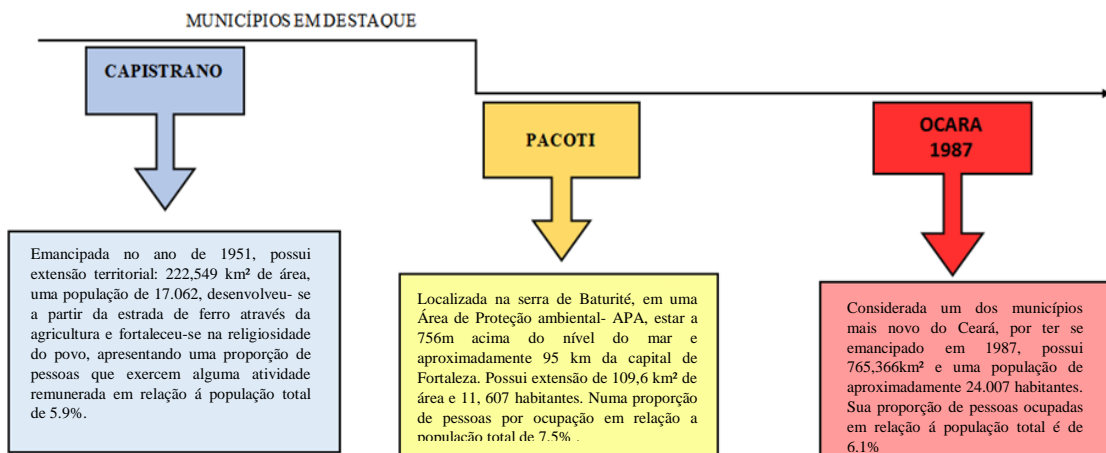
Portanto, a partir da observação, da leitura e releitura das transcrições dos dados, foi elaborado um quadro para cada segmento entrevistado, em que o mesmo apresentava identificações pessoais como nome, codinome, naturalidade, idade, formação e atuação dos entrevistados e familiares, definidos como: o perfil dos professores que lecionam no sistema prisional, o perfil e escolaridade dos educandos - PPL - e familiares, e também o perfil dos diretores das unidades. Tal técnica favoreceu conhecer e realizar a codificação da identificação dos participantes, pois estes apresentavam uma sequência de ordem numérica.

## **4.2 A pesquisa de campo**

No dia 13 de junho de 2018, de posse do parecer de aprovação do Comitê de Ética da UNILAB, foi possível organizar e iniciar a pesquisa de campo, que ocorreu no período de 15 a 29 de junho de 2018. Esta consistiu primeiramente na observação dos elementos contextuais auxiliando na compreensão da problematização, através do contexto das aulas ministradas nas cadeias públicas e nos momentos em que as PPL desenvolveram trabalhos com artesanato e hortas. Em seguida, efetuou-se, com o consentimento de todos os participantes, de modo colaborativo, a realização das entrevistas, ocorrendo por unidade com os profissionais administrativos, professoras da educação em prisão e os privados de liberdade das unidades prisionais, no sentido de conhecer a realidade dos aspectos, da escola e da prisão, existenciais entre a sustentabilidade e a educação, promovida no sistema de educação prisional, através das falas de cada sujeito participantes na pesquisa.

A abordagem foi realizada sobre os principais aspectos legais relacionados à educação ambiental e à educação no contexto geral, como as normativas que norteiam a oferta educacional no sistema prisional na esfera nacional e estadual, com foco no papel da prisão na sociedade e as leis específicas que definem a Educação como direito. Nesse sentido, buscou-se conhecer um pouco sobre as práticas laborais desenvolvidas nas prisões e as semelhanças das trajetórias de vida dos privados nas cadeias públicas predefinidas que possuem a oferta em educação prisional no Maciço de Baturité. De acordo com os dados do último censo do IBGE 2010, tem-se em destaque a figura a seguir:

**Figura 4. Apresentação dos Municípios de realização da pesquisa**

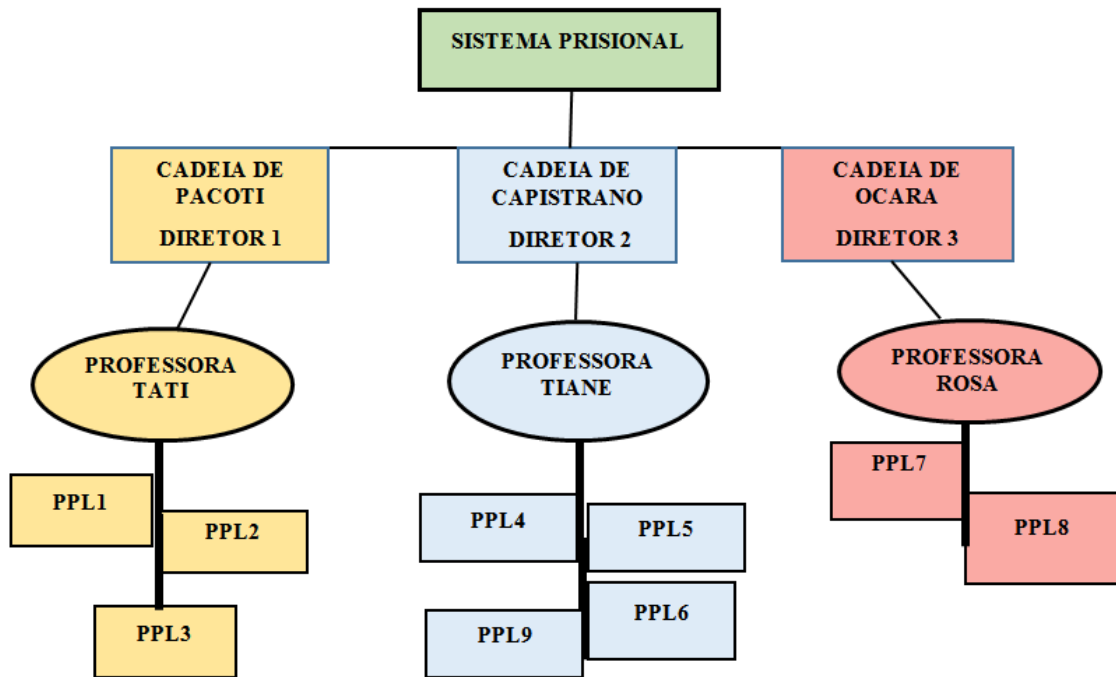


Fonte: Adaptada de IBGE (2010).

Dentre tantas informações, destaca-se o índice de ocupação de pessoas, com média entre os três municípios de 6,5% da população total, um dado preocupante no aspecto de gerar oportunidade e atividades remuneradas, principalmente para o público jovem.

Desse modo, para este estudo de casos múltiplos, a partir do contexto histórico e de infraestrutura apresentado, foi realizada a pesquisa com três segmentos: diretores, professores e educandos PPL, conforme fluxograma abaixo.

**Figura 5. Fluxograma da Pesquisa**



Fonte: Elaboração da Autora

A Figura 5 apresenta a organização e quantitativo de colaboradores da pesquisa, em que os diretores das Unidades Prisionais participantes do estudo são chamados de Diretor 1, 2 e 3. As professoras consentiram o uso de seus codinomes. E as vozes dos privados seguem representadas pela sigla PPL, seguindo uma ordem numérica de 1 a 9, e a quantidade dos privados contribuintes deu-se pela disponibilidade dos mesmos, por serem educandos PPL e realizarem práticas laborais sustentáveis em tais cadeias públicas municipais.

### **4.3 O perfil dos diretores das unidades prisionais e suas percepções da vivência carcerária**

Inicialmente, apresenta-se o perfil dos diretores entrevistados, ressaltando sua formação e experiência, assim como a valorização ao processo de integração de toda a equipe de trabalho prisional, desvelando as percepções e os desafios vivenciados como gestores administrativos no cenário prisional. Destaca-se ainda o processo histórico, as condições e estrutura física dos prédios, a capacidade de atendimento e o desenvolvimento de atividades laborais, tais como educação, os limites e possibilidades, e a elaboração de produtos artesanais sustentáveis a partir de materiais reutilizáveis, identificando os fatores que mobilizam os participantes a se interessarem pela realização de tais procedimentos manuais e interligando as contribuições do processo de ensino aprendizagem na abordagem da educação ambiental no sistema prisional do Maciço na tentativa de reinserção social.

O Diretor 1 (D1) é do sexo masculino, tem 45 anos de idade, reside na cidade de Fortaleza e trabalha na cidade de Capistrano. É graduado em Direito, com Especialização em Gestão de Pessoas e ocupa o Cargo de Agente Penitenciário, exercendo a função de Agente Plantonista Administrativo há 4 (quatro) anos.

O Diretor 2 (D2) é do sexo masculino, tem 43 anos de idade, reside na cidade de Fortaleza e trabalha na cidade de Ocara. É graduado em Pedagogia, exercendo a função de diretor administrativo prisional há 6 (seis) anos.

O Diretor 3 (D3) é do sexo masculino, tem 39 (trinta e nove) anos de idade, reside na cidade de Fortaleza e trabalha na cidade de Pacoti. É graduado em Direito, com especialização em gestão de pessoas, exercendo a função de diretor administrativo prisional há 4 (quatro) anos.

Considera-se importante colher informações com os agentes administradores responsáveis pelas unidades em estudo, pois eles lidam com diferentes demandas e tensões postas pela complexidade dos ambientes vulneráveis dos estabelecimentos penais. Assim, compreende-se que os cargos de gestão e, diretamente, a atuação dos gestores administrativos prisionais podem fazer a diferença no tocante administrativo, mas principalmente relacionando as áreas humana e social. A formação e a valorização dos profissionais prisionais tornam-se fundamentais no processo de reintegração social, visto que se tem a possibilidade de mobilizar um conjunto de atividades que configuram uma abordagem mais humana à prisão, capaz de colaborar com o processo de reintegração dos sujeitos à sociedade.

O gestor penitenciário assume a função de executar os diversos serviços necessários no estabelecimento prisional, através da integração e contribuição dos profissionais que constituem a equipe especialista lotada na unidade prisional. O Art. 75 da LEP 7210/1984, define ainda os requisitos para o exercício do cargo de diretor de estabelecimento penal:

I - ser portador de diploma de nível superior de Direito, ou Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Serviços Sociais;

II - possuir experiência administrativa na área;

III - ter idoneidade moral e reconhecida aptidão para o desempenho da função.

Parágrafo único. O diretor deverá residir no estabelecimento, ou nas proximidades, e dedicará tempo integral à sua função.

Portanto, presume-se a necessidade de iniciativas que promovam o aprimoramento da formação dos profissionais dos cárceres, como os Gestores das Unidades Prisionais, dos Agentes Prisionais e dos Professores, para que sejam sensibilizados no tocante a saberem conduzir adequadamente os fatores característicos do público e do espaço em que desenvolvem suas atividades laborais (UNESCO, 2009).

O contexto carcerário requer diversas atribuições; nesse sentido, dialogou-se com os diretores das Unidades Prisionais de Capistrano, Ocara e Pacoti para acessar as visões dos mesmos acerca dessas instituições, dos sujeitos nelas detidos, assim como os limites e as possibilidades dos processos formativos desenvolvidos neste espaço, quer pela educação prisional, quer pelas atividades laborais.

Nesse sentido, há alguns aspectos importantes a serem analisados, como as condições e estrutura física dos prédios e recursos humanos para a funcionalidade eficaz do sistema prisional do Maciço.

*O terreno edificado da CP [Cadeia Pública] de Capistrano foi cedido pela Prefeitura de Capistrano; esta foi construída pelo Governo do Estado do Ceará e inaugurada em fevereiro de 1979. O edifício foi construído para encarcerar pessoas reclusas da Comarca de Capistrano, bem como também servir de Delegacia e alojamento para a Polícia Militar; foi reformada em 2006 e a Polícia Militar saiu do prédio, ocupando outro endereço na Cidade de Capistrano, e o prédio da Cadeia Pública Municipal de Capistrano passou a ser exclusivo da Secretaria da Justiça e Cidadania. (D1)*

*A primeira cadeia da cidade de Ocara funcionava em uma casa, um prédio adaptado, localizado no centro da cidade. E somente depois da construção do prédio da Cadeia pública, que foi inaugurada no dia 25 de março de 2010, pelo governador do estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, os internos foram transferidos para um prédio apropriado, uma cadeia nova. (D2)*

*Há décadas atrás funcionava tipo uma sala que servia como delegacia, os presos ficavam aqui e também vinham os corpos das pessoas que morriam, até chegar o IML e levar. A informação vem através de um funcionário que já tem mais de 3(três) décadas que trabalha*

*na cadeia, então esse é nosso registro mais antigo. Não existe registro na SEJUS, nem na SEPLAG, no cartório também não existe registro de imóvel, e nem na prefeitura de quem se cobrava o IPTU antigo. (D3)*

A destinação de origem dos estabelecimentos prisionais condiz com o objetivo prévio de sua construção, independentemente do tipo de pena a ser cumprido. Portanto, percebe-se uma parceria entre as esferas municipal e estadual para a definição da edificação e funcionalidade dos prédios, com o intuito de encarceramento das pessoas que por algum motivo infringiram a lei. Porém, tal parceria nem sempre garante a oferta das condições ideais para o funcionamento de acordo com as demandas estruturais, físicas e de segurança necessárias e que contemplem a rotina dos privados, pois dentre os estabelecimentos supracitados somente o da cidade de Ocara fora planejado e construído com destinação predefinida para atender às necessidades carcerárias. Os demais apenas passaram por processo de adaptações, confirmando a falta de infraestrutura dos estabelecimentos penais e, conseqüentemente, a insegurança, além da ausência de informações dos mesmos e, portanto, a escassez das políticas de assistência e garantia de direitos, respaldadas na Lei de Execução Penal.

Dentre a caracterização das Unidades prisionais, os diretores apresentaram elementos relacionados aos diferentes desafios de implantação/manutenção e desenvolvimento cotidiano das atividades, demonstrando uma série de dificuldades que historicamente vêm sendo vividas neste contexto. Faz-se necessário um destaque para a situação real de infraestrutura nas unidades prisionais brasileiras, que repercute numa inapropriada estrutura, também presente nas unidades prisionais do Maciço de Baturité, como mostra o quadro a seguir.

### **Quadro 8. Infraestrutura das cadeias públicas do Maciço**

<b>UPs</b>	<b>Infraestrutura</b>
Capistrano	Possui 05 (cinco) celas para presos do Regime Fechado. Dispõe de um compartimento exclusivo para recolher os condenados que cumprem penas no Regime Semiaberto (recolhem-se diariamente às 18h e saem às 06h) e no Regime Aberto (recolhem-se às 18h às sextas-feiras e saem nas segundas-feiras às 06h). Possui uma pequena recepção de aproximadamente 12m <sup>2</sup> , uma área retangular de aproximadamente 14m <sup>2</sup> .
Ocara	O espaço físico administrativo constitui-se de: 1 (uma) recepção, 01 (uma) cela para semiaberto com banheiro, 02 (dois) alojamentos com banheiro para agentes, 01 (uma) cozinha, 01(uma) sala de refeições dos profissionais, 2 (dois) banheiros sociais, 01 (uma) sala de vistoria, 01 (uma) sala para guardar materiais (alimentos), 01 (um) parlatório, 01 (uma) sala de leitura para PPL do semiaberto, 01 (uma) lavanderia. O anexo 1 possui 3 (três) salas, 01 (uma) cozinha e 01 (um) banheiro. O anexo 2 - dos internos - é composto por duas alas: a feminina possui 2 (duas) celas, 1 (uma) cela coletiva com banheiro que comporta 6 (seis) internas e 1 (uma) cela de isolamento para 2 (duas) internas com banheiro; a masculina possui 5 (cinco) celas, 4 (quatro) são coletivas e todas com banheiro, com capacidade para 6 (seis) internos cada e mais 1 (uma) sala de isolamento com banheiro, com capacidade para 2 (dois) internos. No mesmo anexo existem 1 (um) consultório médico, 1 (uma) sala de aula e mais 01(uma) sala com banheiro.

Pacoti	É um prédio adaptado, com: 04 (quatro) celas para o regime fechado com banheiro cada, 02 (duas) celas para regime semiaberto e aberto, 1 (uma) cozinha, 1 (um) pátio, 1 (uma) sala de administração, 1 (uma) recepção na entrada principal e outra entrada pelos fundos. Não possui alojamento.
--------	---

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Tal realidade apresenta fatores que podem ocasionar situações problema, revoltas e riscos para toda a comunidade prisional, como, por exemplo, a superlotação das cadeias, agressões e fugas, devido ao número de detentos ser superior a sua capacidade. De acordo com o Infopen (2016, p.27), “[...] 52% da população prisional encontra-se em estabelecimentos penais que custodiam mais de 2 pessoas por vaga e apenas 7% da população (51.235 pessoas) encontra-se em unidades sem superlotação”. Portanto, percebe-se uma divergência entre o número de vagas e a quantidade de detentos no contexto atual.

#### **4.4 Capacidade de atendimento e atividades desenvolvidas na Unidade Prisional**

Quando indagados sobre a capacidade máxima da Unidade prisional onde atuam, os diretores forneceram informações que expressam dados que permitem identificar no contexto investigado a existência de uma superpopulação carcerária:

*Na cadeia de Capistrano temos a capacidade de 25 presos, mas atualmente abrigam-se 39 internos. (D1)*

*Essa unidade aqui tem uma capacidade de presos internos, uma capacidade de 30 vagas. De trinta presos cumprindo penas ou presos provisórios, hoje a gente conta com 33 internos. (D2)*

*Na cadeia de Pacoti, temos a capacidade de 20 presos, mas atualmente nós temos 36 internos. (D3)*

Numa análise entre as esferas nacional e estadual tem-se dados alarmantes com relação à taxa de ocupação prisional, apresentando 309,2% e 197,4%, respectivamente (INFOPEN, 2016). Destacando os aspectos da realidade das unidades prisionais, pode-se constatar um percentual de taxa de ocupação também superior em suas capacidades, pois de acordo com os dados da pesquisa constatou-se que a cadeia Pública de Capistrano está com 156%, a Cadeia Pública de Ocara com 110%, e a cadeia de Pacoti de 180%. Assim, a região do Maciço apresenta uma média de 149% de taxa de ocupação carcerária. Tais dados mostram uma realidade crítica no quantitativo de vagas ofertadas nos cárceres e o quantitativo necessário para atender o número crescente dos privados de liberdade.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu 5º artigo, XLIX, “Fica assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”. Porém, a realidade do sistema prisional expressa uma divergência na garantia dos direitos humanos a tais detentos. A Lei 7210/1984, em artigo único, esclarece os requisitos que definem como deve ser o alojamento para o detento condenado e/ou provisório, pois em seu Art. 88, diz-se que “O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório” (BRASIL, 1984), sendo minimamente garantidas: a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana; b) área mínima de 6,00m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) (BRASIL, 1984).

O contexto prisional atual apresenta outra realidade, como o aumento lastimável da criminalidade e, conseqüentemente, a superlotação carcerária. Os privados são alojados na vivência carcerária em celas coletivas, na maioria das vezes em situações desumanas, favorecendo ações delinquentes e de risco de vivência carcerária. Pode-se destacar ainda outro fator agravante, que é a carência de recursos humanos responsáveis pela funcionalidade das atividades carcerárias diárias, assim como garantir a segurança dos internos e a proteção da sociedade. De acordo com os administradores, no que se refere ao quadro de funcionários, percebe-se uma diferença entre os contextos das cadeias públicas.

*Possui atualmente um contingente operacional de 07 (sete) Servidores Estaduais efetivos, sendo 05 (cinco) agentes penitenciários masculinos de carreira, 04 (quatro) agentes penitenciários masculinos plantonistas em escala fixa de trabalho; 01 (um) assume as funções de Agente Plantonista e também Administrador (Agente Penitenciário que possui o encargo Administrativo que gerencia toda a equipe, inclusive os internos que, autorizados pela Justiça, prestam serviços no interior da Unidade), 01 (uma) Agente Penitenciária feminina de carreira com escala de plantões nos dias em que ocorrem as visitas e 01 (um) Servidor Estadual ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, que dá suporte administrativo. (D1)*

*O quadro de funcionários é composto por 6(seis) agentes, sendo 5(cinco) plantonistas e 1(um) diretor. Possui ainda 3(três) terceirizados, sendo 1(um) auxiliar administrativo e 2(dois) auxiliares de serviços gerais e ainda 2(dois) cozinheiros cedidos pelo município, por contrato temporário. (D2)*

*Na cadeia nós temos 4 (quatro) agentes penitenciários plantonistas, 01 (um) agente que exerce o cargo de administrador, 2 (duas) agentes mulheres na parte administrativa e de vistoria. (D3)*

Considerando a importância do trabalho realizado pelos agentes prisionais e também as condições necessárias para a realização desse mesmo trabalho na perspectiva de contribuir no desenvolvimento da ressocialização dos privados, assim como na eficácia da medida penal, constatou-se um quadro reduzido de funcionários, incapaz de atender às necessidades de

funcionalidade da unidade. Logo, percebe-se que “São muitos os fatores que fizeram que o sistema carcerário brasileiro chegasse à precariedade em que se encontra atualmente. Os pontos mais graves são: o abandono, a falta de investimento e o descaso do poder público” (MACHADO; SOUZA; SOUZA, 2013, p. 205).

A realidade do contexto carcerário atual apresenta uma defasagem proporcional na distribuição da quantidade de presos e o número dos agentes de custódia. Dados do Infopen (2016) mostram que nacionalmente a proporção de presos por servidor de custódia é de 8,2, enquanto o Estado do Ceará possui uma proporção de 12,5. De acordo com os dados obtidos, as unidades pesquisadas apresentam uma proporção de presos por servidores, especificamente os agentes penitenciários plantonistas, nos seguintes valores: Capistrano com 7,8, Ocara 5,5 e Pacoti 9, com média regional de 7,4. Valores superiores ao que foi definido pela resolução N° 9, de 2009 do conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), que define o valor proporcional da quantidade de agentes para quantidade de detentos, que é de 5 privados para cada agente. Valor considerado razoável para garantir a segurança física e patrimonial nos estabelecimentos prisionais (BRASIL, 2016).

Quando questionados sobre as atividades laborais ofertadas nas unidades prisionais onde atuam, e que possivelmente contribuem para dinamizar e humanizar a rotina carcerária, desenvolvidas através de aulas, hortas ou outras modalidades de trabalhos internos, os diretores apontaram para a existência das atividades e o desafio de integração dos detentos às mesmas:

*Atividade gratificada dispomos de 2 (duas) vagas. Atualmente temos 03(três) exercendo atividade laboral na zeladoria e cozinha, 2 (dois) recebem gratificação pela SEJUS, 01 exerce atividade laboral voluntariamente para somente remir a pena. (D1)*

*Na realidade, para movimentar essa quantidade de presos a gente usa o artifício de trabalho através da horta. Eles plantam verduras para que isso ajude aqui os próprios presos na alimentação deles, e serve de atividade laboral. (D2)*

*Aqui nós temos aulas, alguns fazem artesanatos, eles fazem em garrafa PET a horta, porque não tem muito terreno/quintal, eles fazem em garrafa PET horta vertical e fazem jardinagem. Além disso, tem o cozinheiro e o distribuidor de alimentos. São dois que trabalham e recebem o benefício, que é equivalente a 3/4 ou é 3/5 do salário mínimo. É um dinheiro que eles recebem que vem do governo estadual, e aqui em Pacoti são dois presos que recebem. (D3)*

As atividades desenvolvidas, desde a educacional à laboral, são consideradas como artifícios administrativos direcionados para atender às necessidades do cotidiano carcerário, com os quais muitos detentos se beneficiam superando a ociosidade; além de receberem gratificação remunerada pela SEJUS, ainda são contemplados no processo de remição da

pena. Tem-se também a produção autônoma de artesanatos, ou ainda o plantio de verduras e legumes através dos projetos do cultivo de hortas carcerárias utilizadas em função de melhoria nutritiva alimentar da própria comunidade prisional. Dentre os que são remunerados, percebe-se que fica restrito à minoria pelo quantitativo de vagas, porém são atividades essenciais para garantir a organização funcional carcerária diariamente, e que contemplam zeladoria e cozinha e distribuição de alimentos, havendo ainda aqueles que exercem atividade laboral voluntariamente com intuito de somente remir a pena. Estão amparados no Art. 29 da LEP 7210/1984, que diz que “O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo”.

Segue-se questionando sobre as atividades laborais, solicitando que evidenciassem suas compreensões sobre a educação prisional e as práticas sustentáveis nos cárceres. Nesse sentido, os diretores apontam para cenários distintos de desenvolvimento das mesmas, relacionando-as às características presentes nos espaços onde trabalham:

*Não existem atividades sustentáveis na U.P. de Capistrano, pois a estrutura é limitada, inviabilizando o desenvolvimento de projetos que dependem de espaço estrutural. O trabalho dignifica o homem, então bom seria atividade laboral para todos. (D1)*

*Talvez incluísse a própria horta, porque é uma prática que você vai ocupar a mente do interno, ocupar a mente da pessoa e que ela por si só, já fornece uma condição para o interno, para um bom viver através da alimentação, de um reforço alimentar aqui para ele e além de ocupar sua mente através de uma prática saudável. (D2)*

*Aqui eles fazem rede, capelinha de palito de picolé, réplicas de igrejas, uns abajures, casas, porque eles fazem também com papel. Eles têm umas formas de enrolar o papel e ficam uns canudos, daí eles vão fazendo e eles colocam muito para a família em datas comemorativas, dia das mães e dos pais, presentear, passar o tempo, como forma sustentável de ajudar a família a ter um sustento lá fora, porque às vezes eles eram os únicos que ajudavam no sustento e como estão presos não dá, e fazendo isso daqui ameniza alguma coisa para a família. Fora isso, eles fazem o desinfetante e água sanitária. Muitos deles pedem para eu trazer [a matéria prima], então eu trago e eles fazem, e mandam para fora. Eles têm a fórmula de replicar esses produtos e eles acabam colocando para a venda. E alguns deles dizem que conseguem algum lucro e a ajudam a família com isso. (D3)*

Diante dos relatos, na ideia de que o trabalho traz dignidade para a vida do homem e de que, diante do contexto carcerário, a prática de atividade laboral torna-se importante para todos, pode-se atestar que os detentos do Maciço desenvolvem atividades laborais e específicas, de modo autônomo. Na realidade realizam trabalhos artesanais, de acordo com o contexto carcerário em que se encontram, justificando sua necessidade de suprir a ociosidade expressiva no meio carcerário. Para Foucault (2011, p.118), “A duração da pena só tem sentido em relação a uma possível correção, e a uma utilização econômica dos criminosos corrigidos”. Considerando a disponibilidade excessiva em uma rotina repetitiva e sem nada

para fazer, os cárceres têm se transformado em verdadeiras escolas do crime, dominadas pelos comandos dos próprios detentos (MACHADO; SOUZA; SOUZA, 2013). Tal realidade repercute no seio da sociedade, causando medo e transtornos à população,

Contudo, como se pode atestar, mesmo com a definição de políticas públicas prevista na legislação em prol da segurança pública, o que se tem visto e vivido, na sociedade brasileira como um todo, é a evolução e a expansão da violência e da criminalidade em suas mais variadas formas, em todos os espaços do país e contra todo tipo de pessoas, indiferentemente à classe social, à cor, à religião, à situação civil, etc (XAVIER, 2017, p. 337).

É uma realidade que retrata a desigualdade e ausência de oportunidade social, alimentando o sentimento de ódio entre as classes sociais e contribuindo para a situação atual dos cárceres. Assim, o enclausuramento por agregação dos detentos, independentemente dos delitos cometidos, contribui para o fortalecimento da criminalidade tanto no interior dos cárceres, como também fora deles, tornando-se para uns o caminho para a obtenção do poder e para outros a própria sobrevivência. Um retrato do avanço das forças da criminalidade que assola o país e do desmonte dos direitos está presente nos fenômenos dos grupos de facções e suas relações de poderes sobre os internos e na dinâmica do envolvimento e inserção dos jovens no mundo do crime, causando sérios transtornos à sociedade em que vivemos. E esse reflexo ocorre em constante movimento, ora na sociedade, ora nos cárceres, deixando a população à mercê das ações criminosas.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no inciso IV do art. 1º, concebe o trabalho prisional como um direito e um dever do detento, e em seu inciso III consagra o princípio da dignidade do ser humano através do ato de trabalhar. Logo, “O trabalho dentro do cárcere deve ser visto como um exercício de vivência em sociedade, calcado, sobretudo, no melhoramento do indivíduo tanto na esfera profissional quanto na pessoal” (MENDES, 2015, p. 17).

Os trabalhos manuais identificados e produzidos nas cadeias do Maciço retratam, através das ações sustentáveis, o direcionamento da utilização de recursos reutilizáveis e os benefícios de tal prática, para a realidade vivida pelas PPL. Cabral e Silva (2010, p. 159) ressaltam que “Para que o trabalho tenha caráter ressocializante, ele deve ser dotado de meios condizentes com essa finalidade, ou seja, capazes de valorizar o preso dentro do mínimo legalmente estabelecido e de respeitar sua pessoa enquanto sujeito de direitos”.

Acerca da educação prisional, a visão dos diretores revela uma perspectiva de inclusão e mobilidade social decorrente dos processos formativos. De acordo com suas falas:

*A educação prisional mostra caminhos, abre porta ao sucesso e ascensão social. (D1)*

*A educação prisional não apenas na prisão, mas de modo geral, é extremamente necessária para o desenvolvimento do ser humano, então ela é cabível em toda a gama da sociedade. E não poderia ser diferente no lado prisional. (D2)*

*Eu vejo que é um benefício em função de ter ciência dos seus direitos e deveres, aprendizagem de modo geral e também se tornando importante como forma de sair da ociosidade dentro da unidade prisional. (D3)*

A educação, além de um direito, apresenta-se para muitos como o caminho de transformação de vida, ou de esperança de novas possibilidades. No presídio não seria diferente, a educação ofertada nos cárceres brasileiros não deve ser vista como um favor ou até mesmo regalia concedida pelo sistema prisional. Para Mendes (2015, p.6), “A educação e o trabalho digno são os pilares de uma reeducação e ressocialização eficazes”, capazes de proporcionar novas possibilidades e melhorias no viver em comunidade.

Portanto, tal processo educacional vem contribuir na formação enquanto cidadão, possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades (ANDRIOLA, 2013). Logo, “A prática educativa, enquanto prática social situada histórica e politicamente, deve constituir-se como possibilidade de desvelamento da realidade e de superação das contradições nela existentes” (COSTA, 2014, p.147).

Assim, o processo educacional constitui-se como umas das ferramentas que podem ser empregadas como estratégia de mobilização de parte da população carcerária na tentativa de reinserção social.

Quando indagados sobre os critérios definidores da possibilidade de participação dos estudantes na educação prisional, os diretores relataram que

*Preferência aos reclusos julgados, porque estes têm prazo de permanência definidos. (D1)*

*O responsável pedagógico, no caso, a professora, é que vai observar e diagnosticar em que nível ele se encaixa no estudo. Mas só vai fazer essa divisão após o detento ter passado pelo critério de segurança e disciplina, o comportamento dele antes é avaliado para que ele possa ser repassado ao responsável da educação a fim de que ele seja trabalhado no processo educacional. (D2)*

*Bom, aqui em Pacoti, em questão do comportamento, no geral eles têm o comportamento de respeito, raríssimas exceções é que se tem um problema, mas no geral eles têm respeito tanto pelos professores, quanto pelos funcionários e aí ele querendo ele estuda sim, mantendo esse interesse ele já vai estudar. (D3)*

Portanto, segue-se uma hierarquia de decisões para permissão e definição das PPL que irão participar das atividades educacionais e laborais. Entende-se que tais procedimentos são comuns a todas as unidades, obedecendo às peculiaridades individuais, orientações essas

que existem para assegurar o bem-estar dos educandos, professoras e demais profissionais da unidade prisional, assim como a garantia equilibrada e harmoniosa da rotina carcerária.

Buscando uma melhor compreensão acerca dos desafios e bloqueios internos vividos no contexto prisional para o desenvolvimento das atividades formativas em sala de aula, solicitou-se aos diretores que apontassem as maiores dificuldades encontradas. Em suas falas, os diretores deram destaques a elementos relacionados à infraestrutura:

*Estrutura precária. Na Unidade Prisional, além da estrutura física, o que pode inviabilizar a ocorrência das aulas são os sinistros (atos que incitam a obstrução da ordem) que sem precedentes podem acontecer a qualquer momento, mas nesta U.P. não temos registros de tais atos. (D1)*

*Na realidade, internamente no quesito segurança, em situações em que eles apresentam uma condição de comportamento desfavorável, impossibilita para que haja aula. Outros quesitos são ligados à vontade, pode ocorrer de haver situações por eles mesmos, situações pessoais em que os mesmos expressam sua falta de vontade de assistir as aulas naquele período. (D2)*

*O que dificulta nas aulas é a questão de infraestrutura. Às vezes vê-se nas reportagens problemas de infraestrutura da própria escola convencional, imaginem no ambiente prisional, muitos deles não foram criados nem para sequer obedecer ao que a Lei de Execução determina, ou seja, suprir o preso, o custodiado quanto mais ainda ter aula, isso é um grande prejuízo que tem, pois muitos não têm um local adequado. É uma questão improvisada. Muitas vezes o desestímulo dele [privado] com relação a ele não ter sido acostumado a ser educado lá fora. Então ele não tem como prioridade a educação, porque muitas vezes ele não tem a educação antes de entrar aqui. (D3)*

Os diretores expressam em uma só voz a falta de infraestrutura para acolher os educandos em uma sala de aula considerada como um ambiente adequado para acontecerem as aulas.

Das unidades pesquisadas, tem-se as seguintes situações: na unidade Prisional (UP) 1, a sala de aula fica em um *hall* que dará acesso ao pavilhão das celas. Já na UP 2, construída para tal fim, tem-se uma com 24m<sup>2</sup>, localizada próximo à vivência dos privados. E, por último, na UP 3, as aulas ocorrem em uma área coberta no pátio da Unidade. Essa realidade não condiz muito com o direito que já havia sido adquirido através do Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional, definido no Decreto Nº 7626/2011, Art. 4º Parágrafo único. Ele diz que “Para o alcance dos objetivos previstos neste artigo serão adotadas as providências necessárias para assegurar os espaços físicos adequados às atividades educacionais, culturais e de formação profissional, e sua integração às demais atividades dos estabelecimentos penais” (BRASIL, 2011).

Tal direito, que em muitos casos já não era concebível nos ambientes prisionais de forma adequada, passou a ser legislativamente não obrigatório, visto que de acordo com o

Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) do Ministério da Justiça, designaram-se mudanças na aplicação da resolução nº 9, de 2011, que por sua vez estabelece as normas e diretrizes para a elaboração de projetos, construção, reforma e ampliação de unidades penais no Brasil. Tais alterações firmam a não obrigatoriedade da construção das salas de aula nos espaços prisionais, restringindo-se apenas à construção de celas e áreas de saúde. Tal medida significa um retrocesso tanto na garantia do direito educacional, como na busca de ressocialização dos privados e também na própria dinâmica da gestão prisional, tornando-se mais um desafio no cenário educacional dos cárceres brasileiros.

#### 4.5 O processo de ensino aprendizagem nas unidades prisionais: limites e possibilidades

O desenvolvimento das práticas socioeducativas torna-se fundamental para a compreensão do entrelaçamento entre o processo de ensino e aprendizagem e sua contribuição na promoção e desenvolvimento das práticas sustentáveis nos ambientes de privações. Assim como o perfil dos professores e educandos envolvidos nos processos laborais sustentáveis nos cárceres, visto que estes são os personagens principais deste cenário real.

#### Quadro 9. Perfil dos professores que lecionam no sistema prisional

Codônimo	Tiane	Tati	Rosa
Idade	34 anos	36 anos	40 anos
Naturalidade	Baturité	Capistrano	Baturité
Formação	Graduada em Pedagogia-UVA, e especialista em Psicopedagogia, Educação Infantil e Gestão, Coordenação Escolar pela Faculdade Kúrios.	Graduada em Letras - UECE, especialização em Gestão e coordenação escolar pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba.	Graduada em Pedagogia-Universidade do Vale do Acaraú-UVA, com habilitação em História e Geografia.
Pai, escolaridade e profissão	Analfabeto e agricultor.	Alfabetizado, Agricultor	Ensino médio e agricultor.
Mãe, escolaridade e profissão.	Cursou a primeira série do fundamental. Agricultora	Ensino médio. Agricultora	Ensino médio. Professora municipal aposentada.
Família atual	Casada com funcionário público municipal com nível superior incompleto. Tem 1 filho de 1 ano.	Casada com autônomo, com ensino fundamental completo. Não tem filhos.	Solteira e tem um filho de 5 anos.
Atuação profissional	Professora temporária, 5 anos na educação de PPL, nos anos iniciais e finais.	Professora temporária com 7 meses na EJA PPL, nos anos iniciais do fundamental.	Professora temporária, 5 anos na educação de PPL, na etapa dos anos iniciais e finais.
Local de residência/ trabalho	Mora e trabalha em Pacoti, na zona urbana.	Mora no Município de Capistrano, na zona rural, e trabalha na zona urbana.	Mora no município de Aracoiaba, na zona rural, e trabalha no município de

			Ocara, na zona urbana.
--	--	--	------------------------

Fonte: Dados da pesquisa 2018

Numa análise dos dados apresentados no Quadro 10, percebe-se que as atividades educacionais ofertadas para as pessoas privadas de liberdade são desenvolvidas por docentes do sexo feminino, nascidas no próprio Maciço de Baturité. Apresentam faixa etária entre 34 a 40 anos, são filhas de pais agricultores, em sua maioria, com baixa escolaridade e mães com ensino médio. As professoras mostram-se desbravadoras no campo educacional, pois cursaram nível superior e/ou pós-graduação, superando os níveis de escolaridade dos pais e os desafios pessoais no campo educacional, principalmente ao assumirem a função de educadoras do sistema prisional. São pertencentes a uma geração que vivenciou mudanças em suas trajetórias de vida, desde a escassez das vagas ao difícil acesso ao ensino médio nas escolas públicas, a competitividade nos vestibulares, assim como as mudanças no sistema educacional, desde a implementação da Lei de Diretrizes e Bases Nacional 9394/1996, como também o avanço e emprego das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem.

No aspecto familiar, constata-se que o nível de escolaridade dos pais divide-se em 50% com ensino médio completo e os demais 50% são considerados analfabetos e ou não concluíram a primeira série dos anos iniciais. Destes, 83% exercem a função de agricultores e apenas 17% a profissão de educadora, já aposentada. Com relação à profissionalização dos companheiros, constata-se um cursando nível superior e outro apenas com nível fundamental.

Nota-se também que as participantes da pesquisa vislumbraram novas perspectivas de vida através dos estudos, destacando-se e propiciando um avanço socioeconômico para o contexto familiar. Porém, em tal profissão, ainda buscam superar alguns desafios para exercerem sua função, assim como preconceitos vivenciados no âmbito social, sobretudo por serem professoras nas cadeias públicas, estigmatizadas socialmente. Os dados apresentam que todas as participantes são professoras temporárias, sendo que duas possuem 5 (cinco) anos de experiência na EJA PPL e uma apenas 7 meses. Tais professoras relatam ainda que precisam se deslocar da zona rural do município em que residem para a zona urbana do município vizinho, onde fica localizada a cadeia em que lecionam, sem nenhuma ajuda de custo. Uma delas faz o deslocamento intermunicipal.

Quando indagadas sobre serem professoras no sistema prisional, as palavras afloram espontaneamente.

*Ensinar é uma das atividades mais nobres a ser desempenhada pelo ser humano e não seria diferente na Unidade Prisional. Ser professora para PPL é gratificante. Temos a*

*oportunidade de levar até os detentos o prazer de vivenciar novamente a educação, resgatando o prazer de se desenvolver para atuar novamente em sociedade. (Tiane)*

*É um desafio, um aprendizado porque a gente vê as coisas de outro modo, é como se a gente melhorasse como ser humano. A gente vê as coisas (de um jeito) diferente, representa um crescimento pessoal. (Tati)*

*É um grande desafio, porque todos os dias você precisa resgatar pessoas que perderam a esperança e deixaram de acreditar que a vida pode ser melhor. (Rosa)*

Pode-se constatar que a atividade educacional no ambiente carcerário proporciona uma aprendizagem mútua, na qual os docentes buscam nessa experiência superar os desafios profissionais, desde a obtenção dos estudos dos conteúdos curriculares e conseqüentemente a aprendizagem, assim como também articular ações que venham contribuir para melhorar a vida dos educandos e a de si próprias como seres humanos. Assim, a educação surge como possibilidade de superar os pormenores do presente e oferece condições para o privado discernir o que realmente é melhor para si (ONOFRE; JULIÃO, 2013).

O cotidiano vivenciado nas unidades prisionais define as bases viáveis, entre as memórias imbuídas dos conhecimentos dos privados, o contexto vivido, e suas expectativas futuras. A educação prisional possui laços atuantes nas ações laborais, contribuindo socialmente em um contexto reflexivo sobre as ações desenvolvidas. O ato de educar baseia-se em reflexões no sentido de compreender os caminhos e de obter respostas sobre os motivos e as justificativas de educar nos espaços prisionais, tendo como suporte a elaboração e a possibilidade de reconstruir e desconstruir continuamente as propostas pedagógicas, em função de uma educação expressiva e através da perspectiva de uma política pública eficaz (ONOFRE; JULIÃO, 2013).

De acordo com Costa (2014, p. 153), “A construção de referenciais pedagógicos pelos professores da EJA é um elemento que fortalece o direito à qualidade na educação”, assim como a preparação desses profissionais por meio de formações com intuito de aprimorar e obter novos saberes e norteá-los em suas condutas comportamentais e educativas.

Quanto a formações para ensinar nos presídios, as professoras expressaram sua vida formativa de acordo com a realidade pedagógica vivenciada.

*Participo semanalmente de planejamento na escola na qual sou lotada, o CEJA. E já participei apenas de uma formação ofertada pela SEDUC com foco nos professores da PPL, no ano de 2017, com objetivo de dar as orientações para tratar a realidade e pensar em novas ações. (Tiane)*

*Particpei de uma formação na UNILAB sobre a EJA, (CIVEJA), nessa capacitação teve um encontro falando sobre a EJA PPL. E participo dos encontros pedagógicos direcionados para a educação em prisão no CEJA, todas as quartas-feiras, que são muito importantes, é*

*onde a gente tem o embasamento, troca de experiência e fortalece nossa rotina diária. E assim nos orientamos para o exercício do nosso trabalho. (Tati)*

*No início de 2012, quando a gente iniciou, teve uma formação pela SEDUC, no início do mês de setembro. Foi uma coisa mais teórica, como preencher os diários, a forma de se vestir, uma coisa bem básica. E só em 2017 ocorreu para conhecer o processo de ensino aprendizagem nas unidades prisionais. (Rosa)*

Os relatos esclarecem o quanto os encontros de formação são essenciais para compreender o contexto educacional, desde o diagnóstico dos educandos, o compartilhamento dos saberes através da troca de experiências, até a busca de métodos que possam contribuir para o avanço da aprendizagem dos educandos, fortalecendo a prática docente. Martins (2014, p.73) explica que

Esse trabalho coletivo evidencia a importância de se perceber a experiência dos professores como uma possibilidade de renovação das práticas pedagógicas, a partir da aceitação dos posicionamentos dos demais sujeitos participantes, gerando um conhecimento colaborativo, que possibilite criação, formação, transformação e novos conhecimentos.

Percebe-se, portanto, a importância de momentos de formação coletiva, pois apresentam-se como um caminho formativo para os docentes, que é contínuo. Por outro lado, é preciso registrar que a escassez de formações para os professores da EJA de modo geral, assim como a EJA prisional, remete à realidade de que, mesmo que exista uma necessidade, que se torna cada vez maior, de profissionais preparados, a modalidade da EJA no Brasil não tem obtido a atenção devida das esferas Federal e Estadual.

A LDBEN 9394/1996, em seu artigo 63, no inciso III, garante formação docente, de modo continuado, por meio de programas educacionais direcionados para os profissionais de educação dos diversos níveis de ensino (BRASIL, 1996). O Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional, definido no Decreto Nº 7626/2011, apresenta como meta em seu Art. 4º, V - promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos estabelecimentos penais de suas ações. Porém, como pode-se perceber, não há um planejamento bem definido para a realização dessas formações, visto o intervalo de tempo de 5 anos entre as formações promovidas pela SEDUC, tendo a primeira ocorrido em 2012 e a última no ano de 2017.

Para o período de 2014-2024, o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005, de 2014), apresenta estratégias nas metas de nº 9.8 e 10, para retratar a educação de jovens e adultos:

9.8) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os

estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

Portanto, o atual PNE não somente aborda o direito do acesso à educação aos privados de liberdade, como também ressalta a importância de uma oferta com qualidade, respeitando as diretrizes nacionais, tendo como proposta para os docentes em prisão formações específicas para a modalidade da EJA.

É nesse sentido que o CEJA, como escola responsável pela oferta e lotação dos docentes na educação em prisão do Maciço, desempenha um papel social essencial nas orientações e acompanhamentos pedagógicos, pois “Diante dos desafios postos à sociedade e, conseqüentemente, à educação e, em especial, à escola, a formação contínua é apontada como um caminho para a articulação teoria e prática com vistas a garantir a tão difundida qualidade da educação” (MARTINS, 2014, p. 68). Nesse sentido, o CEJA busca, por meio do trabalho colaborativo, contribuir com o processo de contínua formação de seus docentes para que eles tenham assegurado espaço-tempo para refletir sobre suas práticas, bem como momentos de estudos coletivos.

O processo de contínua formação docente visa ao fortalecimento dos docentes para o ensino e aprendizagem dos educandos, oportunizando novas possibilidades a esse público tão específico, durante o contexto privado de liberdade, incentivando a dar continuidade aos estudos, logo após a obtenção de sua liberdade. Tal direito está garantido também na LDBEN 9394/1996, Art. 4º, VI, que diz que se deve viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos do sistema prisional.

A complexidade da educação prisional traz diferentes aspectos de discriminações e preconceitos sociais, como o fato de ser professora carcerária e também a aceitação dos detentos como futuros reintegrantes sociais. Em seus relatos, ao serem questionadas se já sofreram algum tipo de discriminação por serem professoras regentes na educação em prisão, as mesmas expressaram o desconforto sobre a opinião social com relação ao seu local de ensino.

*Por várias vezes fui questionada pela sociedade do porquê de ensinar na Unidade Prisional.*  
(Tiane)

*Discriminação dita não, mas quando a gente fala que ensina na educação em prisão, as pessoas fazem uma cara de espantadas, deixam a gente constrangida, como se fosse uma coisa de outro mundo, como se o trabalho não fosse digno; o ambiente é como se a pessoas que estão lá não merecessem a oportunidade.* (Tati)

*Sim, com certeza. As pessoas não conseguem ver o sistema prisional de uma forma de que lá também existem pessoas que precisam de educação. Sempre escuto: “Você tem muita coragem, jamais trabalharia com essa clientela. Só se fosse minha última opção. Deus que me livre, você é muito corajosa”.* (Rosa)

É necessário compreender que a realidade dos presídios brasileiros é fruto de uma sociedade desigual e desumana, e que as pessoas que lá se encontram são tão vítimas quanto vilãs. E que muitos continuam sendo extremamente desrespeitados com relação aos seus direitos, quando não acabam ignorados por todos. Desse modo, é preciso reconhecer que, de acordo com Freire (2011, p. 10-11), “[...] a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização e que, por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão”. Pensando mais além, é necessário que alguma coisa seja feita, em prol da transformação dessa triste realidade carcerária para que, dentre outros fatores, o fato de ser professora nas unidades prisionais seja motivo de orgulho, assim como esperança de dias melhores. Desse modo,

Esta mudança de percepção, que se dá na problematização de uma realidade concreta, no entrecruze de suas contradições, implica um novo enfrentamento do homem com sua realidade. Implica admirá-la em sua totalidade: vê-la de “dentro” e, desse “interior”, separá-la em suas partes e voltar a admirá-la, ganhando assim uma visão mais crítica e profunda da sua situação na realidade que não condiciona. Implica uma “apropriação” do contexto; uma inserção nele; um não ficar “aderido” a ele; um não estar quase “sob” o tempo, mas no tempo. Implica reconhecer-se homem. Homem que deve atuar, pensar, crescer, transformar e não se adaptar fatalistamente a uma realidade desumanizante (FREIRE, 2011, p. 80).

É nesse sentido que o ato de educar conduz à obtenção de novos conhecimentos e também a momentos de autorreflexão, na busca de proporcionar novas possibilidades. Quando questionadas sobre as dificuldades encontradas no contexto prisional para lecionar, as professoras esclareceram que:

*Pressão psicológica para segurar turma de alunos. Falta de acompanhamento por parte do poder público frente aos processos.* (Tiane)

*A falta de um ambiente adequado para desenvolver as atividades diárias e a desmotivação dos alunos.* (Tati)

*De um modo geral, muitas vezes, a falta de estímulo dos alunos e o próprio estado com algumas questões que tem dentro do próprio ambiente.* (Rosa)

Assim, mesmo diante de um contexto restrito e perspicaz, metodologicamente o processo educacional canaliza vertentes criativas e que venham despertar o interesse das PPL em participar e contribuir para o seu desenvolvimento. Na busca de compreender as relações existentes entre sustentabilidade e educação, considerando os cenários distintos das unidades prisionais, de acordo com as características presentes nos espaços em que as docentes desenvolvem suas práticas educacionais, ao serem interpeladas sobre as possíveis atividades realizadas para promover ações sustentáveis na EJA prisional, as mesmas expressaram que:

*Durante todo o período letivo são desenvolvidos projetos voltados para a sustentabilidade, como reutilização de garrafas pet, papel e saco de plástico. As garrafas pets são transformadas em diversos tipos de brinquedos. O papel é transformado em várias peças como porta-retratos, pato, caixa de joias e outros. O saco plástico é transformado em cordões para a fabricação de redes. Todo o material é repassado para a família, na sua grande maioria, para servir como renda. (Tiane)*

*Atividades voltadas para valorização e autoestima dos educandos, projetos, dinâmicas de socialização e trabalhos em grupo. Assim como a realização de palestras sobre educação ambiental e sustentabilidade. (Tati)*

*As práticas sustentáveis surgiram da iniciativa do administrador da unidade, com incentivo educacional, com a minha participação como professora, e tiveram início com a identificação de um dos educandos do fundamental I, que tinha experiência com o plantio; antes de ser preso ele trabalhava na agricultura, e assim passou as orientações para os demais. Também tivemos práticas de como plantar sem utilização de agrotóxicos e utilizando o que temos como manejo de mão de obra e insumos naturais. E, com o desenvolvimento da horta, eles passaram a ter uma farmácia viva de ervas, para quando alguém estiver doente e aí tudo é movimentado na cadeia para a própria sobrevivência deles, para a cozinha, para a própria alimentação. (Rosa)*

A abordagem da educação ambiental, assim como o incentivo do desenvolvimento de práticas sustentáveis nos cárceres, remete inicialmente à necessidade de conscientização social e à busca da incorporação de elementos naturais no cotidiano, podendo representar anseios individuais e/ou também coletivos. Ferreira (2010, p. 15) afirma que “É desta forma aplicada à educação a função transformadora destes sujeitos, sendo esta descrita como capaz de modificar os indivíduos envolvidos, possibilitando melhores condições de tolerância à rotina na prisão e após o término da sentença”.

Nesse sentido, foi constatado através dos relatos das professoras que a prática educacional desenvolvida no sistema prisional muito contribui para a realização de atividades sustentáveis, que se somam à produção de trabalhos artesanais por meio da reutilização de materiais recicláveis, e do cultivo de hortaliças nas dependências das unidades prisionais favorecendo o melhoramento do valor nutritivo e alimentar das refeições da comunidade carcerária. Desse modo, o processo educacional através das práticas sustentáveis apresenta

proposições e estratégias que atuam diretamente no cotidiano das pessoas privadas de liberdade do Maciço de Baturité.

As práticas sustentáveis nos cárceres envolvem interações dinâmicas e ações de incentivo e, principalmente, resiliência diante das condições ambiental e local, apontando para novos hábitos da comunidade carcerária. Portanto, torna-se fundamental conhecer as percepções sobre a educação e as práticas sustentáveis daqueles que vivenciam o cárcere, os privados de liberdade.

#### 4.6 Percepções e relatos dos privados de liberdade sobre a educação e as práticas laborais

Este tópico relaciona educação e práticas laborais a partir dos relatos e das trajetórias de vida de 09 (nove) educandos, privados de liberdade, que vivenciam o cárcere nas cadeias públicas do Maciço de Baturité. Abaixo, apresenta-se um quadro com o perfil escolar dos educandos, bem como de seus familiares.

##### Quadro 10. Perfil e escolaridade dos educandos PPL e familiares

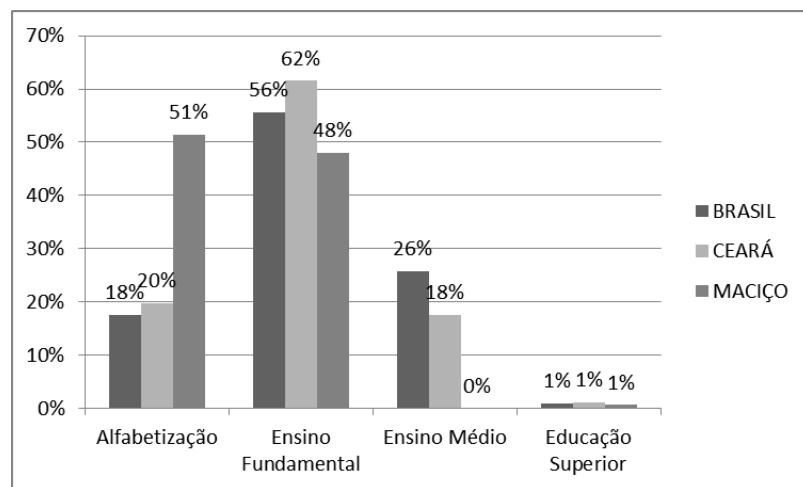
PPL	Idade	Naturalidade	Escolaridade	Tempo sem estudar	Escolaridade dos pais	
					Pai	Mãe
PPL1	31 anos	Capistrano	7º ano da EJA	21 anos	Anos iniciais	Anos iniciais
PPL2	32 anos	Fortaleza	Anos Iniciais	Não recorda	Anos iniciais	Anos iniciais
PPL3	51 anos	Capistrano	Anos iniciais	32 anos	Analfabeto	Anos iniciais
PPL4	34 anos	Jaguaribe	Analfabeto antes de PPL	-	Analfabeto	Anos iniciais
PPL5	39 anos	Icó	4ª série antes de PPL	25 anos	Anos finais	Anos iniciais
PPL6	64 anos	Pacoti	Só estudou depois de PPL	-	Analfabeto	Analfabeta
PPL7	32 anos	Guaramiranga	Anos iniciais	Não recorda	Anos iniciais	Analfabeta
PPL8	58 anos	Guaramiranga	Estudou até a 6ª série	30 anos	Analfabeto	Analfabeta
PPL9	37 anos	Aracoiaba	Ensino Médio como PPL. Ingressou na Universidade	14 anos	Anos finais	Não sabe

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Numa análise dos dados presente no Quadro 11, fica explícita a discrepância de idade entre os educandos, apresentando uma diferença de mais de três décadas entre o mais novo e o de maior idade. Assim, tem-se diferentes gerações que convivem, com suas particularidades, no contexto carcerário. Dentre elas, pode-se citar: estado físico, história pessoal e profissional. Percebe-se também que, das nove PPL entrevistadas, seis possuem naturalidade no próprio Maciço de Baturité, um dado importante para o apoio familiar e atribuições sociais durante o período encarcerado, e que três deles são naturais de regiões vizinhas.

Ao se analisar o universo educacional dos familiares dos sujeitos da pesquisa, observa-se que, de um modo geral, tiveram pouco acesso à educação escolarizada. Nenhum concluiu o Ensino Médio, considerada a última etapa da Educação Básica. Apenas um concluiu o Ensino Fundamental, o que já revela a origem em um possível contexto social desfavorável. Os dados de escolarização dos familiares se revelam igualmente nos educandos, ou seja, esses também expressam baixo grau de escolaridade, o que também é verificado, em grande medida, nos cárceres brasileiros.

### Gráfico 3. Escolaridade das pessoas privadas de liberdade: Nacional, Estadual e Regional



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

De acordo com o Gráfico 3, numa análise dos dados explorados, percebe-se a disparidade do quantitativo de matrículas no nível de alfabetização no Maciço de Baturité, que supera o percentual nacional em 33% e o estadual em 31%. O mesmo não ocorre quanto ao número de privados matriculados no ensino fundamental, apresentando menor percentual.

Nesse contexto, vale ressaltar que dentre os participantes, dois iniciaram os estudos no espaço prisional, os demais voltaram a estudar dentro de um intervalo que varia entre vinte e trinta anos longe do ambiente escolar, um incentivo de superar a vergonha e a baixa autoestima devido a não saberem ler nem escrever convencionalmente, tornando-se um fato importante para o crescimento pessoal e para preencher o ócio cotidiano como privado de liberdade. Dentre os relatos, identifica-se o êxito educacional na conclusão do ensino médio através das inscrições nas avaliações externas específicas para os privados, uma conquista fundamental para o educando ingressar no nível superior, representando o público prisional de todo o Maciço no contexto universitário, integrando 1% do quantitativo dos detentos que estão cursando o nível superior no âmbito estadual e nacional. Este mesmo privado, quando

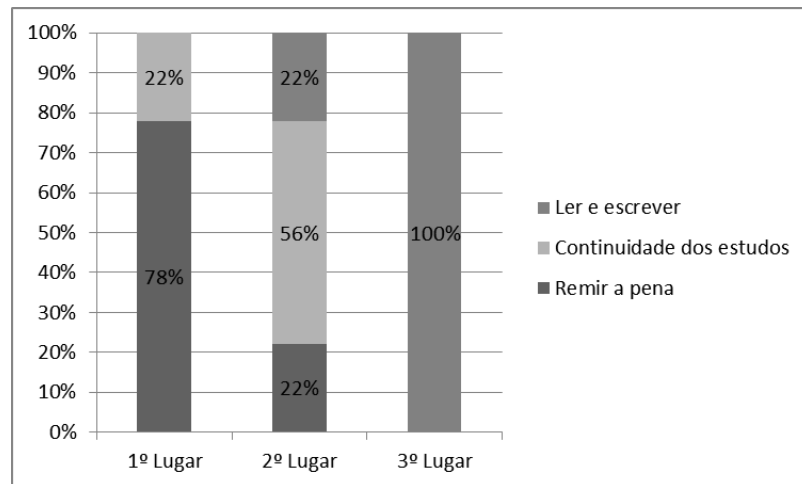
questionado sobre o porquê de voltar a estudar depois de 14 anos e através da educação prisional, esclareceu que

*Primeiramente o que me levou a voltar a estudar foi para eu ver se concluía o ensino médio e o outro dos motivos era porque não tinha nada para fazer, aí eu achei bom estudar, a professora incentivava bastante e porque eu já ficava um pouco livre da cela, e o outro foi pela remissão. (PPL9)*

A educação prisional, para além do seu intrínseco papel de desenvolver os processos de ensino e aprendizagem, por meio da docente, traz o incentivo e amplia as possibilidades de ocupação dos educandos, instigando-os à participação nas avaliações externas como uma possibilidade de trilhar novos caminhos.

Na busca de compreender sobre a vivência educacional nos cárceres, quando indagados sobre os motivos que os despertaram a querer participar da educação em prisão, em uma escala gradativa em grau de importância sobre a função da escola na vida das pessoas privadas de liberdade, os relatos retratam a pretensão de abreviar o tempo da pena, assim como demonstra o Gráfico 4:

**Gráfico 4. Motivo, em escala gradativa, da expressão de estudar**



Fonte: Dados da Pesquisa

Dentre as diversas possibilidades que levam os privados a estudar, representadas pelo desejo de aprender a ler e a escrever, dar continuidade aos estudos, ou abreviar o tempo de pena a ser cumprida, é esta última que ganha destaque. Tal realidade se dá através do benefício da Lei 12.433/2011, que oferece como medida mais recente nos termos de remissão da pena, através da frequência escolar, um dia remido da pena a cada 12 horas de estudo, em

atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em três dias.

Desse modo, as atividades educacionais levam mais esperança e dinâmica para o cotidiano carcerário, oportunizando a abordagem de algumas temáticas para desenvolver as habilidades e a criatividade dos educandos através das práticas sustentáveis, sendo também uma ação desenvolvida nos cárceres como práxis própria dos privados, tendo sua tradição repassada e conduzida entre os próprios detentos, por uma necessidade de superar o ócio. Desta feita, “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipótese sobre os desafios dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la, e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias” (FREIRE, 2011, p.15).

A elaboração e o desenvolvimento de algumas ações pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem facilitam e conduzem para a reflexão dos educandos que, mesmo estando em um espaço limitado, continuam contribuindo para a poluição do ambiente, e, portanto, seus hábitos são essenciais para conservação e preservação do meio em que convivem e compartilham. Nesse sentido, ao serem indagados sobre terem participado de alguma atividade sobre Educação ambiental na cadeia, dentre os participantes da pesquisa, três foram muito expressivos:

*Participei de vários estudos sobre o meio ambiente. (PPL 5)*

*Sim. Quando é para fazer os trabalhos de artesanato, quando tem festa do evento da escola do dia das crianças, a gente faz aqui os brinquedos de garrafa, papelão, todo tipo de material reciclado a gente faz, faz trem de garra, já foi feito helicóptero. E a gente faz de garrafa, assim é. Mas quando tem festa do dia das crianças, a gente dá para os filhos da gente, os visitantes. (PPL 6)*

*Sim. Entre as ações teve uma sobre o mosquito da dengue, a gente só não saiu na rua, porque não podia. Mas a gente fez pra ficar cuidando dentro da unidade, pra conservar dentro e também nos arredores do pátio da unidade, pra evitar contaminação da dengue. (PPL 9)*

Constata-se a importância do processo educacional nas abordagens de temáticas transversais, incluindo, principalmente, a educação ambiental e também a promoção de ações sustentáveis nos ambientes prisionais do Maciço de Baturité. Nos relatos, identifica-se, além do envolvimento dos privados em atividade socioambiental, o incentivo de tomadas de atitudes dos mesmos em prol de um bem comum, ou seja, a comunidade prisional e o meio social em que vivem, visto que as cadeias estão localizadas em bairros centrais dos municípios aos quais pertencem.

Quando solicitados para falarem sobre o modo de como se iniciou a experiência no desenvolvimento de atividades sustentáveis na unidade prisional, assim se manifestaram os educandos:

*Eu trabalho com artesanato, faço casinha, abajur de palito de picolé, faço quadro de colocar foto, faço casa de boneca de dois andares, tudo de palito. (PPL2)*

*Eu realizo cestinha de papel, patinha de papel e jarra de papel (PPL 3)*

*Eu trabalho com papel, produzo pato, jarro, cofrezinho, porta-joias. (PPL 4)*

*A minha parte aqui é só da escola e o serviço da horta. O trabalho da horta é sempre prazeroso pra gente, serve de consumo aqui pra gente, se fosse pra vim (sic) de fora sempre faltava, a gente produz aqui dentro pra gente consumir aqui mesmo, e ainda ajuda na cozinha e na parte financeira. (PPL 5)*

*Trabalho nos serviços gerais, no cultivo da horta. (PPL 6)*

*Eu realizo no artesanato a produção de casas, igrejas, e outras coisas pequenas como pato com dobraduras de papel reutilizado. (PPL 7)*

*Faço artesanato com palito de picolé, abajur, fruteira, porta-joias e porta-relógio. Aí vem a parte das linhas, que faz as redes, que é com embalagem de Cereais, saco de fardos de arroz e de feijão também, papel ofício e reciclado que a gente faz jarro, pato, que faz o canudo pra fazer porta-retratos também. (PPL 8)*

*Eu faço rede com saco de arroz, e dos fardos. (PPL 9)*

Além da contextualização educacional para o desenvolvimento dos trabalhos, os privados relataram o apoio e mobilização da comunidade local para a obtenção do material de produção, através de doações e também a importância da troca de conhecimentos entre os internos do “X”, que representa a cela onde os mesmos dividem o espaço da cadeia, e ainda ressaltaram os benefícios obtidos sobre o próprio desenvolvimento. Desse modo, foram instigados a relatar um pouco sobre como ocorreu o início de suas produções de artesanato na unidade prisional.

*Eu aprendi com um preso que tinha aqui também. Fui pra cela dele, aí ele começou a me ensinar, me falar algumas coisas. Aí eu aprendi a fazer as casinhas e outras coisas. Aí chegou outro preso que também sabia fazer o abajur, aí estava no meu “x” também, aí foi me ensinando como era que montava. (PPL1)*

*Eu vim aprender pra pensar em coisas boas, pra quando estiver lá fora fazer coisas boas, não pensar besteiras, aí o artesanato é uma forma pra me entreter. (PPL2)*

*Eu aprendi aqui também na cadeia com o rapaz que tá na cela mais eu (sic). (PPL3)*

*Não faço artesanato, a minha participação na horta foi através do convite do diretor, que depois de analisar alguns critérios dos detentos, fez o convite para dois, eu e outro parceiro. (PPL4)*

*Eu aprendi muito depois que cheguei aqui. Eu aprendi muito trabalhando com a horta, eu não mexia com horta, eu trabalho como galego, de porta em porta, quando eu cheguei aqui eu não sabia plantar, aí eu aprendi a plantar, cuidar da horta, vi o benefício que ela traz pra gente, é que a gente plantando aqui vai ter o tempero aqui para as panelas, e é muito bom, pra mim foi ótimo. (PPL5)*

*Já realizava alguma coisa, mas foi aqui na unidade que eu pude aprender mais aqui na unidade prisional com as pessoas. (PPL6)*

*Eu aprendi a trabalhar com artesanato tudo no sistema carcerário. Uma parte foi lá em Baturité, na comarca de lá e outra foi daqui com um rapaz que saiu daqui, foi transferido pra Palmácia. Aí ele aprendeu a rede lá, aí retornou, aí foi e passou pra gente. Ele está até fazendo agora na cela. (PPL7)*

*Eu fui vendo os outros fazendo, eu me interessei, aí eu aprendi a fazer também. (PPL8)*

*Eu aprendi com o vaqueiro, com Zé Manuel e outros meninos na própria unidade. Eu fazia só pra me distrair e pra limpar o pensamento. Porque dentro da cadeia, se a pessoa não tiver uma ocupação aí às vezes é dominado por outro pensamento. Aí eu fazia os artesanatos e por cima ganhava uns trocados, pra se manter lá dentro, às vezes quando a família demorava um pouco, da demora da visita. (PPL9).*

Os relatos evidenciam que a aprendizagem das técnicas e o passo a passo das produções das práticas sustentáveis são conduzidos de modo espontâneo no cotidiano carcerário, mas também revelam a importância de um trabalho que é feito de modo colaborativo pelos próprios privados. Neste sentido, Currie (2000, p. 36) diz que:

Devemos trabalhar sempre os seguintes conceitos: a consciência pessoal visando à responsabilidade particular para com o meio ambiente; a observação detalhada; a organização; a análise; a comunicação; o uso da imaginação e da criatividade; o estabelecimento da segurança e da autonomia na aprendizagem, promovendo uma visão integrada do mundo em que vivemos.

A vontade de se ter uma ocupação como modo de superar a ociosidade aflora a criatividade nas atividades laborais carcerárias, pois “Ficar inerte 24 horas dentro de uma cela não é a solução. A ociosidade não ajuda em nada, ao revés, só prejudica o quadro do detento. O trabalho e as oportunidades devem ser concedidos” (MENDES, 2015, p. 18).

A inserção de novos desafios em determinadas instituições, ainda mais sendo em locais de privação de liberdade, não é uma atribuição muito fácil, porém quando essa necessidade parte dos envolvidos, torna-se o primeiro passo para a concretização de novas possibilidades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se a relevância social do tema em estudo, esta pesquisa teve como objetivo investigar as contribuições da educação aliadas às práticas sustentáveis para as pessoas privadas de liberdade no Maciço de Baturité-CE, significando uma busca de compreender o contexto histórico em que a educação em prisão está inserida, de acordo com seu papel social, fundamentos, limites e desafios para a formação das pessoas privadas de liberdade. No percurso desta investigação foi empregado o estudo de um acervo teórico e de uma metodologia que proporcionou compreender o contexto carcerário no âmbito da efetivação educacional em função do desenvolvimento de práticas sustentáveis.

A abordagem da Educação Ambiental, mesmo estando presente na estrutura curricular nas diversas áreas de conhecimento, assim como nos livros didáticos, ainda é vista como um desafio no contexto educacional, principalmente na modalidade da EJA, sendo ainda mais limitada nas circunstâncias da EJA prisional. Evidencia-se a necessidade da efetivação das políticas públicas para garantir a permanência da oferta da educação em prisão, bem como a consolidação do direito à educação, promovendo a educação ambiental e, conseqüentemente, o desenvolvimento de práticas sustentáveis no processo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Um desafio se apresenta, qual seja a efetivação de tais direitos, pois, muitas vezes, o que se tem atualmente com base na obrigatoriedade não apresenta as condições básicas. Quando se trata de algo como a não obrigatoriedade do espaço educacional nos cárceres, a questão se agrava muito mais.

Quanto ao objetivo geral desta pesquisa, considera-se que foi atingido por meio da identificação das metodologias utilizadas no processo de ensino visando à promoção da educação ambiental e das manifestações de produções de trabalhos artesanais e a realização de atividades laborais, promovendo as práticas sustentáveis no contexto carcerário.

Quanto aos objetivos específicos propostos, compreende-se tê-los alcançados, uma vez que estes propunham:

- Contextualizar historicamente a educação prisional no Brasil, considerando sua função social, fundamentos, limites e desafios para a formação das pessoas privadas de liberdade, propósito alcançado através da revisão teórica de caráter histórico e metodológico, realizada em todo o percurso deste trabalho, proporcionando um maior conhecimento da temática no contexto histórico nacional, estadual e regional.

- Discutir as relações existentes entre sustentabilidade e educação, assim como seus contributos para a formação promovida no sistema de educação prisional, que foi atingido a

partir da reflexão sobre a implementação da oferta da educação nas unidades prisionais na modalidade EJA, por meio de temas transversais na promoção da educação ambiental e da condução da realização de práticas sustentáveis carcerárias.

- Identificar o papel da educação de jovens e adultos no processo de transformação social, ascendido através do processo educativo com identificação de êxito nas aprendizagens, nas avaliações externas ENCCEJA e ENEM, possibilitando conclusão de etapas de ensino e constatação de inserção no universo acadêmico por um dos educandos privado de liberdade.

- Identificar as práticas educativas assentadas na sustentabilidade desenvolvidas no sistema de educação prisional no Maciço de Baturité, alcançado através da reflexão sobre a elaboração, incentivo à participação e desenvolvimento de projetos, assegurada pelas formações contínuas desenvolvidas nos encontros pedagógicos, com trocas de experiências, realização de oficinas, parcerias com instituições universitárias para participação de cursos de extensão, na fundamentação dos conhecimentos científicos como realização de formações para os profissionais educacionais do sistema penitenciário e, conseqüentemente, promoção da sustentabilidade nos diversos ambientes de privação de liberdade.

Surge então a necessidade de refletir sobre a importância das técnicas e métodos de ensino e as diferentes dimensões da docência no campo político, ético e social, que possibilitem o aprendizado nos diferentes contextos sociais. É preciso ainda considerar as práticas pedagógicas dos educadores através de oferta de formações, garantindo valorização salarial e condições dignas para o desenvolvimento do trabalho.

Nesse sentido, pode-se dizer que as relações existentes entre sustentabilidade e educação nas unidades prisionais apresentam fortes contributos, mesmo com suas limitações e particularidades, tanto na abordagem pedagógica através de temas transversais e elaboração de projetos, nas ações e atividades desenvolvidas desde a educacional à laboral, conduzidas e consideradas como mecanismos de aprendizagem e de gestão administrativa, como também subsídio dos próprios detentos para superar a monotonia e a ociosidade do cotidiano carcerário. É notória a importância da formação das pessoas privadas de liberdade, despertando para o senso crítico, tornando-se responsáveis no processo de tomadas de atitudes.

A pesquisa revelou ainda que as ações desenvolvidas no âmbito da educação em prisão contribuem na reutilização e reciclagem dos materiais reutilizados, diminuindo o quantitativo de lixo, e conseqüentemente evitando a retirada de novos recursos naturais do ambiente, pois apesar de estarem em um espaço limitado, os educandos continuam consumindo e produzindo resíduos e tal realidade não os impede de agir com respeito no

tocante à preservação e conservação do planeta, através do desenvolvimento de bons hábitos e de mudanças de condutas no meio em que vivem. É relevante a relação teoria e práxis educacional, instigando a autonomia e a emancipação dos sujeitos envolvidos, o desenvolvimento de práticas sustentáveis e atividades laborais, como a produção de artesanatos, cultivo de hortas e debates sobre a temática, realizadas através do processo de ensino como na vivência prisional no Maciço de Baturité, oportunizando a obtenção de benefícios individuais e contemplando a comunidade carcerária, desde o convívio, interação e melhoria nutricional para toda a comunidade carcerária.

O espaço de tempo dedicado ao processo da realização desta pesquisa proporcionou o contato direto com a realidade investigada, em que foi oportunizado conhecer os anseios, as trocas de experiências e conhecimentos adquiridos nas trajetórias de vida tanto no ambiente externo quanto na vivência no contexto carcerário entre as próprias pessoas privadas de liberdade.

Portanto, fica evidente que a má organização equitativa, seguida pelo protelamento de resoluções, como não agilizar os julgamentos dos privados do sistema prisional brasileiro, vem ocasionando a lotação do sistema carcerário, que complica ainda mais com o fato da ausência de infraestrutura, precariedade de seu funcionamento e pouca ou quase nenhuma condição de exercer sua verdadeira função, a ressocialização dos privados. Constata-se também um distanciamento do poder público, retratando a escassez de políticas públicas e a eficácia de suas concretizações, sobrepondo tais responsabilidades nos sujeitos envolvidos no processo: diretor, professor e alunos.

A busca de uma solução para esta problemática não é algo simples, visto que não se resume à construção de novos prédios e, conseqüentemente, à oferta de novas vagas, mesmo porque a ideia é que o índice de violência diminua e que haja a efetivação do processo de ressocialização dos privados, conduzindo à reflexão sobre o contexto atual, como a incorporação de novas posturas do poder legislativo e o desenvolvimento de novas técnicas de gestão nas unidades prisionais. Percebe-se como fundamental a oferta de oportunidade dos estudos e também de práticas laborais como forma de reduzir os gastos com os detentos, tornando-os cientes do seu papel como cidadãos, seres capazes, além de despertar novas perspectivas de futuro, um modo também de conduzir harmoniosamente o cotidiano carcerário, por meio de práticas educativas e laborais socioambientais.

Conclui-se afirmando que é preciso sonhar com um presente e futuro melhores, e que para isso, o primeiro passo está no desenvolvimento de políticas públicas preventivas e de proteção ao ser humano, e que a busca de modificar o contexto real nos cárceres brasileiros só

é possível através da ressocialização integral das pessoas privadas de liberdade quando realmente existir por parte de cada autoridade responsável as necessárias intervenções, com empenho e respeito devido, considerando o privado como ser humano capaz de aprender e de se reinventar, de transformar e, o mais importante, de reescrever sua história de vida.

Nesse sentido, esta pesquisa, na sua essência, possibilita uma maior visibilidade para a realidade dos cárceres brasileiros, especificamente as cadeias públicas do Maciço de Baturité, através da trajetória realizada e os processos de reflexão sobre os dados apresentados, tornando-se um meio de agregar conhecimentos, divulgar experiências e constituindo-se como uma referência importante para a discussão sobre a garantia do direito à educação, assim como para novas e futuras investigações sobre as possíveis práticas educativas da EJA.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana; CORSO, Angela Maria. **Educação de jovens e adultos: interfaces política, histórica e pedagógica**. Paraná: Unicentro, 2014.

ALMEIDA, Maria Salete Bortholazzi; OLIVEIRA, Sartoreto de Oliveira. **Educação não formal, informal e formal do conhecimento científico nos diferentes espaços de ensino e aprendizagem**, Paraná: [S.I], 2014. [Caderno PDE]. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_uel\\_bio\\_pdp\\_maria\\_salete\\_bortholazzi\\_almeida.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_bio_pdp_maria_salete_bortholazzi_almeida.pdf). Acesso em: 04 abr. 2017.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará? **Educação & Realidade**, v. 38, n. 1, Fortaleza. 2013. p. 179-204.

ARAÚJO, Cristiane Brígida de Melo. **A educação na Prisão: Reflexões acerca da EJA no processo de ressocialização**. 2013. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande - PB, 2013.

BARBATO JÚNIOR, Roberto. **Direito Informal e criminalidade: os Códigos do Cárcere e do Tráfego**. Campinas- SP: Millennium, p. 176. 2006.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo-SP, v. 12, n. 3, p. 51-82. 2011.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n. 4, p. 78-89, 2008.

BARBOSA, Pedro. **A violência contra a população de negros/as pobres no Brasil e algumas reflexões sobre o problema**. Araraquara- SP, p. 185- 198. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/download/7702/5535>. Acesso em: 11 de mar. 2018.

BATISTA, Wellington da Rocha. **Sistema Prisional Brasileiro à luz do princípio da dignidade da pessoa humana e da Lei De Execução Penal**. 2010. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade do Norte Novo de Apucarana, Apucarana, 2010.

BRAGA, Bendito. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 1988.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7210**, de 11 de julho de 1984, Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União. Brasília - DF, 1984.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. PNE - Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União. Brasília - DF, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.433**, de 29 de junho de 2011, altera a Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Diário Oficial da União. Brasília - DF, 30 jun.2011.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 6.938**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1981.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 7.626**, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília - DF, 2011

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.795, de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) **n. 9394/96**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. **INFOPEN**. Brasília: DEPEN, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Agenda 21**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html> Acesso em 20/10/2017.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação (2014-2024). **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2008.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Médio Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC, 1999.

BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco de; FERES JÚNIOR, Nazir. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência: Olhares e Pesquisas em Saberes Educacionais**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

CABRAL, Luisa Rocha; SILVA, Juliana Leite. O trabalho penitenciário e a ressocialização do preso no Brasil. **Revista do CAAP: Centro Acadêmico Afonso Pena**, Belo Horizonte - MG, v. 1, n.1, p. 157-184. 2010.

CALDEIRA, Felipe Machado. A evolução histórica, filosófica e teórica da pena. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro - RJ, v. 12, n. 45, p. 255-272. 2009.

CAMPO, Aline. **Educação, escola e prisão: o espaço de voz de educandos do Centro de Ressocialização de Rio Claro/SP**. 2015. 276 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

CARTA de Belgrado: uma estrutura global para a educação ambiental. República Federativa do Brasil. Ministério do meio ambiente. Disponível em: <[http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155641carta\\_de\\_belgrado.pdf](http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155641carta_de_belgrado.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2017.

CEJA. **Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação de Jovens e Adultos Donaninha Arruda**. Baturité/CE, 2017.

CONFERÊNCIA das nações unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Jun/ 1992**. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/documentos/1752-Declaracadorio.wiz>>. Acesso em jun. 2017.

COSTA, Elisangela André da Silva. **A educação de jovens e adultos e o direito à educação: concepções e olhares de educadores e gestores escolares a partir das políticas educacionais do município de Horizonte /Ceará**. 203 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

CREDE 08. **Relatórios de acompanhamento por níveis e modalidades de ensino por município da 8ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação**. Baturité- CE. 2017.

CNUMAH. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano**. Estocolmo, 1972.

CURRIE, Karen. **Meio Ambiente: Interdisciplinaridade na prática**. Campinas-SP, Papirus, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FAGUNDES, Sandra da Penha; SOUZA, Rosineide Ferreira Fernandes; CONCEIÇÃO, Deusilha Araújo. A EJA em presídios: A perspectiva de ressocialização. **Revista Saberes em Rede**, Cuiabá - MT, v. 1, n. 2, p. 9-16. 2012.

FARIAS, Alessandra Marlice de Brito; MAZZARINO, Jane Márcia; OLIVEIRA, Eniz Conceição. Educação ambiental e políticas públicas. **REMEA Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**, Rio Grande - RS, v. 30, n. 1, 2013. p. 179-201.

FERREIRA, Gislene dos Santos. **Educação carcerária: Um estudo de caso do município de Londrina**. 2010, 41 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

FONSECA, Lúcia Helena Araújo. Reciclagem: o primeiro passo para a preservação ambiental. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 1, n. 36, 2013. p. 195-225.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FRANCO, Jussara Botelho; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Aspectos teóricos e metodológicos do Círculo de Cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em educação ambiental. **Ambiente & Educação-Revista de Educação Ambiental**, v. 17, n. 1, p. 11-27, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários para prática educativa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Carlos Machado; PORTO, Marcelo Firpo. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Fortaleza/CE: Fiocruz, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. São Paulo: Moderna, Fundação Santillana, 2014.

\_\_\_\_\_. LIÇÕES DE FREIRE. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo – SP, v. 23, n. 1-2, p. 13-24, jan. 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, Rosemary de Sampaio; MOTA, Maurício Jorge Pereira. Desafios da Convenção sobre a diversidade biológica. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 106-136, 2013.

GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo - SP, v. 7, n. 18, p. 65-137, 1993.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-194, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>>. Acesso em: 06 set. 2016.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 118, p. 189-206, 2003.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação e trabalho como programas de reintegração social. In: LOURENÇO, Arlindo da Silva; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos- EdUFSCAR, 2011, p. 191-222.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lucia Mathilde Endlich Orth. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LEMOS, Daniel de Souza. A moderna política dos castigos uma perspectiva da punição em Michel Foucault. **Em Tese**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 114-135. 2013.

MACHADO, Ana Elise Bernal; SOUZA, Ana Paula dos Reis; SOUZA, Mariani Cristina de. Sistema Penitenciário Brasileiro – Origem, Atualidade e Exemplos Funcionais. **Revista do Curso de Direito**, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 201-212, 2013.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Elcimar Simão. **A leitura e a sua resignificação no trabalho pedagógico: trajetórias e experiências formativas de docentes da EEFM Almir Pinto – Aracoiaba/CE**. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2009.

\_\_\_\_\_. **Formação contínua e práticas de leitura: o olhar do professor dos anos finais do ensino fundamental**. 2014. 192 f. Tese (Doutorado) - Doutorado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2014.

MARTINS, Tábita. **Conheça os principais documentos formulados durante a Eco-92**. Em.com.br/Agropecuário, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/5e2uKM>>. Acesso em: 03 out. 2017.

MENDES, Taiane Rosa. Ociosidade no cárcere com vistas a não ressocialização e a não reinserção do preso na sociedade. **Revista Toledo Prudente**. São Paulo - SP. v. 30, n. 30, 2015.

MELO, Marciano Almeida. **O desenvolvimento industrial e o impacto no meio ambiente**. 2011. Disponível em: <[https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=6837](https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6837)>. Acesso em: 22 set. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOURA, Vera Lucia Pereira da Silva; SERRA, Maria Luiza A. A. **Educação de jovens e adultos: as contribuições de Paulo Freire**. 2014. f. 19 TCC (Graduação) - curso de Pós-graduação a distância lato sensu em educação de jovens e adultos - EJA, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/MS, 2014.

NASCIMENTO, Eveline Maria Damasceno; FROTA, Karla Patrícia Palmeira. Meio Ambiente, Mulher e Política ambiental. In: TORRES, Iraildes Caldas; FROTA, Karla Patricia Plameira (Org.). **Coletânea GEPOS**. São Paulo: Livro Rápido, cap. 7. p. 100-108, 2016.

NASCIMENTO, Luis Felipe. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. Florianópolis, Departamento de Ciências da Administração - Universidade Federal de Santa Catarina - Brasília: CAPES: UAB, Miolo, 2012.

NÓBILE, Alexandre Amato. **Diretrizes para a sustentabilidade ambiental em empreendimentos habitacionais**. 2003. 386 f. Dissertação (Mestrado) - Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

OLIVA, Jaime Tadeu. A Educação Ambiental na Escola. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação a distância (Org.). **Textos da Série Educação Ambiental do Programa Salto para o Futuro**. Brasília-DF, 2000.

OLIVEIRA, Lucas Rebello. *et al.* Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Production**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 70-82, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=396742047006>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p.51-69, 2013.

ONU. CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ONU. **Carta da Terra** – Organização das Nações Unidas, 2002.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre a Educação de Jovens e Adultos**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: evolução histórica, implicações teóricas e sociais**. Uma avaliação crítica. 1996. f. 147. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação na área de Concentração de Educação e Trabalho, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

RACHAVAL, Marcos; SOUZA, Rachel Gueller. **Reconstruindo o meio ambiente com amor**. 2016. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

RIBEIRO, Juciene Souza. **Sistema carcerário brasileiro: a ineficiência, as mazelas e o descaso presentes nos presídios superlotados e esquecidos pelo poder público**. 2015. Disponível em: <<https://jucienesouza.jusbrasil.com.br/artigos/129905259/sistema-carcerario-brasileiro>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

SANTOS, Aline Borba; NASCIMENTO, Fábio Santos. Transformações ocorridas ao longo da evolução da atividade agrícola: algumas considerações. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 5, n. 8, p.1-9, 2009.

SANTOS, Márcia Maria; ALCHIEI, João Carlos; FLORES FILHO, Adão José. Encarceramento humano: uma revisão histórica. **Gerais: Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p.170-181, 2009.

SARTORI, Simone; LATRONICO, Fernanda; CAMPO, Lucila. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-21, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**: PUC Campinas, Campinas, v. 1, n. 24, p. 7-16, 2008.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia Silva. Educação de jovens e adultos no Brasil: uma análise histórico - crítica. **RECE**, Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v. 5, n. 2, 2006.

SHECAIRA, Sérgio Salomão; CORREA JÚNIOR, Alceu. **Pena e constituição**: aspectos relevantes para sua aplicação e execução. São Paulo – SP, **Revista dos Tribunais**, Imprensa, 1995.

SILVA, Silmara Carneiro. Socioeducação e juventude: reflexões sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 96-118, 2012.

SILVEIRA, Ana Lucia Nobre; MARTINS, Elcimar Simão; MACHADO, Charliton José. Educação e Sustentabilidade nos Cárceres: reflexão com privados de liberdade no Maciço de Baturité. In: XAVIER, Antônio Roberto; ALCÓCER, Juan Carlos Alvarado; OLIVEIRA, Jangirglédia de (Org.). **Educação, Ciências, Tecnologia e Inovação**: Estratégias Sustentáveis. Fortaleza/CE: Impreco, 2016. p. 45-61.

SILVESTRE, Giane. **As políticas penitenciárias e o cotidiano prisional dos municípios paulistas: extrapolando os muros das prisões (1990-2007)**. In: Simpósio Internacional Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina, 2009, Curitiba, PR. Surveillance in Latin América. Curitiba, PR: Editora Universitária Champagnat, PUCPR, v. 1. p. 426-442. 2009.

SIQUEIRA, Alessandra Alexandre; SEMENSATO, Leandra Regina. Resíduos sólidos: problemas e desafios. **Rev. Saber Eletrônico** [Internet], Goiás, p. 1-12, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7833988-Residuos-solidos-problemas-e-desafios.html>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

SOARES, Júlio Cezar M.; SOARES, Marcela P.; COELHO, Nayra R. **Dicloro Difenil Tricloroetano**. Monografia (Especialização) - Especialização em Análise Ambiental – Química Ambiental, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Minas Gerais, 2011.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista Histedbr On-line**, Campinas/ SP, v. 38, n. 1, p. 49-59, 2010.

TANNOUS, Simone. Histórico e evolução da educação ambiental, através dos tratados internacionais sobre o meio ambiente. **Nucleus**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 183-195, 2008.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Educação em Prisões na América Latina**: direito, liberdade e cidadania. Brasília: UNESCO, 2009.

XAVIER, Antônio Roberto. Políticas públicas de combate ao crime organizado: ações da polícia militar do Ceará nas divisas do Estado. **Planejamento e Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 48, n. 1, p. 333-336, 2017.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Política educacional e situação de pobreza: explorando novas respostas para problemas antigos. In: CUNHA, Célio; JESUS, Wellington Ferreira; Guimarães-iosif, Ranilce (Org.). **A educação em novas arenas: políticas, pesquisas e perspectivas**. Brasília: Liber Livro, 2014. p. 322-336

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5. ed. Porto Alegre/ RS: Bookman Editora, p. 171, 2015.

## ANEXO

UNIVERSIDADE DA  
INTEGRAÇÃO  
INTERNACIONAL DA



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO COM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO MACIÇO DE BATURITÉ

**Pesquisador:** ANA LUCIA NOBRE DA SILVEIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 87192518.5.0000.5576

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.710.958

**Apresentação do Projeto:**

O projeto de pesquisa apresentado tem como foco a investigação sobre ações de reutilização de materiais recicláveis e desenvolvimento de hortas sócio-educativas por pessoas privadas de liberdade no Maciço de Baturité-CE, na medida em que estas ações possam contribuir na ressocialização dos apenados. A hipótese seria de que essas práticas, num contexto individual e coletivo da comunidade carcerária, contribuem para a ressocialização dos apenados, bem como para o melhoramento da alimentação das Unidades Carcerárias (Capistrano, Pacoti e Ocara). A coleta de dados será feita por abordagem qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas com 16 participantes, que incluem as próprias pessoas privadas de liberdade, professores e diretores das Unidades Prisionais.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:** Investigar se ações de reutilização de materiais recicláveis e desenvolvimento de hortas sócio-educativas por pessoas privadas de liberdade podem contribuir na ressocialização dos apenados.

**Objetivos Secundários:** (1) Identificar no contexto carcerário os benefícios inseridos na prática e na produção de trabalhos artesanais através da reutilização de materiais recicláveis; (2) Analisar a partir de uma concepção de produção orgânica e em pequena escala, de que forma o cultivo de algumas hortaliças nas dependências das unidades prisionais contribuem para o melhoramento

**Endereço:** Avenida da Abolição, 3

**Bairro:** Centro Redenção

**CEP:** 62.790-000

**UF:** CE **Município:** REDENCAO

**Telefone:** (85)3332-1381

**E-mail:** rafaellapessoa@unilab.edu.br

UNIVERSIDADE DA  
INTEGRAÇÃO  
INTERNACIONAL DA



Continuação do Parecer: 2.710.958

nutritivo das refeições da comunidade carcerária; (3) Verificar o entrelaçamento entre ressocialização, atividades de cultivo de hortaliças e trabalhos artesanais no contexto sustentável no Maciço do Baturité.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A pesquisadora estima o risco e os desconfortos inerentes ao estudo e apresenta formas de minimizá-los, ao afirmar que este projeto traz possível constrangimento com a presença do pesquisador e das perguntas aos participantes das entrevistas. Foi feita a descrição/análise crítica dos riscos e benefícios (individuais e coletivos) e das medidas destinadas à redução de possíveis desconfortos e de proteção de risco.

“Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes. Devem ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo. A análise de risco é componente imprescindível à análise ética, dela decorrendo o plano de monitoramento que deve ser oferecido pelo Sistema CEP/CONEP em cada caso específico” (Res. 466/12 - V).

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa demonstra relevância. Na introdução constam referências pertinentes ao objeto de pesquisa. Há justificativa plausível para a realização do estudo. Os objetivos estão adequados à proposta e, quanto à hipótese de pesquisa, está posta de forma clara. A metodologia deixa evidente o procedimento de análise, e está de acordo com os propósitos da pesquisa. Está claro o local de realização das etapas da pesquisa, qual a infraestrutura necessária e qual a população. Foi justificado o plano de recrutamento e há critérios de inclusão e exclusão, de acordo com a metodologia citada. Estão claros os tópicos relativos sobre como se dará a coleta dos dados (procedimentos). O instrumento de coleta de dados está anexo ao projeto e é adequado à proposta. A forma de tratamento dos dados coletados também está compatível com o projeto, assim como as questões éticas envolvidas. Está determinado o desfecho primário da pesquisa, assim como estão determinados os resultados esperados. O projeto possui cronograma adequado à proposta apresentada, respeitando o período de tramitação do protocolo no CEP/UNILAB. O orçamento está presente e esclarece o responsável pelas despesas e/ou a fonte de financiamento da pesquisa- recursos próprios.

Endereço: Avenida da Abolição, 3

Bairro: Centro Redenção

CEP: 62.790-000

UF: CE Município: REDENCAO

Telefone: (85)3332-1381

E-mail: rafaellapessoa@unilab.edu.br

**UNIVERSIDADE DA  
INTEGRAÇÃO  
INTERNACIONAL DA**



Continuação do Parecer: 2.710.958

“A revisão ética dos projetos de pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser associada à sua análise científica” (Res. 466/12 – VII.4).

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

A Carta de Encaminhamento do Projeto ao CEP e o Termo de Anuência estão adequados.

A Folha de Rosto está presente e assinada pelo pesquisador responsável, bem como assinada e carimbada pela instituição proponente. O T.C.L.E. está presente, com linguagem adequada ao perfil sociocultural dos participantes da pesquisa. Possui o endereço e telefone do CEP/Unilab (Res. 466/12, IV.3; IV.5c).

**Recomendações:**

Não há recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1046733.pdf	09/04/2018 09:20:32		Aceito
Outros	CAPISTRANO_ANUENCIA.pdf	09/04/2018 09:20:16	ANA LUCIA NOBRE DA SILVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	JUAN.pdf	09/04/2018 09:18:25	ANA LUCIA NOBRE DA SILVEIRA	Aceito
Outros	PACOTI.PDF	06/04/2018 12:05:37	ANA LUCIA NOBRE DA SILVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_ana_lucia_pronto.pdf	06/04/2018 12:02:25	ANA LUCIA NOBRE DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Lattes_Ana_Lucia_Nobre_da_Silveira.pdf	06/04/2018 12:01:31	ANA LUCIA NOBRE DA SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE_CORRIGIDO.pdf	06/04/2018 11:59:56	ANA LUCIA NOBRE DA SILVEIRA	Aceito

Endereço: Avenida da Abolição, 3

Bairro: Centro Redenção

CEP: 62.790-000

UF: CE Município: REDENCAO

Telefone: (85)3332-1381

E-mail: rafaellapessoa@unilab.edu.br

UNIVERSIDADE DA  
INTEGRAÇÃO  
INTERNACIONAL DA



Continuação do Parecer: 2.710.958

Ausência	TCLE_CORRIGIDO.pdf	06/04/2018 11:59:56	ANA LUCIA NOBRE DA SILVEIRA	Aceitc
Outros	OCARA.pdf	06/04/2018 11:59:01	ANA LUCIA NOBRE DA SILVEIRA	Aceitc
Outros	Onus_municipios.pdf	06/04/2018 11:58:04	ANA LUCIA NOBRE DA SILVEIRA	Aceitc

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

REDENCAO, 13 de Junho de 2018

---

**Assinado por:**  
**Emilia Soares Chaves**  
**(Coordenador)**

Endereço: Avenida da Abolição, 3

Bairro: Centro Redenção

CEP: 62.790-000

UF: CE

Município: REDENCAO

Telefone: (85)3332-1381

E-mail: rafaellapessoa@unilab.edu.br